

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

*DINÂMICA ECONÔMICA E FORMAS DE SOCIABILIDADE:
ASPECTOS DA DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES URBANAS EM
CAMPINAS (1870-1905)*

RENATA BIANCONI

ORIENTADOR: Prof. Dr. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES

**Mestrado em História Econômica
Instituto de Economia
UNICAMP**

Campinas, Fevereiro de 2002.

Para
Aparecida Broto e
Erick Franklin,
meus grandes incentivadores.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, em especial aos colegas e professores do programa de Mestrado em História Econômica da UNICAMP, e ao professor José Ricardo Barbosa Gonçalves, cuja orientação foi fundamental para a elaboração desta dissertação de mestrado.

Ao Centro de Memória da UNICAMP e ao Arquivo Edgard Leuenroth, por disponibilizarem a documentação utilizada na pesquisa.

À FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que concedeu o financiamento para o desenvolvimento do presente trabalho, por meio da outorga de uma bolsa de mestrado.

SUMÁRIO

RESUMO	ix
INTRODUÇÃO	1
1. RECUPERAÇÃO DO CENÁRIO URBANO DE CAMPINAS NA DÉCADA DE 1870	5
1.1 CAMPINAS NO CONTEXTO DA EXPANSÃO CAFEIEIRA NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO.....	5
1.2 QUESTÕES IMPOSTAS À EXPANSÃO CAFEIEIRA NO OESTE PAULISTA NA DÉCADA DE 1870	14
1.3 ALGUNS ASPECTOS DO PROCESSO DE ACELERAÇÃO DA URBANIZAÇÃO EM CAMPINAS	33
2. CAMPINAS COMO PARTE INTEGRANTE DO COMPLEXO CAFEIEIRO CAPITALISTA	45
2.1 O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE CAMPINAS NA DÉCADA DE 1880	49
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANA DE CAMPINAS E OS AGENTES ENVOLVIDOS NESSA EXPANSÃO.....	57
2.3 A TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE: AS DISCUSSÕES EM CAMPINAS SOBRE O FIM DA ESCRAVIDÃO E A IMIGRAÇÃO.....	75
3. AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO FINAL DO SÉCULO XIX E A ATUAÇÃO DA ELITE CAMPINEIRA NAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS DO PERÍODO	85
3.1 A EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS URBANAS EM CAMPINAS NO FINAL DO SÉCULO XIX.....	85
3.2 A ORGANIZAÇÃO E A ATUAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO EM CAMPINAS.....	100
3.3 A INFLUÊNCIA PAULISTA NA POLÍTICA REPUBLICANA E A PARTICIPAÇÃO DOS REPUBLICANOS CAMPINEIROS NO GOVERNO	107
3.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA E A SITUAÇÃO DO COMPLEXO CAFEIEIRO PAULISTA NESSE CONTEXTO.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
BIBLIOGRAFIA	127

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar as modificações sócio-econômicas que se processaram no meio urbano de Campinas sob a influência da renda gerada no complexo cafeeiro, a partir da década de 1870. Campinas ocupou posição privilegiada no movimento de expansão da produção cafeeira no Oeste Paulista, o que viabilizou o progresso material de seu espaço urbano: a crescente ocupação da cidade demandou investimentos para a melhoria das condições de vida (serviços públicos), bem como incentivou o desenvolvimento de diversas atividades, tanto econômicas quanto sócio-culturais. Também são discutidas nesse trabalho as posições defendidas pela elite econômica que se formou em Campinas nesse período de auge da expansão cafeeira, cuja influência política alcançou o âmbito nacional, em relação às questões que se colocavam nesse período de transformações da economia brasileira (como a transição para o trabalho livre e o movimento republicano).

INTRODUÇÃO

Partindo do estudo das condições específicas do desenvolvimento de Campinas, que possibilitaram sua inserção competitiva no processo de expansão da economia cafeeira, esta pesquisa busca identificar as modificações sócio-econômicas que se processaram no meio urbano de Campinas, a partir da década de 1870, quando se inicia a introdução de relações capitalistas de produção na economia brasileira.

Essas transformações, observadas nas últimas décadas do século XIX, contemplam a valorização do espaço urbano, com a diversificação das atividades econômicas realizadas, e o surgimento de correntes de idéias entre os segmentos ilustrados dessa sociedade, buscando atingir certo grau de modernidade em um meio cuja dinâmica ainda é definida pelo sistema escravista.

Especialmente a partir da década de 1870, o movimento ascendente da economia cafeeira no município de Campinas possibilitou a aceleração do processo de ocupação do espaço urbano, viabilizando investimentos para a melhoria das condições de vida na cidade. Com a introdução das ferrovias e a atração de novos moradores para a próspera cidade, tornou-se necessária a modernização dos serviços locais, surgindo novas funções urbanas e novos espaços para a convivência social, impulsionando-se o surgimento de indústrias e de estabelecimentos dedicados ao comércio e à prestação de serviços (lazer, educação, saúde, etc.). Entre os serviços de utilidade pública, destacam-se a introdução de meios de transporte mais eficientes (serviço de bondes), a instalação da iluminação a gás nas ruas e residências, e a

realização de obras de saneamento, entre outros. Também nesse período, ganha vulto a imprensa local, que passa a discutir cotidianamente os problemas da cidade e as grandes questões que marcam o país, como a transição para o trabalho livre, o movimento republicano, etc.

O período delimitado para a pesquisa compreende os anos de 1870 a 1905. O ano de 1870 marca o início do primeiro surto cafeeiro no Oeste Paulista, no qual Campinas ocupou posição primordial, e delimita o início de uma década de transformações no complexo cafeeiro escravista e emergência do complexo capitalista, com a introdução de ferrovias, atividades industriais e trabalho assalariado, entre outros fatores. O ano de 1905 delimitou o final da periodização, por marcar o início da estabilização da produção cafeeira em Campinas, após ser atingido o número máximo de cafeeiros no município, além de compreender o período imediatamente anterior ao Convênio de Taubaté, realizado em 1906, que alterou as condições do mercado cafeeiro, ao estabelecer mecanismos de controle sobre essa atividade. No período delimitado, pode-se observar como a renda gerada pela economia cafeeira possibilitou a aceleração da ocupação do espaço urbano da “capital agrícola da província” e a diversificação das funções econômicas desenvolvidas nesse espaço, dada a maior ocupação urbana, inclusive pelos “barões do café”, que passaram a manter uma residência na cidade.

Em relação às fontes documentais, a pesquisa centrou-se no estudo dos Almanques da cidade de Campinas, Almanques da Província de São Paulo, jornal

Gazeta de Campinas, e documentos da Coletoria de Rendas Provinciais de Campinas.

Os almanaques constituíram-se fontes interessantes para este trabalho na medida em que apresentavam informações sobre instituições e associações diversas em atividade na cidade, assim como em relação aos agentes que desenvolviam atividades econômicas caracteristicamente urbanas. Pôde-se acompanhar a implantação de várias Companhias na cidade, ao longo dos anos em que os almanaques foram publicados, incluindo as Companhias Paulista e Mogiana de estradas de ferro, além de empresas de serviços de utilidade pública, como iluminação a gás, transportes urbanos, água e esgotos, etc. Nos Almanques também foi possível apreender o desenvolvimento da cidade através de artigos escritos por personalidades da época, como Campos Salles, descrevendo e discutindo vários dos aspectos do desenvolvimento da cidade.

A pesquisa nos jornais da cidade de Campinas, por sua vez, teve por objetivo a apreensão da relação entre os indivíduos e o meio urbano em desenvolvimento (relação público/privado), e a posição dos agentes locais frente às questões que se impuseram no período (implantação de estradas de ferro, transição para o trabalho livre, movimento republicano, etc.). Optou-se pela pesquisa no jornal *Gazeta de Campinas*, por ter sido o primeiro periódico regularmente constituído em Campinas, além de o início de sua publicação coincidir com o início do período delimitado para esta pesquisa.¹ A *Gazeta de Campinas*, publicada entre os anos de 1869 e 1889, foi

¹ Para alguns períodos, dada a indisponibilidade de exemplares da *Gazeta de Campinas* nos arquivos consultados, foi utilizado como referência o jornal *Diário de Campinas*.

um jornal de grande prestígio: defensor do ideário republicano, contou com a colaboração de importantes personagens do período, como Campos Salles, Rangel Pestana, Francisco Glicério, Américo Brasiliense, entre outros, que discutiam nesse veículo as questões que marcavam essa época de transformações no país.²

Já a documentação da Coletoria de Rendas Provinciais de Campinas, composta de livros com registro diário do pagamento de diversos impostos, foi considerada relevante para este trabalho por permitir confronto de informações com as demais fontes trabalhadas, a fim de identificar os agentes econômicos de maior importância nessa sociedade, e observar o crescimento da ocupação da área urbana de Campinas. Entre os impostos pesquisados, encontram-se: imposto sobre capitalistas (agentes que ofertavam crédito), meia sisa de escravos (incidente sobre a negociação de escravos), imposto sobre seges (ilustrando o progresso material da cidade e seus agentes abastados), e imposto predial (identificação de proprietários, endereços e valores dos imóveis da cidade).

² O lançamento do periódico *Gazeta de Campinas*, em 31/10/1869, foi iniciativa de Francisco Quirino dos Santos, poeta e advogado, posteriormente, deputado à Assembléia Provincial. O jornal desfrutou do apoio do primeiro Diretório Republicano de Campinas; porém, suas atividades foram finalizadas em Maio de 1889, antes da Proclamação da República. Conforme informações de: MARIANO, J. **História da Imprensa em Campinas**. In: IBGE. Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro, 1952.

CAPÍTULO I

RECUPERAÇÃO DO CENÁRIO URBANO DE CAMPINAS NA DÉCADA DE 1870

1.1 Campinas no contexto da expansão cafeeira na província de São Paulo:

A cultura cafeeira na província de São Paulo iniciou-se no final do século XVIII, com a instalação das primeiras lavouras na região do Vale do Paraíba, como uma extensão natural da zona fluminense, onde essa cultura dominava há mais de cem anos. A participação do café na produção agrícola da província de São Paulo foi modesta até as primeiras décadas do século XIX, enquanto destacava-se a cultura da cana-de-açúcar, contando-se 458 engenhos na província, em 1817. Nesse período, ao visitar a província de São Paulo, o engenheiro-militar Luís D'Alincourt constatou a existência de numerosos engenhos e notável produção de açúcar em Campinas, e mencionou que um só fazendeiro era proprietário de doze engenhos no local³. Em sua passagem por Campinas, em 1819, o viajante Saint-Hilaire observou que o número de engenhos de cana em Campinas era superior a uma centena, já sendo o termo de maior produção de açúcar na província.⁴

Em 1836, as produções agrícolas mais importantes da província de São Paulo eram o açúcar e o café, com quantidades equivalentes. Nesse ano, a província de São Paulo produziu mais de meio milhão de arrobas de açúcar; mais de 30% de toda a produção açucareira concentrou-se em Campinas, e o valor de sua produção sobrepôs-se ao de todos os outros distritos da província nesse ano. Já a produção de café em São Paulo atingiu 556.649 arrobas, em 1836, sendo cerca de 86% produzidas no Vale do Paraíba.⁵

Através de alguns dados apresentados por Taunay⁶, pode-se observar a predominância da cultura da cana na região Oeste da província de São Paulo, em 1836:

³ Segundo informação atribuída a Benedito Otávio, pesquisador da história de Campinas, esse grande proprietário de engenhos era a o brigadeiro Luís Antônio de Sousa. Informações constantes de: ABREU, F. Campos. “*Como Saint-Hilaire viu Campinas (1819)*”. In: Monografia Histórica do Município de Campinas, Rio de Janeiro, IBGE, 1952. Pág. 213-216.

⁴ ABREU, F. C., op. cit.

⁵ Cf.: CAMARGO, J. F. *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 1981. Pág. 157 e seguintes.

⁶ TAUNAY, A. d'E. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939-1943. Volume III.

TABELA 1: PRODUÇÃO DE CAFÉ E AÇÚCAR -1836

Localidades	Açúcar (arrobas) 1836	Nº de engenhos de açúcar-1836	Café (arrobas) 1836
Campinas	158.447	83	8.081
Piracicaba	115.609	78	4.699
Bragança	---	---	2.480
Jundiaí	11.800	29	1.276
Itú	91.965	93	1.052
Total (São Paulo)	563.949	---	76.049

Fonte: Taunay, A. d'E. História do Café no Brasil. Vol. III, Cap. X.

Percebe-se que a produção açucareira de Campinas destacava-se no âmbito estadual, sendo o município que apresentava a maior produção do gênero. Em relação à cultura cafeeira, Taunay destaca que, em Campinas, existiam já nove fazendas destinadas à cultura cafeeira, sendo responsáveis pela maior produção cafeeira da região Oeste, onde até então essa produção era pouco desenvolvida: “Além de Campinas não existiam ainda nos demais municípios fazendas de café propriamente ditas, ao que parece, apenas cafezais, maiores e menores, geralmente pequenos, anexos aos engenhos de açúcar.”⁷

Campinas foi a primeira povoação originada no “Caminho dos Goiaes”, caminho aberto no mato pelos bandeirantes, nas primeiras décadas do século XVI, para possibilitar a passagem dos paulistas em direção a Minas e Goiás, na busca de novos domínios para a Coroa portuguesa e de áreas para exploração de metais e pedras preciosas.⁸ No local onde posteriormente fundou-se Campinas, os bandeirantes, garimpeiros e tropeiros se abasteciam de gêneros alimentícios, além de ser um local para o descanso das caravanas. Com a mineração em queda e a ascensão dos preços do açúcar no mercado mundial, o Governo de Portugal determinou que o território paulista fosse ocupado e que fosse estabelecida sólida agricultura no local. Nesse contexto, iniciou-se a cultura da cana-de-açúcar em Campinas e sua região, onde veio a constituir-se o chamado “quadrilátero do açúcar”⁹, ampliando as perspectivas de desenvolvimento dessa região e colocando Campinas na posição de centro

⁷ TAUNAY, A. d'E., op. cit., vol. III, cap. X, pág. 103.

⁸ Cf.: F. Quirino dos Santos, “Campinas: Notícia Histórica”, in: **Almanak de Campinas para 1871**. José Maria Lisboa (org.). Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1870. Pág. 64.

⁹ O “quadrilátero do açúcar” compreendia a área situada a oeste da capital paulista, delimitada pelos municípios de Mogi-Guaçu, Jundiaí, Sorocaba e Piracicaba. Cf.: SEMEGHINI, U. C. **Do Café à Indústria: uma Cidade e seu Tempo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1981. Pág. 15.

regional. Visando o mercado mundial, o açúcar exigiu substancial transformação no sistema de transportes e comunicações local, com o objetivo de garantir condições para o escoamento da produção das “vilas do açúcar” para o litoral, dada a alta produtividade da região de Campinas.¹⁰

Assim, com a cultura do açúcar, Campinas inseriu-se na produção voltada ao mercado exterior, equipando-se para a produção na grande lavoura: houve o desenvolvimento de máquinas e implementos, benfeitorias e edificações, a concentração de mão-de-obra (escravos) e o estabelecimento de um sistema de transportes regular constituído pelas tropas de muares.¹¹ Tais elementos presentes na região foram fundamentais para que Campinas pudesse se inserir na produção cafeeira de modo competitivo, passando em pouco tempo a ser considerada a “capital agrícola da Província de São Paulo”. Desse modo, o complexo cafeeiro beneficiou-se com a acumulação ocorrida no período açucareiro, com “a formação de uma aristocracia agrária empreendedora, a aquisição de um *know-how* agrário e comercial, entre outros fatores(...)”¹²

Nesse contexto, observa-se que as condições específicas do desenvolvimento de Campinas constituíram a base para seu crescimento econômico diferenciado frente aos demais municípios do Oeste Paulista, especialmente no primeiro surto de expansão cafeeira na região.

Entre os anos de 1836 e 1852, quando a produção cafeeira começa a ganhar espaço na região Oeste da província, o número de engenhos de açúcar em Campinas, antes maior produtor de São Paulo, reduz-se, ao mesmo tempo em que cresce o número de fazendas de café na região. Para o ano de 1852, relata-se a existência de 68 fazendas de café em Campinas (e 51 engenhos), 28 em Mogi-Mirim, 22 em Limeira, 14 em Piracicaba (e 61 engenhos), 13 em Porto Feliz (e 45 engenhos), e 11 em Jundiaí.¹³

¹⁰ Em 1818, a produção de açúcar teria sido de 100.000 arrobas e, em 1836, 160.000 arrobas, com população estabilizada em 7.000 pessoas (sendo a metade escravos), a maioria habitante do campo. Conforme apresentado por MELLO, F. F. “**Formação Histórica de Campinas: Breve Panorama**”. In: **Campinas: Subsídios para a Discussão do Plano Diretor**. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1992. Pág. 18. Acrescente-se, que em 1838, existiriam 93 moagens de cana em Campinas (segundo informa F. Quirino dos Santos, op. cit., pág. 70).

¹¹ LAPA, J. R. A. **A Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. Capítulo 4.

¹² LAPA, J. R. A., op. cit., pág. 85.

¹³ TAUNAY, A. d’E., op. cit., vol. III, cap. XI.

Em meados do século XIX, a região do Vale do Paraíba paulista atingiu seu apogeu na produção cafeeira, alcançando 2.737.639 arrobas em 1854, o que significou um crescimento de 471% em relação à produção verificada na região em 1836.¹⁴ Nesse ano de 1854, os principais municípios produtores de café do Vale do Paraíba eram Bananal, Taubaté e Pindamonhangaba. Conforme exposto por Taunay, havia enorme preponderância econômica do Norte da província; no Oeste, apenas Campinas se destacava entre os municípios de primeira linha.¹⁵ Em 1854, Campinas já encontrava-se em processo de substituição da produção do açúcar pelo café, sendo o principal município produtor de café da região Oeste, com 177 fazendas produzindo 335.550 arrobas, com rendimento de 1:006:650\$000; as fábricas de açúcar eram 44 nesse ano, produzindo cerca de 60.000 arrobas. Nesse ano, a produção de café de Campinas era equivalente a 63% da produção de toda sua região, e 15% da produção cafeeira da província.¹⁶

TABELA 2: ATIVIDADE CAFEIEIRA - 1854

Alguns dos principais municípios cafeeiros	Nº fazendas de café	Prod. café (arrobas)	Nº de escravos (faz. café)	Nº de colonos (faz. café)	Prod. Açúcar (arrobas)
Bananal	70	554.000 (1º)	7.622	10	
Taubaté	240	354.730 (2º)	4.345	0	
Pindamonhangaba	112	350.000 (3º)	2.800	0	
Campinas	177	335.550 (4º)	6.000	198	62.000
Limeira	65	121.800 (9º)	1.742	942	
Rio Claro	65	99.670 (14º)	---	231	
Mogi-Mirim	66	80.000 (17º)	---	38	227.000 (1º)
Jundiaí	57	60.000 (19º)	---	235	
Bragança	100	36.755 (22º)	---	---	
Piracicaba	16	30.600 (23º)	---	380	131.000 (3º)
Itú	60	16.702	---	---	159.070 (2º)

Fonte: Taunay, A. d'E. História do café no Brasil. Vol. III. Cap. XIII.

Entre 1854 e 1857, o número de fazendas de café em Campinas reduziu-se em sete, mas houve aumento da colheita nas fazendas existentes, em 14.450 arrobas, ou seja, Campinas possuía cerca de 170 fazendas de café, em 1856, e produzia 350.000 arrobas do produto. Nesse momento, conforme apresenta Taunay, “grandes municípios cafeeiros de

¹⁴ CAMARGO, J. F., op. cit.

¹⁵ TAUNAY, A. d'E., op. cit., vol. III, cap. XIII.

¹⁶ Entre os anos de 1836 e 1854, a produção de açúcar da região de Campinas manteve-se praticamente estacionária, reduzindo-se em Campinas, mas elevando-se em outros municípios, como Itu, por exemplo, onde a produção passou de 91.965, em 1836, para 159.090, em 1854. Cf.: CAMARGO, J. F., op. cit., pág. 161.

mais tarde nem sequer desabrochavam ainda, com medo da geada, ou tolhidos pela dificuldade dos transportes. Em 1860, notava Tschudi que Rio Claro era o limite extremo da cafeicultura paulista. Além não convinha, de todo, plantar a rubiácea.” Acrescente-se que, em 1855, municípios como Araraquara e Casa Branca, futuros grandes produtores de café, produziam, respectivamente, 2.000 arrobas em 4 fazendas, e 750 arrobas em 6 fazendas.¹⁷

A população de Campinas, em 1856, foi calculada em 14.201 habitantes, sendo que, cerca da metade dessa população seria composta por escravos, pois, em 1852, já existiam 6.000 cativos em Campinas.¹⁸ Nesse sentido, uma das necessidades da lavoura do município de Campinas seria a obtenção de trabalhadores, pois os escravos apresentavam elevados preços, e o número de colonos no município não seria suficiente para atender às necessidades locais; uma forma de amenizar a falta de braços seria difundir a utilização de instrumentos agrários adequados à região. Outra necessidade urgente para a agricultura da região seria o melhoramento das vias de comunicação, que resultaria em diminuição do frete do transporte e aceleração do comércio.¹⁹

Por volta de 1858, o município de Campinas contava 189 fazendas de café, que exportavam cerca de 500.000 arrobas; as fazendas de açúcar eram em número de 28, responsáveis por uma exportação de cerca de 50.000 arrobas. A maioria da população era constituída de cativos, havendo 8.000 indivíduos livres e 12.000 escravos em Campinas.²⁰

¹⁷ TAUNAY, A. d'E., op. cit., vol. III, citação à página 133.

¹⁸ Para efeito de comparação, apresenta-se a população dos demais municípios da região de Campinas em 1856: Porto Feliz, 44.876 habitantes; Mogi-Mirim, 12.636; Bragança, 7.666; Rio Claro, 6.564; Jundiá, 5.606; Piracicaba, 5.095; Limeira, 5.045. Cf.: TAUNAY, A. d'E., op. cit., vol. III, cap. XIV.

¹⁹ Cf.: TAUNAY, A. d'E., op. cit., vol. III, cap. XVI.

²⁰ Cf. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de S. Paulo para o ano de 1858**. Marques e Irmão (org.). São Paulo: Tip. Imparcial, 1857. Pode-se observar que a população cativa de Campinas dobrou entre os anos de 1852 e 1858.

TABELA 3: EXPORTAÇÃO PAULISTA NO EXERCÍCIO DE 1856-1857

PRODUTOS	VALOR
CAFÉ	8.592:522\$071
TOUCINHO	447:243\$984
AÇÚCAR	407:921\$984
ARROZ	351:921\$889
FUMO	83:833\$000
FEIJÃO	32:047\$600
COUROS	25:379\$916
TOTAL	10.376:566\$294

Fonte: Taunay, A. d'E. História do Café no Brasil, vol. III, pág. 157.

Ao comentar o relatório apresentado à Assembléia Provincial de São Paulo, em 1863, pelo presidente Vicente P. da Motta, Taunay salientou a importância cada vez maior da produção cafeeira na exportação da província e o quase desaparecimento da tradicional exportação açucareira. Em 1862, a província de São Paulo exportou 2.735.456 arrobas de café, e apenas 3.652 arrobas de açúcar.²¹

Por essa época (1860), ao passar pela região, o viajante suíço Tschudi²² observou que todas as terras entre Jundiá e São João do Rio Claro já estariam tomadas pelos cafezais, mas a produção ainda seria realizada de modo extensivo, pouco racional, o que poderia ser alterado pela presença dos colonos, muito úteis para a introdução de um sistema agrícola mais intensivo. Em Campinas, segundo ele, a iniciativa da produção cafeeira coube ao Sr. Francisco Egídio de Sousa Aranha²³. Tschudi salientou a necessidade de construção de uma estrada de ferro entre Santos, São Paulo e Campinas, para que Campinas pudesse continuar expandindo sua produção de modo lucrativo: “Desde há muito tempo Campinas se firmou como centro produtor de algumas comarcas distantes, tanto da Província, como também de Minas Gerais, que para ela enviam seus produtos, tais como algodão, toucinho, feijão, queijo, etc., recebendo em troca sal, ferramentas, artigos importados da Europa. (...)”

²¹ TAUNAY, A. d'E. op. cit., vol. III, pág. 169.

²² TSCHUDI, J. J. von. **Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

²³ Francisco Egídio de Souza Aranha nasceu na vila de Santos, em 1778, e era filho de Pedro de Souza Campos (nascido em Campinas, então Jundiá) e de D. Maria Francisca Aranha de Camargo (natural de Santos). Casou-se no sítio Mato Dentro, em Campinas, com sua prima-irmã D. Maria Luzia da Conceição (que alterou seu nome para Maria Luzia de Souza Aranha). Seu sogro, tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, transmitiu-lhe a fazenda Mato Dentro, e F. Egídio “promoveu em larga escala a plantação de café em sua propriedade, sendo considerado um dos fundadores da lavoura cafeeira, que notabilizou o município de Campinas”. Faleceu em 1860. Cf.: **“História da Fundação de Campinas (Subsídios)”**, por Teodoro de Souza Campos Jr. In: **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Rio de Janeiro, IBGE, 1952.

Esse comércio tomará novo incremento quando for servido por estrada de ferro”.²⁴ Também, o português A. E. Zaluar²⁵, que visitou a província no mesmo período, observou que a falta de uma estrada de ferro, onerando o transporte da produção local, seria o único problema para o desenvolvimento de Campinas, já que a cidade incentivaria os melhoramentos materiais, bem como a aplicação de máquinas para o aperfeiçoamento da produção agrícola.

A posição de Campinas como entreposto de Goiás, Uberaba, Franca, e outras povoações do interior, com a Corte, favoreceu o comércio local, tornando Campinas também um centro regional na atividade comercial. Segundo estatísticas da Câmara Municipal de Campinas, a cidade possuía os seguintes estabelecimentos comerciais, por volta de 1860: 64 lojas de fazendas e ferragens, 20 armazéns de gêneros de fora, 110 tavernas, 3 fábricas de licores, 2 de cerveja, 1 de velas de cera, 1 de chapéus, 1 de charutos, 3 hotéis, 2 casas de bilhares, diversas lojas de alfaiates, sapateiros, latoeiros, caldeireiros, torneiros, marceneiros, seleiros, armadores, 4 padarias, 3 relojoeiros, 3 ourives, 3 retratistas em daguerreótipo [aparelho primitivo de fotografia] e um a óleo, 3 pintores hábeis, 1 tipografia (que publicava *O Conservador*, folha dedicada aos interesses de um partido) e 3 comissões de importação.²⁶ Ao lado desse desenvolvimento comercial, o viajante português Zaluar observou os progressos culturais da cidade, informando que haveria 240 alunos do sexo masculino e 120 do sexo feminino freqüentando as oito aulas (três públicas e cinco particulares) existentes na cidade; além disso, muitos fazendeiros contratariam mestres para a educação de seus filhos. Em Campinas, havia dezesseis bacharéis formados em Direito (seis provenientes de outras localidades), além de vários jovens campineiros freqüentarem as aulas da Faculdade de Direito em São Paulo. Em relação à cultura, Zaluar destacou, ainda, a existência de duas associações científicas: Recreio Literário de Leitura Campineiro e Gabinete de Leitura.

Já em 1868, a cidade de Campinas possuía, segundo o arrolamento feito para a cobrança de imposto sobre portas e janelas, 1.373 habitações, número que em 1870, não

²⁴ TSCHUDI, J. J. von., op. cit., pág. 173-174.

²⁵ ZALUAR, A. E. Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861). São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

²⁶ Informações apresentadas em: ZALUAR, A. E., op. cit.

seria inferior a 1.400. A população de Campinas, em 1870, estava avaliada em 33.000 almas, localizando-se cerca de 10.000 pessoas na cidade, e o restante nas fazendas. Desse total, cerca de 13.000 indivíduos eram livres e 20.000 eram escravos.²⁷ Também, no início desse ano, a cidade de Campinas foi dividida em duas paróquias, conforme projeto apresentado à Assembléia Provincial, criando-se a Freguesia de Santa Cruz (anteriormente, havia apenas a Freguesia da Conceição).²⁸ Campinas, em 1870, já era o terceiro município em arrecadação da província de São Paulo, com um orçamento de 29:725\$281, sendo superada apenas pelos orçamentos de Santos (33:804\$000) e da capital (31:840\$000).²⁹

A produção agrícola de Campinas, nesse período, estava em ascendência: em 1869 a colheita foi de cerca de um milhão de arrobas de café, cifra que atingiu 1.300.000 arrobas exportadas em 1870. Além disso, o açúcar, cultura abafada pelo café, ainda renderia anualmente 100.000\$000 ao município; já o algodão, pouco explorado, renderia cerca de 40.000\$000. Desse modo, em 1870, o valor de toda a produção local, líquido, estaria em 6:600:000\$000. O montante importado por Campinas seria cerca de 2:600:000\$000, divididos pelas lojas de fazendas secas (1:600:000\$000), ferragens, jóias, depósitos de máquinas, etc. Haveria, assim, um resultado positivo de 4:000:000\$000, além de outros 500:000\$000 produzidos pela pequena lavoura do município.³⁰

No ano de 1872, de acordo com levantamento feito pela Câmara Municipal de Campinas³¹, as propriedades agrícolas de maior porte no município produziam entre 25.000 e 30.000 arrobas (incluindo café, açúcar e algodão). Os proprietários dos estabelecimentos agrícolas com maior volume de produção em Campinas eram o Barão de Limeira, e os Comendadores Francisco Teixeira Vilela, Joaquim Policarpo Aranha, Joaquim Ferreira

²⁷ Informações de: QUIRINO DOS SANTOS, F., op. cit., pág. 72.

²⁸ Segundo artigo de F. Quirino dos Santos, publicado no jornal *Gazeta de Campinas*, de 17/2/1870, essa proposta seria inaceitável, não trazendo proveito algum para a cidade; pois transtornaria as relações entre o povo e a Igreja, dado que a ordem de colocação das casas na cidade não seria a mesma observada na posição das fazendas. A aprovação da lei foi noticiada pela *Gazeta de Campinas*, em 8/5/1870.

²⁹ Comparando-se os orçamentos dos anos de 1836 e 1870, observa-se o enorme crescimento econômico do município de Campinas, que passou da 12ª colocação em 1836, com 1.023\$000, para o terceiro maior orçamento em 1870, com 29:725\$281. Nesse mesmo período, o orçamento da capital passou de 8:800\$000 para 31:840\$000 (cerca de 3,6 vezes maior). Cf. TAUNAY, A. d'E., op. cit., vol. III, cap. XXII.

³⁰ QUIRINO DOS SANTOS, F., op. cit., pág. 72-73.

³¹ Conforme estabelecido em Postura da Câmara Municipal, os lavradores e capitalistas de Campinas contribuiriam para a realização das obras da Matriz Nova da cidade, por meio de imposto calculado segundo o

Penteado e Manoel Carlos Aranha (dono da fazenda Pau d'Alho, na qual foram introduzidos colonos alemães em 1873). Além desses, outros 195 lavradores foram arrolados para o pagamento do imposto, sendo 59 lavradores com produção entre 500 e 1.000 arrobas, 57 entre 1.000 e 3.000 arrobas, 36 entre 3.000 e 5.000 arrobas, 35 entre 5.000 e 7.000 arrobas, 6 entre 7.000 e 9.000 arrobas, um lavrador com colheita entre 9.000 e 12.000 arrobas, e um entre 12.000 e 15.000 arrobas. Além dos lavradores, foram identificados 57 capitalistas para o pagamento do imposto, e o valor a ser pago variava de acordo com o montante de dinheiro dado a prêmio pelos mesmos³². Os maiores capitalistas do município, que tinham a prêmio quantias superiores a 400:000\$000, eram: Antônio Francisco Guimarães, o tenente coronel José Egídio de Souza Aranha, e Mauá & C. (única agência bancária instalada na cidade). Também destacavam-se entre os capitalistas de Campinas diversos agricultores, advogados, médicos, etc., como: Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles (advogado, com capital entre 10 e 20:000\$000 a prêmio), João Manoel de Almeida Barbosa (lavrador com produção entre 7.000 e 9.000 arrobas, que formou, em 1872, a colônia Nova Colúmbia; possuía entre 200 a 400:000\$000 a prêmio), Joaquim Ferreira de Camargo Andrade (lavrador, com produção entre 5.000 e 7.000 arrobas, possuía entre 200 a 400:000\$000 a prêmio), entre outros.

TABELA 4: EXPORTAÇÃO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (em arrobas)

EXERCÍCIOS	CAFÉ	ALGODÃO	FUMO	TOUCINHO	AÇÚCAR
1862-63*	2.413.385	87	4.963	26.551	11.144
1863-64*	1.611.729	61	3.539	20.228	8.831
1864-65*	2.993.151	7.107	102.706	26.619	6.005
1865-66*	2.242.254	194.958	2.334	20.623	1.735
1866-67*	2.343.994	235.119	4.261	36.558	111
1867-68**	2.837.511	---	---	---	---
1868-69**	3.715.232	---	---	---	---
1869-70**	3.342.251	---	---	---	---

* Conforme Relatório apresentado à Assembléia Provincial pelo Presidente Saldanha Marinho, 1868.

** Conforme Relatório apresentado pelo Pres. Dr. Antônio da Costa Pinto e Silva, à Assembléia Provincial de São Paulo, em 5/2/1871.

número de arrobas produzidas nas fazendas, ou o montante de capital a prêmio. Cf.: *Gazeta de Campinas*, 2/6/1872 e 31/10/1872.

³² Do total de 57 capitalistas arrolados para o pagamento do imposto para as obras da Matriz Nova, 9 possuíam capital a prêmio num montante entre 10:000\$000 e 20:000\$000, 14 entre 20 e 50:000\$000, 16 entre 50 e 100:000\$000, 9 entre 100 e 200:000\$000, 6 entre 200 e 400:000\$000, e 3 com capital a prêmio superior a 400:000\$000. Cf. *Gazeta de Campinas*, 31/10/1872.

É nesse contexto de acelerada expansão da exportação cafeeira, frente às demais culturas da província de São Paulo, que acentua-se o papel de centro regional do município de Campinas. Conforme colocado por Amaral Lapa, a partir da década de 1870, “consolidase e expande-se a posição de Campinas como centro produtor cafeeiro e de alimentos e matérias-primas para o mercado interno e externo, a que se acrescentam funções complexas de entreposto comercial e produção de artesanato, manufaturas e produtos industrializados, bem como de serviços, o que altera a vida da cidade.”³³

1.2 Questões impostas à expansão cafeeira no Oeste Paulista na década de 1870:

A partir do Vale do Paraíba, a cultura cafeeira estendeu-se a outras regiões da província de São Paulo (“Oeste Paulista”), nas quais tornou-se significativa, já na segunda metade do século XIX. A marcha do café em direção ao Oeste Paulista explica-se pela própria dinâmica da economia mercantil-escravista cafeeira, que estaria sujeita à disponibilidade de terras nas quais a produção pudesse ser lucrativa, devido ao caráter extensivo de sua acumulação.³⁴ Desse modo, já em meados do século XIX, começam a se esgotar as possibilidades de expansão do café no Vale do Paraíba, devido à exaustão do solo, e ao aumento dos custos de inversão, com a diminuição da oferta de terras. No Oeste Paulista, o café não encontraria limite territorial à sua expansão, e as terras, além de abundantes, seriam excelentes sob o aspecto das condições climáticas, de fertilidade (“terra roxa”) e topografia (terreno pouco acidentado, que favorecia a utilização de máquinas carpideiras); apenas restaria a ser resolvido, nessa região, o problema da elevação dos custos de transporte da produção, inerentes à expansão para áreas internas do país.

A implantação das ferrovias em São Paulo durante a década de 1870 contribuiu para a expansão do processo de acumulação no complexo cafeeiro, sob dois aspectos: ao aumentar a produtividade diminuindo os custos com transportes e as perdas durante o percurso, as ferrovias elevavam a lucratividade dos produtores, permitindo a expansão do

³³ LAPA, J. R. A., op. cit., pág. 282.

³⁴ CARDOSO DE MELLO, J. M. **O Capitalismo Tardio**. 9a edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. Pág. 58-72.

excedente gerado na cafeicultura; sendo atividades rentáveis, os investimentos em ferrovias eram uma opção para a utilização desse excedente acumulado com a diminuição dos custos. Assim, as ferrovias tornaram-se, ao mesmo tempo, a origem e o destino dos capitais acumulados. No que tange ao processo de desenvolvimento dos núcleos urbanos, a expansão ferroviária desempenhou significativo papel ao demandar a instalação de oficinas mecânicas e de reparos e ao promover o treinamento da mão-de-obra, incentivando o desenvolvimento de atividades urbanas (comércio, serviços, indústrias) para viabilizar a instalação dos trabalhadores ligados às ferrovias.³⁵ Também, a partir da década de setenta, dissemina-se na região Oeste de São Paulo a utilização de máquinas de beneficiamento de café, que permitiram poupar trabalho escravo e melhorar a qualidade do produto.

Desse modo, observa-se que, especialmente a partir da década de 1870, ocorrem transformações nas relações de produção da economia do Oeste paulista, com o progressivo abandono do trabalho escravo em favor do trabalho livre, a introdução de ferrovias e da mecanização nas operações de beneficiamento do café.

Desempenhando papel nuclear na economia cafeeira paulista das últimas décadas do século XIX, a cidade de Campinas tornou-se o centro dessas transformações, e das discussões acerca das questões que afligiam a economia cafeeira. A elite campineira (fazendeiros, profissionais liberais, etc.) participou de forma ativa na busca de soluções às importantes questões do período, como a implantação de ferrovias, a falta de crédito agrícola e a necessidade da substituição do trabalho, no contexto da proibição do tráfico de escravos.

Os elevados custos do transporte da produção do Oeste Paulista até o porto de embarque, representavam um problema à expansão lucrativa da lavoura cafeeira na região. Nesse sentido, as vias férreas seriam o meio mais certo, rápido e eficaz de se realizar o transporte, tornando as novas áreas economicamente viáveis à exploração agrícola. As estradas de ferro viriam substituir o antigo sistema de transporte, as tropas de mulas, sistema incapaz de atender às crescentes necessidades da economia paulista; acrescente-se à deficiência desse meio de transporte as condições precárias das estradas de rodagem da

³⁵ Cf.: CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 2ª edição. São Paulo: T. A. Queiroz, 1977.

província, e a difícil descida da Serra do Mar.³⁶ O problema do péssimo estado de conservação das estradas provinciais foi discutido, por diversas vezes, em artigos da *Gazeta de Campinas*: Francisco Quirino dos Santos, ao informar sobre o estado de abandono da estrada entre Campinas e Amparo, mostrou-se indignado com a posição do governo, que proclamava os saldos positivos do Tesouro Provincial, mas não utilizava os recursos para atender às necessidades dos cidadãos.³⁷ Também seria péssimo o estado da estrada de Mogi-Mirim, “uma estação aberta num ponto da extensa linha que une quatro províncias por meio de produções variadas, não só aos mercados de Campinas e São Paulo, mas ainda ao escoadouro natural de nossas riquezas ao estrangeiro, ao porto de Santos”.³⁸

Como solução ao problema do transporte, já se discutia na província de São Paulo, em meados do século XIX, a viabilidade da construção de uma estrada de ferro ligando a capital a Santos. O desenvolvimento econômico da província comportaria uma obra desse porte, que beneficiaria municípios como Campinas, Jundiaí e Limeira, produtores de café e açúcar, com grande potencial de expansão da produção, se vencidas as enormes distâncias até o porto de embarque. Em 1856, o governo outorgou a concessão para a construção de uma estrada de ferro que ligasse São Paulo a Santos, e se dirigisse a Jundiaí, para a qual organizou-se, em Londres, a companhia *São Paulo Railway*, que recebeu garantia de juros do governo e zona privilegiada. A construção foi iniciada em 1860, atingindo São Paulo em 1866, e Jundiaí, em 1867. Com a conclusão dessa ferrovia foi dinamizada a exportação paulista, especialmente do Oeste Paulista, que passou a ser realizada preferencialmente pelo porto de Santos.

Porém, a estrada de ferro de Santos a Jundiaí terminou seis léguas aquém do terreno mais produtivo dessa parte da província, pois, entre Santos a Jundiaí, nenhuma cultura importante seria possível, impondo-se a necessidade de prolongar a estrada até um ponto onde a lavoura tivesse uma escala produtiva mais considerável. A Companhia Inglesa,

³⁶ Problemas discutidos em: SAES, F. A. M. **As Ferrovias de São Paulo 1870-1940**. São Paulo: HUCITEC, 1981. Pág. 38.

³⁷ *Gazeta de Campinas*, 28/11/1869. Sobre a posição do governo paulista frente a essa questão, Campos Salles comenta: “Tudo da corte e pela corte. (...) O dinheiro destinado pela Assembléia Provincial aos grandes melhoramentos esbanja-se ao sabor de um ou outro aventureiro (...). Aqui os cofres regurgitam de dinheiro, a receita provincial cresce todos os anos, e no entanto, as vias de comunicação estão em completo abandono e tornam-se por isso cada vez piores”. Trecho transcrito do artigo “**Não temos administração**”, da *Gazeta de Campinas*, 5/12/1869.

detentora do privilégio de exploração de vias férreas nessa parte da província, apesar de compreender a necessidade do prolongamento da estrada, não se interessou em empreender a obra, abrindo a possibilidade de realização da empresa por outro grupo interessado.³⁹ O governo da província, alegando falta de recursos para empreender esse melhoramento, deixou a cargo dos agricultores, capitalistas e comerciantes da província a iniciativa da obra, considerando serem estes os maiores interessados: a falta do prolongamento estaria impondo enormes sacrifícios a essa parte da província, cuja riqueza derivaria da lavoura, sendo da ordem de 2:400:000\$000 as perdas anuais com a falta da obra. Em Campinas, realizou-se uma reunião para discutir o assunto, à qual concorreu grande número de cidadãos locais, da capital, de Santos e de outros lugares, abrindo-se uma subscrição para a formação de uma Companhia Paulista para o prolongamento da estrada de ferro de Jundiaí a Campinas.⁴⁰ Seria o primeiro exemplo da formação de uma companhia brasileira de porte, livre de capitais estrangeiros.⁴¹

A Companhia Paulista foi legalizada em 28/11/1868, e o respectivo contrato com a província foi celebrado em 29/05/1869.⁴² Os trabalhos foram iniciados em 15 de Março de 1870, com previsão de término em dois anos.

No final do ano de 1870, os moradores de Campinas já seriam detentores da quarta parte das ações emitidas pela Companhia Paulista, isto é, 5.240 ações, correspondentes ao capital de 1:048:000\$000.⁴³ No dia 31 de Março de 1872, foi aberto ao tráfego o trecho da estrada até Valinhos; a interrupção no trânsito da via férrea inglesa, entre São Paulo e Santos, por problemas com o governo, teria causado atraso na chegada do material para a

³⁸ *Gazeta de Campinas*, 5/12/1869.

³⁹ Ver: Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, em 2 de Fevereiro de 1868.

⁴⁰ O primeiro nome inscrito foi o do Sr. Barão de Itapetininga, capitalista, com 1.000 ações de 200\$000, ao qual juntaram-se outros, totalizando 18.600 ações, no valor de 3:720:000\$000, o que já atingiria um dos orçamentos apresentados para a obra.

⁴¹ Informações colhidas no Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 2 de Fevereiro de 1868, pelo presidente da Província de São Paulo, conselheiro Joaquim Saldanha Marinho.

⁴² Conforme Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província, Dr. Antônio Cândido da Rocha, em 2 de Fevereiro de 1870.

⁴³ Segundo notícia da *Gazeta de Campinas*, de 29/12/1870, os cidadãos de Campinas teriam adquirido, além das ações que já possuíam, 1.805 ações da Cia. Paulista cedidas por moradores de Itu, e 650 ações cedidas por Mauá & C.

conclusão da linha entre Jundiaí e Campinas. A linha completa, entre Jundiaí e Campinas, teria a extensão de 44.063,35m, ou sete léguas.⁴⁴

Em 11 de Agosto de 1872, ocorreu a inauguração da estrada de ferro entre Jundiaí e Campinas. Houve eventos comemorativos nesse dia, e homenagens aos senhores Saldanha Marinho, idealizador da empresa, e Falcão Filho, executor da obra. No ano de inauguração da linha, entre os maiores acionistas de Campinas da Companhia Paulista encontravam-se: José Egídio de Souza Aranha, com 513 ações, Camilo Xavier Bueno da Silveira (herdeiros de), com 500 ações, Victorino Pinto Nunes, 305 ações, Joaquim Ferreira Penteado, 300 ações. Já no mês de Setembro, a quantidade de mercadorias transportadas pela estrada de ferro entre Campinas e Jundiaí atingiu 4.286 toneladas: 1.476 toneladas de café, 224 de algodão, 1.493 de sal, 146 de açúcar, e 947 toneladas de diversos produtos.⁴⁵

A expansão da lavoura cafeeira em Campinas e região possibilitou que, antes mesmo da inauguração da linha da Companhia Paulista entre Jundiaí e Campinas, começassem a ser discutidas as possibilidades do prolongamento dessa linha, a fim de estender os benefícios das vias férreas pelo Oeste Paulista⁴⁶. Desse modo, a partir de Campinas, como ponto terminal da linha que começava em Santos, haveria duas direções distintas precisando de uma estrada que ferro que comportasse a expedição de seus abundantes produtos: as regiões de Rio Claro e Mogi-Mirim.⁴⁷ Vários foram os argumentos em relação à direção do prolongamento da estrada de ferro: o prolongamento em direção a

⁴⁴ **Almanak de Campinas para 1873**. José Maria Lisboa (org.). Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1872. Pág. 33.

⁴⁵ *Gazeta de Campinas*, 17/10/1872. Pode-se observar que, dois anos após a abertura dessa linha, o movimento de mercadorias entre Campinas e Jundiaí, havia praticamente duplicado, com grande destaque para o transporte de café: no mês de Dezembro de 1874 foi transportado um total de 8.065 toneladas, sendo 5.609 toneladas de café, 25 de algodão, 27 de sal, 763 de açúcar, e 1.641 toneladas de diversos produtos. (Conforme *Gazeta de Campinas*, 24/01/1875)

⁴⁶ Calculava-se uma economia de mais de 10 rs. a cada 15 quilogramas, por quilômetro de estrada de ferro construído, significando economia anual, para o café, de alguns milhares de contos de réis. Conforme “**Considerações Gerais sobre o Comércio e a Lavoura da Província**”, artigo assinado por Cayubi, publicado na *Gazeta de Campinas*, de 22/1/1874.

⁴⁷ No início de 1870, organizou-se a “Companhia do Oeste”, com o fim de efetuar o prolongamento da estrada de ferro de Campinas ao Rio Claro, passando por Limeira. Em Abril desse ano, já haviam sido tomadas 17.922 ações dessa companhia. (*Gazeta de Campinas*, 1º/5/1870). Em relação ao prolongamento para Mogi-Mirim, em 27/7/1871, a *Gazeta de Campinas* informou sobre uma proposta do engenheiro Cel. Rufino Enéas Galvão para a construção de uma estrada de ferro entre Campinas e Mogi-Mirim, prolongando-se para o Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. Conforme o artigo: “supomos que 300.000 almas possam concorrer ao gozo desta via de comunicação”. (“**Nova Linha Férrea**”, por Francisco Quirino dos Santos. *Gazeta de Campinas*, 27/7/1871)

Mogi-Mirim beneficiaria uma população de mais de 300.000 pessoas; já a região de Rio Claro seria responsável por um volume maior de produção.⁴⁸ Mas, conforme argumentação de Campos Salles, não teria lugar a questão da preferência e da rivalidade entre as cidades: se ambos os municípios sustentavam ter capacidade para realizar o prolongamento, cada um deveria organizar a sua empresa, a fim de demonstrar a posse dos recursos indispensáveis à empreitada. Além disso, Campos Salles discordava daqueles que acreditavam em “um descalabro geral nos cofres da província, por causa desta febre de estradas que entre nós se desenvolve cada vez mais ardente”; em sua opinião, os capitais que porventura saíssem dos cofres públicos como garantia de juros, certamente retornariam a eles em forma de aumento da arrecadação de impostos, com o crescimento da atividade econômica.⁴⁹

Em relação ao prolongamento para Mogi-Mirim, a província concedeu, por lei de 21/03/1872, garantia de juros de 7% ao capital de 3:000:000\$000 da companhia que se encarregasse da construção de uma estrada de ferro de bitola estreita de Campinas a Mogi-Mirim, com ramal para Amparo, e privilégio para o prolongamento dessa linha férrea de Mogi-Mirim ao Rio Grande, passando pelas cidades de Casa Branca e Franca.⁵⁰ Nesse sentido, organizou-se em 1872, com sede em Campinas, a Companhia Mogiana, cuja primeira reunião realizou-se em 1º de Julho de 1872, e foi presidida pelo comendador Joaquim Egydio de Souza Aranha. Nessa reunião foi eleita a diretoria da companhia: Dr. Antônio de Queiroz Telles (presidente), Tenente-coronel José Egydio de Souza Aranha, Dr. Antônio Pinheiro d’Ulhoa Cintra, Capitão Joaquim Quirino dos Santos e Antônio Manoel Proença.⁵¹ Os estudos para viabilização da Companhia começaram em Dezembro de 1872, e a construção foi iniciada em Agosto de 1873.

A primeira seção da estrada de ferro Mogiana, de Campinas à estação do Jaguary (atual Jaguariúna), foi inaugurada em 3 de Maio de 1875, e o trecho completo até Mogi-Mirim (76 km), foi aberto ao tráfego em 27 de Agosto de 1875, ocasião em que partiu de

⁴⁸ O movimento da produção de café na barreira de Jundiáí, no período de 1º/7/1870 a 31/10/1871 atingiu um total de 2.619.377 arrobas: a maior produção transportada foi a de Campinas, com 978.430 arrobas; Rio Claro estaria em segundo lugar, com 241.787 arrobas; Limeira, em terceiro, com 240.650; Constituição, em sexto lugar, com 124.559 arrobas; e Mogi-Mirim estaria em oitavo lugar, com 88.185 arrobas. Cf.: “**Estatística**”, *Gazeta de Campinas*, 17/12/1871.

⁴⁹ Cf.: “**Estrada de Ferro para o Oeste**”, artigo de M. F. de Campos Salles. *Gazeta de Campinas*, 9/11/1871.

⁵⁰ Na *Gazeta de Campinas*, de 30/05/1872, foi publicada uma carta da comissão encarregada de promover a inscrição de acionistas da Estrada de Ferro Mogiana, convocando os interessados.

Campinas o comboio inaugural, contando com a presença do Imperador, da diretoria da Companhia e outros senhores ilustres. O ramal para Amparo, com extensão de 30 km, foi inaugurado em 15/11/1875, com a presença do presidente da província, Dr. Sebastião José Pereira.⁵² No mês de abertura da linha até Mogi-Mirim (Setembro), transitaram pela estrada de ferro Mogiana, 496 passageiros de primeira classe, 278 passageiros de ida e volta, e 2.938 de segunda classe, totalizando 3.712 passageiros. Em relação às mercadorias, foram transportadas 419 toneladas de “tráfego próprio” (entre as estações da companhia), 796 toneladas para exportação, 668 toneladas de sal (importação) e 251 toneladas de outros gêneros importados, totalizando 2.134 toneladas.⁵³

Quanto ao prolongamento da linha férrea a partir de Campinas em direção ao Rio Claro, o governo autorizou, em 1º de Fevereiro de 1873, a contratação e a realização dessa obra; o respectivo contrato foi assinado entre todos os membros da Diretoria da Companhia Paulista⁵⁴ e o presidente da província em 12/5/1873.

A posição privilegiada de Campinas como entroncamento de três vias férreas foi enaltecida na notícia “Já é Progresso”, da *Gazeta de Campinas*, de 5/9/1875: “(...) a nossa cidade de Campinas é hoje o centro de três estradas de ferro: a Paulista, a do Oeste e a Mogiana. Em a nossa estação há sempre atualmente um movimento de trens extraordinário (...). E o que será quando a estrada do Rio Claro (Oeste) estiver toda concluída e o prolongamento de Casa Branca (Mogyana) e os ramais de ambas?”.⁵⁵

⁵¹ *Gazeta de Campinas*, 4/7/1872.

⁵² Conforme informações de: AMARAL, L. (org.). **A Cidade de Campinas em 1900**. Campinas: Tipografia Casa do Livro Azul, 1889, pág. 247 e seguintes. Também, *Gazeta de Campinas*, vários números.

⁵³ *Gazeta de Campinas*, 31/10/1875.

⁵⁴ A *Companhia do Oeste*, organizada no início de 1870, com o objetivo de realizar esse prolongamento, acabou sendo desfeita: “a incapacidade de conseguir captar o elevado capital proposto (5:200:000\$000) e a demora do Governo em decidir a concessão da linha, acabam por obrigar o seu fechamento”. Em relação à Companhia Paulista, alguns de seus antigos acionistas hesitaram em participar, com seus capitais, do novo empreendimento, apesar da certeza de lucro na nova linha entre Campinas e Rio Claro. Cf. SAES, Flávio A. M., op. cit., pág. 63.

⁵⁵ No editorial “**As nossas estradas de ferro**” (*Gazeta de Campinas*, 17/11/1878), Francisco Quirino dos Santos salientou que a iniciativa particular da província de São Paulo teria construído muitas estradas de ferro, numa extensão que satisfaria às localidades de maior vulto com relação à abundância de produtos e à exigência da importação. Mas, segundo ele, o serviço dessas vias de comunicação estaria longe de satisfazer às necessidades públicas: os carros de passageiros seriam ruins e de sistema antiquado, os preços das passagens seriam exagerados, e os horários dos trens estariam muito defeituosamente distribuídos. Como exemplo do problema dos horários dos trens, ele informa que de São Paulo a Campinas (“as primeiras cidades, incontestavelmente, da província”), distantes apenas 100 km entre si, não se poderia ir e voltar no mesmo dia,

Além da questão do transporte da produção agrícola, que foi recebendo encaminhamento no início da década de 1870, outras questões se impunham ao pleno desenvolvimento da cafeicultura no Oeste Paulista, como a falta de crédito à lavoura e a necessidade da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, que já se colocava em meados do século XIX.

As discussões sobre a questão do crédito, em geral, atentavam para a necessidade da criação de um banco hipotecário, que fornecesse capitais com juros baixos e prazos longos aos agricultores. Em um parecer sobre a agricultura local enviado pela Câmara Municipal de Campinas ao governo⁵⁶, informou-se que a indústria agrícola do município sofria com a falta de estabelecimentos de crédito especialmente destinados a fornecer capital barato e a longo prazo aos lavradores. Com os juros de 12% ao ano pagos pelos agricultores, em caso de alguma contrariedade da estação que prejudicasse a colheita, os lavradores tornar-se-iam dominados pelas dívidas, passando a ser tutelados pelos emprestadores de capital: “Em tais circunstâncias é claro que a indústria agrícola não pode ter o desenvolvimento que era para esperar-se da rica natureza do nosso solo, porque lhe é vedado o progresso”⁵⁷. De acordo com o parecer, o Banco do Brasil, único estabelecimento destinado a favorecer a lavoura, não teria ainda prestado serviço algum à província de São Paulo, pois beneficiava primordialmente a lavoura do Rio de Janeiro. Nesse sentido, seria necessária a fundação de estabelecimentos de crédito que favorecessem os centros agrícolas mais importantes, e que preferencialmente fossem localizados no seio da zona produtora, e não apenas na Corte ou nas capitais. Ainda nesse parecer, informa-se que a dívida hipotecária da lavoura no município de Campinas atingiria (1873) a quantia de dois mil e quarenta e cinco contos de réis; explica-se que não seria possível ao município liquidar essa dívida, dados os motivos expostos acima, apesar de a produção de café em Campinas ser calculada em mais de um

o que seria um grave transtorno para o comércio, a lavoura, etc. Em sua opinião, os esforços para a solução desses problemas deveriam partir do governo.

⁵⁶ No final do ano de 1873, o governo dirigiu-se às Câmaras Municipais solicitando informações sobre a lavoura e sobre os meios de remediar as suas necessidades. A Câmara Municipal de Campinas, através de comissão formada para esse fim, informou que a lavoura do município, apesar de próspera, sofreria com dois problemas: a falta de braços, que deveria ser tratada com reformas nas instituições e na legislação brasileira, e a falta de capitais. O parecer da comissão da Câmara, datado de 22/12/1873, foi assinado pelos Srs. Campos Salles (relator da comissão), Álvaro de Camargo e Alves Cruz. Cf. “**O Governo e a Lavoura**”, *Gazeta de Campinas*, 1º de Janeiro de 1874.

⁵⁷ Idem.

milhão de arrobas por ano, o que proporcionaria uma renda líquida de cerca de seis mil contos de réis.

Campinas, que em 1870, era considerada a capital agrícola e “o maior núcleo da escravatura na província de São Paulo”⁵⁸, também começou a sofrer, ainda na década de sessenta, com a escassez de mão-de-obra escrava e seu elevado custo a partir da proibição do tráfico, em 1850. A questão da substituição do trabalho preocupava os agricultores na medida em que o governo não adotava leis que facilitassem a entrada de imigrantes e proporcionassem garantias aos mesmos, o que alimentava o descrédito do Brasil como país de destino no conceito de todos os povos. Já em 1858, fora apresentada uma moção na Câmara dos Deputados da Prússia, para que os governos alemães se opusessem à imigração para o Brasil, alegando que os alemães seriam tratados como “negros brancos” no país, e por haver intolerância ao culto protestante.⁵⁹ Outros países como Suíça, Portugal e Inglaterra, já na década de setenta, também tomaram medidas para dificultar a vinda de imigrantes para o Brasil. As medidas preconizadas nas páginas da *Gazeta de Campinas* para melhorar a imagem do Brasil como país de destino aos imigrantes, de modo a promover a imigração em larga escala, foram: construção de estradas (o transporte seria caríssimo no país), criação de leis que facilitassem ao imigrante a aquisição de terras (no Brasil os preços das terras seriam exagerados), leis que permitissem a liberdade religiosa, o casamento civil, a naturalização fácil, enfim, que promovessem a igualdade e as liberdades civil, política e religiosa.⁶⁰

A preocupação em relação aos meios de se fazer a transição ao trabalho livre, refletiu-se numa série de artigos publicados na *Gazeta de Campinas*, nos quais dois agricultores, sob os pseudônimos de “Lavrador” e “Roceiro”, discutiram a questão⁶¹. O “Lavrador” (fazendeiro Joaquim Bonifácio do Amaral, mais tarde Visconde de Indaiatuba)⁶²

⁵⁸ CAMPOS SALLES, M. F. “**Campinas em 1872**”. In: Almanak de Campinas para 1873, op. cit., pág. 79.

⁵⁹ CAMPOS SALLES, M. F. “**Colonização**”, *Gazeta de Campinas*, 14/4/1870.

⁶⁰ “**Questões Agrícolas**” (por Lavrador), *Gazeta de Campinas*, 24/4/1870, e “**Imigração**” (por Campos Salles), *Gazeta de Campinas*, 5/5/1870.

⁶¹ Os artigos (cartas) enviados por esses fazendeiros à *Gazeta de Campinas*, foram publicadas entre 6 de Janeiro e 12 de Maio de 1870.

⁶² Joaquim Bonifácio do Amaral, explicou, em seu último artigo publicado sob o pseudônimo de “Lavrador”, que sustentou a discussão sobre a colonização, procurando não sair das raiais determinadas por sua experiência

criticou a falta de ação do governo para a solução do problema da mão-de-obra, e sugeriu a formação de pequenas associações de fazendeiros, que teriam a vantagem da rapidez na execução de qualquer medida; essas pequenas associações mandariam vir colonos da Europa através de agentes seus, e não através das casas comerciais européias, mediante empréstimo concedido pelo Tesouro provincial.⁶³ Já o “Roceiro” (comendador José Vergueiro)⁶⁴ defendeu a formação de grandes Associações Agrícolas para garantir os interesses da lavoura, especialmente na questão da substituição do elemento servil; considerava as casas comerciais européias mais aptas a arregimentar trabalhadores do que quaisquer agentes enviados à Europa por grupos de fazendeiros.

O “Roceiro” sustentou que a *imigração*, e não a *colonização*, deveria ser incentivada e protegida, mostrando-se contrário, portanto, aos contratos de parceria ou outros semelhantes, que “escravizariam” os colonos⁶⁵. Em sua opinião, a colonização, por si só, não incentivaria o desenvolvimento geral da província, apenas traria vantagens aos proprietários dos grandes estabelecimentos agrícolas; para a população em geral, as oportunidades estariam nos pequenos estabelecimentos: “A divisão territorial é tão necessária ao progresso e desenvolvimento de uma nação, como a divisão do trabalho; e, só

com uma pequena colônia de pouco mais de cem pessoas, aberta em sua fazenda, no ano de 1852, e fechada em 1864, com a saída dos colonos com recursos suficientes para serem proprietários na pequena lavoura. Acrescentou ainda, que, dado o bom resultado colhido desse ensaio, tinha a intenção de reabrir a colônia tão logo pudesse ir à Europa tratar da contratação dos colonos. Também, disse ter sido forçado, para não estacionar a produção em sua fazenda, a fazer a aquisição de braços escravos, o que teria preferido a contratar colonos de procedência desconhecida (oferecidos pela Associação Central de Colonização, estabelecida na Corte). *Gazeta de Campinas*, 12/5/1870.

⁶³ Na opinião do “Lavrador”, a questão da substituição do trabalho deveria começar a ser resolvida “por iniciativa própria dos fazendeiros reunidos em grupos de uma dezena ou mais para, assim associados em diminuta esfera, obterem colonos escolhidos, engajados por agentes seus, de sua plena confiança (...)”. Trecho transcrito de “**Questões Agrícolas**”, *Gazeta de Campinas*, 20/2/1870. Também, na opinião do fazendeiro, o motivo do fracasso de algumas experiências anteriores com a colonização, que levaram o país ao descrédito no exterior, seria a inadequação dos colonos engajados pelas casas comerciais européias, preocupadas apenas com seus lucros. (“**Colonização**”, *Gazeta de Campinas*, 12/5/1870).

⁶⁴ O Comend. José Vergueiro era filho do senador Nicolau de Campos Vergueiro, grande proprietário em Limeira e Rio Claro, pioneiro na introdução de colonos na lavoura. Em 3/4/1870, a *Gazeta de Campinas* noticiou que José Vergueiro teria sido responsável pela formação de uma “Associação Agrícola”, em Rio Claro, denominada “Protetora da Imigração Americana e Européia Agrícola para a Província de São Paulo”, que contaria mais de 300 sócios.

⁶⁵ O “Roceiro” diferenciou os termos “colono” e “imigrante”: o colono sacrificaria sua liberdade por necessidade (receber salário ou pagar dívidas), deixando sua pátria sem possuir capital, e trabalhando para pagar sua passagem; já o imigrante, seria o cidadão que expatria-se, fazendo a viagem às suas custas, com o fim de melhorar de vida, ou para fugir de perseguições políticas, religiosas, etc. Além disso, afirmava que a

por via da imigração, poderá o nosso país alcançar tão feliz resultado.”⁶⁶ Nesse aspecto, novamente divergem as opiniões desses dois agricultores, pois o “Lavrador” acreditava que a colonização seria o meio para o país obter o crédito do exterior, viabilizando a imigração espontânea. Nesse ponto, também Campos Salles contribuiu para a discussão, considerando que, dado o encaminhamento da questão do elemento servil, tornava-se urgente uma solução ao problema da substituição do trabalho, que em sua concepção, seria: “a colonização com lealdade, garantindo os direitos do proprietário, e colocando o colono ao abrigo da justiça. Por este meio chegaremos a um fim duplo: daremos solução ao problema da substituição, e restabeleceremos o nosso crédito no estrangeiro, caso único em que poderemos contar com a imigração espontânea.”⁶⁷

A questão da substituição do trabalho escravo pelo livre foi abordada sob outros pontos de vista, tanto o estritamente econômico, como o da necessidade de integração dos trabalhadores nacionais ao mercado de trabalho. O lavrador A. C. Pacheco e Silva confeccionou um interessante quadro comparativo entre os custos do emprego do elemento livre e do elemento escravo, demonstrando a inferioridade absoluta do segundo em face do primeiro.⁶⁸ Uma diferente abordagem ao problema foi oferecida pelo jornal *Opinião Conservadora*, de João Mendes de Almeida, no final de Maio de 1870, quando apresentou como fato consumado a necessidade de o país se preparar para o trabalho livre, e propôs a adoção de medidas que regulassem a locação de serviços. A posição defendida por esse jornal seria a favor da utilização na lavoura dos milhares de trabalhadores brasileiros que viveriam ao abandono, ponderando não haver a necessidade de braços estrangeiros, pois os imigrantes sem capitais tornariam o país mais pobre, não sendo convenientes ao Brasil.

escravidão seria um motivo para afugentar a vinda de braços livres e capitais estrangeiros ao Brasil. Ver artigo publicado na *Gazeta de Campinas*, em 31/3/1870.

⁶⁶ “**Questões Agrícolas**” (artigo assinado por “Roceiro”), *Gazeta de Campinas*, 10/4/1870.

⁶⁷ “**Imigração**”, artigo de Campos Salles. *Gazeta de Campinas*, 5/5/1870.

⁶⁸ Os cálculos feitos por Pacheco e Silva são os seguintes: um colono colhe 140 arrobas de café, que rendem 700\$000; deduzindo-se o pagamento ao colono de 640rs. por cada um dos 280 alqueires colhidos, ficam salvos ao proprietário, 520\$800. Já um escravo, colhendo as mesmas 140 arrobas de café, com rendimento de 700\$000, traria uma despesa de 307\$000, entre o prêmio anual pago ao capital investido na sua compra e as despesas com sua manutenção; ficariam salvos ao proprietário 393\$000. Pelos cálculos apresentados, o escravo renderia ao fazendeiro menos 127\$800, além das fugas, enfermidades longas, morte, etc. Se for utilizado o cálculo com base em um contrato em que o colono trate apenas dos cafezais novos, tem-se: o colono recebe 2000 pés de café para dar quatro capinações ao ano a 50\$000, o que por cada 1000 pés, vem a

Essa posição do *Opinião* foi apresentada e discutida em editorial de Francisco Quirino dos Santos, na *Gazeta de Campinas*, no qual concluiu que: “Não há dúvida que possuímos gente em abundância para ser aproveitada; mas nem ela é capaz de fazer dispensável a imigração, nem pode ser empregada em lida segura, exposta, como vive, às vexações do nosso mesquinho organismo político.”⁶⁹ Nesse sentido, criticava-se o fato de os trabalhadores nacionais estarem sujeitos ao poder discricionário das autoridades policiais, que podiam recrutá-los a qualquer momento para o serviço das revistas e destacamentos da guarda nacional. Essa questão da utilização de trabalhadores nacionais volta a ser discutida outras vezes, especialmente em 1877, quando defende-se o emprego de trabalhadores do norte do país nas lavouras do sul, de modo a socorrer as vítimas dos rigores da seca nas províncias do norte, e aumentar o número de braços livres na lavoura do país.⁷⁰

Algumas experiências significativas com o trabalho livre foram realizadas em Campinas na década de 1870⁷¹. Há o exemplo da fazenda Sete-Quedas, de Joaquim Bonifácio do Amaral⁷², na qual foram recebidas, em 14/1/1871, as primeiras famílias alemãs com as quais iniciou-se a colônia. Eram 16 famílias do Holstein, num total de 107 pessoas (63 adultos e 44 menores).⁷³ Esses colonos foram destinados à cultura do café,

ser 100\$000 de despesa; já a despesa com o escravo permanece a mesma do cálculo anterior. Cf. “**Colonização**”, editorial de F. Quirino dos Santos, *Gazeta de Campinas*, 6/10/1870.

⁶⁹ Francisco Quirino dos Santos, “**Colonização**”. *Gazeta de Campinas*, 9/6/1870.

⁷⁰ Posições defendidas em artigo do jornal *Globo*, transcrito no editorial “**Colonização e Imigração**”, da *Gazeta de Campinas*, de 22/12/1877.

⁷¹ A primeira experiência de atração de imigrantes pela iniciativa particular para a lavoura do café, ocorreu em 1847 (antes da proibição do tráfico de escravos), na fazenda Ibicaba, de propriedade do senador Vergueiro, na região de Campinas. Essa fazenda possuía 300 escravos em 1847, quando recebeu cerca de oitenta famílias alemãs (400 pessoas), que passaram a tratar dos cafezais ao lado dos escravos. O regime de trabalho foi a parceria: os imigrantes trabalhavam como colonos meeiros, mediante salário baseado na tabela de preços locais, obrigando-se a prestar seus serviços até estarem quites com seus compromissos. Cf. CAMARGO, J. F., op. cit., pág. 60.

⁷² Em 27 de Junho de 1870, Joaquim Bonifácio do Amaral começou a colocar em prática suas idéias, defendidas em artigos publicados na *Gazeta de Campinas*, sob o pseudônimo de “Lavrador”. Partiu de Campinas com destino à Alemanha, com o objetivo de buscar trabalhadores agrícolas, conforme suas necessidades. Na Alemanha, encontrou dificuldades para o engajamento dos colonos, pois além de o governo prussiano ter proibido a imigração para o Brasil, os proprietários de terras locais estariam vendo na emigração a escassez de braços e a conseqüente alta dos jornais. O fazendeiro precisou aceitar a proposta de um hamburguês, com prática na atividade, para conseguir seus colonos. Cf.: CAMPOS SALLES, M. F. “**Colônia Sete-Quedas**”, in: **Almanak de Campinas para 1872**. José Maria Lisboa (org.). Campinas: Typographia da *Gazeta de Campinas*, 1871. Também, *Gazeta de Campinas*, 24/11/1870 (Carta de Joaquim Bonifácio do Amaral, datada de Hamburgo, 27/9/1870).

⁷³ As despesas dos colonos de seu local de procedência ao porto de Santos (8.417\$200), deste à Fazenda Sete-Quedas (1.585\$158) e as despesas com víveres e dinheiro (de 14/1 a 1º/7/1871, 5.831\$551), seriam lançadas

principal produto da fazenda onde se estabeleceram. Os colonos também podiam se dedicar a outras atividades cujos lucros eram exclusivamente deles; para isso, cada família recebia uma porção de terra, através de um contrato de arrendamento. Desse modo, além de cultivarem o café, os colonos se dedicavam à cultura de gêneros alimentícios, especialmente à horticultura, e os produtos colhidos eram vendidos por bom preço na cidade de Campinas, proporcionando boa receita aos colonos; os habitantes da cidade também se beneficiavam desse comércio, pois eram abastecidos de gêneros escassos no mercado urbano. Depois desses alemães, foram recebidas famílias belgas, além de outras famílias procedentes do Holstein, totalizando 200 colonos no núcleo organizado pelo Sr. Joaquim Bonifácio do Amaral. Segundo Campos Salles, a experiência da Colônia Sete-Quedas seria um benefício não só ao município de Campinas, mas à agricultura de todo o país: “Não há hesitar. É chegado o momento em que o lavrador deve cuidar seriamente de salvar a lavoura. Não se espere mais pelo governo.”⁷⁴

Outro fato importante para os progressos da imigração no município de Campinas foi a formação de uma sociedade entre os fazendeiros João Elisário de Carvalho Monte-Negro⁷⁵ e João Manoel de Almeida Barbosa, para cultivar parte da fazenda Bom Fim, em Campinas, pertencente ao segundo, por meio de colonos a serem trazidos da Europa por intermédio do primeiro. O capital da sociedade era de 182 mil pés de café, no valor de 91 contos de réis.⁷⁶ Desse modo, após a chegada dos colonos portugueses, em 1º de Janeiro de 1874, foi instalada a Colônia Nova Colúmbia⁷⁷, em Campinas.

No final da década de 1870, começaram a surgir alguns problemas com os colonos estabelecidos em fazendas de Campinas, especialmente alemães. Incentivadas pelos Srs. Francisco Krug (agente consular alemão em Campinas) e Christovam Bonini (engenheiro das obras da Matriz Nova na época), começaram a ocorrer algumas insurreições de colonos, que afetaram especialmente fazenda de Joaquim Bonifácio do Amaral, então Barão de

em débito dos colonos, e estes pagariam juros de 8% ao ano. Cf.: Cf.: CAMPOS SALLES, M. F. “Colônia Sete-Quedas”, op. cit., pág. 91.

⁷⁴ Idem, pág. 93.

⁷⁵ Carvalho Monte-Negro era o proprietário da fazenda “Nova Louzã”, em Mogi-Mirim, na qual utilizava-se o trabalho livre, especialmente, de portugueses.

⁷⁶ Acontecimento registrado na *Gazeta de Campinas*, de 24/11/1872.

Indaiatuba. O problema foi discutido em reunião do Clube da Lavoura de Campinas, com a presença de cerca de cinquenta sócios, que decidiram representar ao governo geral, solicitando providências em relação às colônias perturbadas pela intervenção dos Srs. Krug e Bonini, a fim de evitar que a colonização não mais convergisse ao município de Campinas.⁷⁸

A iniciativa de alguns agricultores no sentido da solução do problema da mão-de-obra levou à criação da *Associação de Colonização e Imigração para a Província de São Paulo*, na capital da província. Em Abril de 1871, a diretoria da Associação publicou uma circular intitulada “Aos Paulistas”, informando que o propósito da mesma seria “a organização do trabalho livre, pela promoção e iniciação de todos os meios práticos capazes de prover a esta necessidade. E o meio único de conseguir semelhante resultado, não duvida afirmar a associação, é a iniciativa particular na sua mais larga escala”. Nesse sentido, a Associação comprometia-se a apoiar ações tanto relativas à colonização, efetuando a mediação entre agricultores e estrangeiros, com agentes idôneos na Europa, quanto à imigração, facilitando o estabelecimento dos estrangeiros chegados ao Brasil.⁷⁹

A necessidade da criação de um órgão que tratasse de todas as questões de interesse para a agricultura começou a ser advogada pela imprensa campineira no início do ano de 1876. A idéia da formação de um clube de lavradores foi inicialmente defendida pelo *Diário de Campinas* em editorial de 23/1, sendo retomada por Francisco Glicério, em editorial da *Gazeta de Campinas*, em 19/03/1876. Glicério defendeu a união da classe dos agricultores, de modo a criar uma opinião política entre todos os cidadãos com direito a voto, contrária aos candidatos à representação nacional que não dessem garantias de trabalhar pelo bem da lavoura. Glicério acreditava que os lavradores deveriam ocupar lugar de honra na direção dos negócios públicos do país. Desse modo, o clube seria um órgão legítimo a ser consultado acerca da solução dos importantes problemas legislativos.

⁷⁷ Nas diferentes referências a essa colônia na *Gazeta de Campinas*, encontra-se inicialmente a denominação *Columbia*, e depois, *Colombia*. E, em 26/4/1876, a *Gazeta* informou que a colônia *Nova Colombia* passou a se chamar *Colônia Isabel*.

⁷⁸ Essa reunião do *Clube da Lavoura* realizou-se na casa do Barão de Atibaia, em Campinas, no dia 11/11/1878. Conforme notícia da *Gazeta de Campinas*, de 12/11/1878.

⁷⁹ A circular “Aos Paulistas”, encontra-se no editorial “**Imigração**”, da *Gazeta de Campinas*, de 30/4/1871. A diretoria provisória da “Associação de Colonização e Imigração para a Província de São Paulo”, que assinou a

A idéia da formação de um clube de lavradores foi muito bem recebida em Campinas e, já em 10 de Abril de 1876, organizou-se uma numerosa reunião no Clube Campineiro, à qual compareceram 45 cidadãos de grande influência em Campinas.⁸⁰ Na reunião foram esboçados os principais objetivos que o Clube deveria ter em mira. Os fins primários do Clube seriam: braços, instrução agrícola, biblioteca, jornais, etc.; reforma na lei de 10 de Julho; reforma na lei de locação de serviços; classificação de gêneros agrícolas por uma comissão do Clube, para corrigirem-se as más classificações feitas até então. Os fins secundários do Clube da Lavoura seriam: adoção de instrumentos agrícolas e máquinas; isenção de direitos em favor dos mesmos; redução da taxa de exportação sobre gêneros agrícolas; meios de fiscalização contra os atravessadores noturnos e negociadores de gêneros agrícolas com escravos; abstenção de política; jogos ou outros quaisquer divertimentos inofensivos; bancos agrícolas territoriais; contrato telegráfico; representação aos governos estrangeiros sobre isenção de impostos com relação aos produtos agrícolas brasileiros⁸¹.

O *Clube da Lavoura de Campinas* foi definitivamente instalado em 16/7/1876. Questões como a falta de crédito, a substituição do trabalho escravo, a reforma da lei de serviços (a fim de viabilizar a aquisição de braços livres para a lavoura), redução dos impostos de exportação e redução das tarifas das estradas de ferro foram pautas das reuniões do Clube, especialmente na década de 1880.⁸² No ano de 1880, o Clube decidiu

circular (datada de Abril de 1871, São Paulo), era composta pelos senhores Francisco Antônio de Souza Queiroz, Antônio da Silva Prado, Cel. Rufino Enéas G. Galvão, João L. G. Bruhns, e João F. de Paula Souza.

⁸⁰ Entre os cidadãos presentes nessa reunião, destacamos: A. Egydio de Souza Aranha, José de Campos Salles, Dr. Jorge de Miranda, Cel. Joaquim Quirino dos Santos, J. M. de Almeida Barbosa, Manoel de Moraes Salles, Dr. Manoel F. de Campos Salles, Hércules Florence, Francisco Glicério, Antônio Pompeo de Camargo, Conselheiro Albino de Oliveira, Floriano Ferreira de C. Andrade, Dr. Augusto Xavier B. de Andrade, Joaquim T. Teixeira, Floriano de Camargo Campos, João B. de Camargo Damy, Dr. João Ataliba Nogueira, Barão de Atibaia, etc. Cf.: Editorial “**Clube da Lavoura**”, *Gazeta de Campinas*, 11/4/1876.

⁸¹ Idem.

⁸² Em 8/8/1880, a *Gazeta de Campinas* publicou representação do Clube da Lavoura ao corpo legislativo, tratando da necessidade de reforma da legislação sobre o crédito, pois a propriedade agrícola já não bastaria para a obtenção de um empréstimo: os capitalistas estariam preferindo letras firmadas por pessoas confiáveis, e recusando escrituras hipotecárias, dado o descrédito em relação à agricultura, devido à possibilidade de o governo ampliar a todos os estabelecimentos rurais e fabris o privilégio de integridade. Segundo apresentado em reunião do Clube, esse privilégio condenaria o crédito do agricultor, pois colocaria em desigualdade o mutuário e o mutuante. Já em relação à abolição, as reuniões do clube passaram a tratar do assunto ainda no início da década de 1880: em reunião de 8/12/1880, os membros sugeriram imediata proibição do tráfico interprovincial, liberdade aos escravos maiores de 55 anos, entre outras medidas auxiliares. (*Gazeta de Campinas*, 10/12/1880).

rever seus estatutos, de forma que a instituição passasse a ser denominada *Clube da Lavoura e do Comércio*, a fim de tratar dos interesses das duas importantes classes sociais. No ano de 1883, conflitos internos levaram à saída de Campos Salles do quadro de sócios do Clube, por considerar que a instituição havia se desviado de seu objetivo, e estaria atendendo a interesses partidários.

Nesse contexto de dificuldade para a obtenção de capitais e colonos estrangeiros, e avanço da propaganda abolicionista, tornou-se necessária a adoção de meios substitutivos, que pudessem compensar a falta de trabalhadores. Desse modo, por volta de 1863, começaram a ser empregados novos instrumentos na lavoura de Campinas, como arados, cultivadores, rodos, grades, etc., sendo preferidos os instrumentos produzidos localmente, pois sua construção seria mais apropriada às condições do solo. As máquinas utilizadas na preparação do café, que por muito tempo limitaram-se ao pilão e ao carretão, começaram a ser substituídas por novos aparelhos, por volta de 1872., como os do sistema Lidgerwood (fabricado nos Estados Unidos)⁸³, e os do sistema Conrado, estes inventados em Campinas, e fabricados nas oficinas de Bierrenbach & Irmão⁸⁴. Com o emprego dessas máquinas, o café da região, antes mal preparado, teria readquirido a preferência dos consumidores, por sua qualidade elevada.⁸⁵

Já no início da década de 1870, Campinas possuía, além de diversos estabelecimentos fabris, representantes de empresas estrangeiras e técnicos que ofereciam seus serviços na cidade. Na Gazeta de Campinas, ainda em fins de 1869, foram publicados anúncios como o da Cia. Fabricante Singer, de máquinas de costura, de Nova Iorque, que possuía um escritório em Campinas, do qual era gerente o Sr. Guilherme R. Ralston,

⁸³ “Em 1884, ao depósito de máquinas agrícolas e industriais [Lidgerwood] foram agregadas a oficina mecânica e a fundição necessárias à produção de máquinas. De casa importadora que dispunha também de oficinas dotadas de técnicos capazes de fazer reparos, montagens e também adaptações de máquinas às necessidades da lavoura local, essa firma passou a ser manufatureira.” Cf. CAMILLO, E. R. **Guia Histórico da Indústria Nascente em Campinas (1850-1887)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. Pág. 51.

⁸⁴ A *Gazeta de Campinas*, de 24/4/1870, noticiou que assistiu-se a prova de uma excelente máquina para beneficiar café, do sistema Conrado, feita nas oficinas de Bierrenbach & Irmão. E, em 28 de Abril, publicou um artigo sobre essas máquinas, considerando-as dignas de todo apreço por parte dos fazendeiros.

⁸⁵ A primeira máquina do sistema Lidgerwood instalada no município foi na fazenda Anhumas, pertencente ao Barão de Limeira. Em 1872, já estavam instaladas na cidade 33 máquinas do sistema Lidgerwood (11 movidas a vapor e 22 a água) e 26 máquinas do sistema Conrado (3 movidas a vapor e 23 a água). Além disso, nesse mesmo ano, haveria seis vapores destinados ao trabalho de diversas fábricas e oficinas de Campinas, tendo

estabelecido na rua do Comércio nº 44⁸⁶; também, o maquinista inglês José Lauton Lea, anunciava seus serviços e oferecia os produtos de sua fábrica de eixos para carruagens, troles, carros, etc., estabelecido no largo de Santa Cruz, 36.⁸⁷

Em relação aos estabelecimentos industriais, pode-se considerar que boa parte do desenvolvimento de Campinas nesse período estaria ligado a imigrantes alemães, como os Srs. Faber, Krug e Bierrenbach. Entre as primeiras experiências com indústrias em Campinas está a oficina do alemão Faber, ou *Grande Fundição Brasileira*, instalada em 1858, que passou a produzir máquinas e instrumentos voltados à lavoura, tornando-se uma fundição notável para a época. Os Faber forneciam, por volta de 1872, diversas peças em bronze e ferro fundido à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e, entre outros produtos, as portas, grades, colunas, etc., que ornamentavam a Matriz Nova e os palacetes da cidade.⁸⁸

Já o alemão Francisco Krug partira com a família, por motivos políticos, ao encontro do irmão Jorge Krug, estabelecido em Campinas desde 1846 como farmacêutico. Em 1853, F. Krug fundou uma marcenaria (fábrica de móveis), e seus negócios se expandiram, de modo que posteriormente passou a comandar uma fábrica de descaroçar e enfardar algodão, outra de troles, carros e carroças, e uma ferraria, além de envolver-se em atividades comerciais. Deve-se salientar que o Sr. Francisco Krug também atuou de maneira significativa em outros setores da vida local: presidiu a *Sociedade Alemã de Instrução e Leitura*, em 1872; foi acionista da Cia. Paulista de Estradas de Ferro; e ocupou o cargo de agente consular alemão, de 1878 a 1889, quando faleceu, vítima da febre amarela. A manutenção dos negócios ficou a cargo da Viúva F. Krug.⁸⁹

Os irmãos João Antônio Bierrenbach e João Bierrenbach, filhos de alemães, instalaram uma fábrica de chapéus em Campinas, em 1857, que possuía empregados nacionais e estrangeiros, inclusive escravos e mulheres livres (pioneiros nessa prática). No ano de 1865, os Irmãos Bierrenbach ampliaram suas atividades industriais, instalando uma

sido o primeiro desse gênero assentado nas oficinas dos Irmãos Bierrenbach. Cf. CAMPOS SALLES, M. F., “Campinas em 1872”, in: *Almanak de Campinas para 1873*, op. cit., pág. 77-78.

⁸⁶ Em 5/12/1869, foi publicado um anúncio desse escritório na *Gazeta de Campinas*.

⁸⁷ *Gazeta de Campinas*, 16/12/1869.

⁸⁸ A trajetória desse estabelecimento encontra-se descrita em: CAMILLO, E. R., op. cit., pág. 44-49. Conferir também: GODÓI, S. “A Indústria em Campinas”. In: IBGE. *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, 1952.

⁸⁹ Cf. CAMILLO, E. R., op. cit., pág. 22-26.

fábrica de descaroçar e enfardar algodão; em 1869, montaram uma oficina mecânica para a produção de instrumentos agrícolas, que em 1870 passou a incluir uma fundição de ferro e bronze, responsável pelas primeiras máquinas destinadas ao benefício do café introduzidas em Campinas.⁹⁰ O estabelecimento de uma oficina a vapor, pelos Srs. Bierrenbach & Irmão, para a construção de máquinas de beneficiar café, como ventiladores, descascadores e separadores, além de outros objetos, foi noticiada com entusiasmo pela *Gazeta de Campinas*. Segundo o jornal, na mesma oficina seriam oferecidos carros, carroças e troles (de madeira); os Srs. Bierrenbach & Irmão também seriam agentes, para a província, de máquinas agrícolas das casas Ransomes, Sims e Head.⁹¹ A imprensa local noticiou sobre uma grande comemoração de encerramento do ano de 1874, realizada pelos Srs. Bierrenbach & Irmão, para a qual foram convidados todos os operários de suas oficinas, em número de 85 homens e mulheres, além de convidados do comércio, nacionais e estrangeiros.⁹² Os senhores Bierrenbach teriam um competidor na fabricação de máquinas de beneficiar café, o senhor João Stipp, cuja produção, ainda que em escala inferior, encontraria muita procura na região de Campinas.⁹³ Um outro fabricante de Campinas, Benedito A. Machado, também oferecia, já no início de 1870, suas máquinas de beneficiar café, com novo sistema cilíndrico.⁹⁴

Outro nome importante na indústria de Campinas foi o Sr. Antônio Carlos de Sampaio Peixoto, campineiro, que inaugurou uma olaria a vapor, em 2/12/1867, numa chácara nas proximidades da cidade; esse estabelecimento fornecia tijolos de todas as

⁹⁰ Cf. CAMILLO, E. R., op. cit., pág. 27-43. Conforme observações de Rangel Pestana, as máquinas para beneficiar café produzidas na bem montada fábrica a vapor dos Srs. Bierrenbach & Irmão, no largo de Santa Cruz, seriam feitas pelo melhor sistema conhecido, de baixo custo e construção sólida. Cf.: RANGEL PESTANA, F. “**Indústrias em Campinas**”. In: **Almanak de Campinas para 1872**, op. cit.

⁹¹ *Gazeta de Campinas*, 13/3/1870.

⁹² “**Festa de Operários**”, *Gazeta de Campinas*, 6/1/1875. Na notícia “**Exposição Provincial**”, de 18/7/1875, a *Gazeta* informou que os senhores Bierrenbach & Irmão teriam brilhado na exposição aberta em São Paulo, com a apresentação de diversos produtos por eles fabricados.

⁹³ Cf.: RANGEL PESTANA, F. “**Indústrias em Campinas**”. In: **Almanak de Campinas para 1872**, op. cit. Na *Gazeta de Campinas*, de 17/3/1870, encontra-se um anúncio de João José Stipp informando que fabricava máquinas de beneficiar café, em sua oficina; e, na “Sessão Particular” da edição de 18/5/1871, foi elogiado o trabalho da máquina de beneficiar café, feita pelo Sr. João Stipp, que encontrava-se instalada na fazenda de Francisco Pompeo do Amaral.

⁹⁴ Na *Gazeta de Campinas*, de 9/1/1870, foi publicado anúncio das máquinas de Benedito A. Machado, no qual o mesmo inseriu cartas de aprovação de diversos fazendeiros que usaram seu sistema.

qualidades e tubos para encanar água.⁹⁵ Em 14/9/1868 agregou-se à olaria, uma ferraria, fundição de ferro e bronze, e oficina mecânica, passando a oferecer máquinas para beneficiar café, ferragens para carros, engenhos, etc.⁹⁶ Sampaio Peixoto encarregava-se de importar, da Inglaterra, máquinas a vapor para indústrias, agricultura, etc., de Clayton & Schuttleworth.; e também, na *Imperial Ferraria*, de Sampaio Peixoto, estariam expostas as máquinas de café de Joaquim Pedro Kiehl.⁹⁷

Em 1875, Guilherme MacHardy, procedente da Escócia, instalou uma fundição e fábrica de máquinas agrícolas em Campinas, após ter trabalhado como mecânico na firma importadora de máquinas agrícolas Lidgerwood, desde 1872. Por volta de 1877, foi instalada a fundição, serraria e ferraria de *Arens Irmãos*, brasileiros (filhos de alemães). Os três irmãos estudaram engenharia mecânica na Alemanha, voltando ao Brasil em 1874, quando estabeleceram-se na Corte como importadores de máquinas para a lavoura e indústria. Fernando Arens, incumbido de estabelecer uma casa filial em São Paulo, escolheu a cidade de Campinas, onde foi estabelecido armazém de gêneros importados, máquinas e implementos para a lavoura, máquinas de costura, etc.; na década de 1880 o estabelecimento passou a produzir suas próprias máquinas.⁹⁸

⁹⁵ Em anúncio da *Gazeta de Campinas*, de 29/6/1870, observa-se a existência de outra “olaria de fazer tijolos” na cidade de Campinas. Pelo anúncio, o Sr. José Bicudo de Almeida solicitou pessoas livres para trabalharem como colonos em seu estabelecimento.

⁹⁶ Cf. CAMILLO, E. R., op. cit., pág. 66-71.

⁹⁷ *Gazeta de Campinas*, 17/3/1870. Para ilustrar a importância desse estabelecimento, deve-se destacar que, em 3/4/1870, a *Gazeta* publicou um artigo intitulado “**Indústria Fabril**”, no qual foram descritos, em duas páginas, as instalações e o funcionamento da *Imperial Olaria, Ferraria e Oficina Mecânica*, de Sampaio Peixoto.

⁹⁸ Cf. CAMILLO, E. R., op. cit., pág. 107-117 (Mac Hardy), e pág. 118-125 (Arens).

1.3 Alguns aspectos do processo de aceleração da urbanização em Campinas:

Como efeito do rápido crescimento da produção cafeeira e da renda da cidade, ampliaram-se os melhoramentos urbanos em Campinas, buscando atender às necessidades da expansão da produção e da população na região⁹⁹. Nesse contexto, na década de 1870, teria começado a progressiva evolução da cidade: por meio da linha férrea e do telégrafo paralelo a ela, estabeleceram-se comunicações com uma parte do mundo “civilizado”¹⁰⁰. Campinas, então o maior centro agrícola da província, ainda não podia ser incluída nesse mundo “civilizado”, pois era escasso o calçamento das ruas, não havia iluminação e o aspecto das casas era desagradável. Excetuando-se oito casas de sobrado, dois colégios para o sexo masculino e os colégios femininos *Florence* e *Cesarino*, tudo na cidade era muito rudimentar. Mas, na década de 1870 começou a se desenvolver o “espírito de associação” na cidade de Campinas, com a realização de diversos empreendimentos na cidade.

O ano de 1872 teria sido “o início de uma era” para Campinas: nunca antes a iniciativa individual sofrera tão rápidas e sucessivas expansões. Um exemplo disso seria a linha férrea entre Campinas e Jundiaí, inaugurada em 11 de Agosto desse ano. O espírito de associação dos campineiros revelou-se, ainda, por importantes acontecimentos, como: “a organização de uma sociedade de nove membros, com o capital de 400 contos, que se propõem a dar à cidade a iluminação a gás; a da Companhia Mogyana, com o capital de 3 mil contos, para o prolongamento da linha férrea até Mogy-Mirim, com um ramal para o Amparo; e o projeto de se fundar um banco agrícola, com o capital de 2 mil contos”¹⁰¹.

O banco agrícola a que Américo Brasiliense se refere é o *Banco de Campinas*, cuja formação foi anunciada na Gazeta de Campinas de 12/11/1871. Essa instituição, idealizada pelo Sr. João Firmino F. de Mendonça, seria um banco territorial e agrícola, com o objetivo de libertar a lavoura e o comércio de seus enormes encargos. O projeto de Estatuto do banco¹⁰² foi assinado pelos senhores Barão de Limeira, Comend. Joaquim E. de Souza Aranha, Barão de Atibaia, Bernardino J. de Arruda, Comend. Manoel Cardozo de A. e

⁹⁹ Cf.: SEMEGHINI, U. C., op. cit., pág. 80 e seguintes.

¹⁰⁰ Alguns comentários e expressões utilizados nesse parágrafo constam no artigo “**Campinas Atual**”, de Henrique de Barcellos, publicado em: AMARAL, L. (org.). **A Cidade de Campinas em 1900**, op. cit.

¹⁰¹ A. B. (Américo Brasiliense), “**Retrospecto**”, *Gazeta de Campinas*, 25/1/1873.

Silva, Antônio Januário P. Ferraz e João Firmino F. de Mendonça. Pelo decreto nº 5039, de 7/8/1872, foi autorizado o estabelecimento de um banco agrícola e comercial na cidade de Campinas, e aprovados os respectivos estatutos. O *Banco de Campinas* seria uma companhia anônima de depósitos, descontos e empréstimos, com duração de vinte anos, a contar do dia em que entrasse em operações. Suas operações deveriam ser iniciadas logo que estivesse legalmente habilitado e houvesse realizado o capital proveniente da primeira entrada feita pelos acionistas. O capital do banco seria de 2.000:000\$000, dividido em 10.000 ações, podendo ser aumentado por deliberação dos acionistas, até 10.000:000\$000, sem autorização do governo.¹⁰³ Foi eleita uma diretoria provisória do banco, em 1º/12/1872, composta por: Barão de Três Rios, Comendador Manoel Cardoso e Dr. Américo Brasiliense.¹⁰⁴ No mês de Janeiro de 1874, foram publicados anúncios da diretoria do Banco de Campinas, na *Gazeta de Campinas*, convocando os acionistas para reunião no dia 1º de Fevereiro, na casa do Barão de Três Rios. A *Gazeta de Campinas* voltou a dar notícia sobre o Banco de Campinas em 15 de Agosto de 1875. Segundo a notícia, constaria que alguns capitalistas da praça de Campinas tratariam de levar a efeito a criação de um banco, com capital de dois mil contos de réis, a se realizar por meio de ações. Já estariam formadas as bases de estatutos, e já teriam sido dados os primeiros passos para que vingasse a idéia. Observa-se, entretanto, que o *Banco de Campinas* ainda não havia entrado em operação no ano de 1875. E, após essa data não foram encontradas mais referências sobre o banco, de modo que se pode inferir que esse projeto não tenha prosperado.

Em relação às obras municipais, a mais urgente no início da década de 1870, conforme se observa nos artigos da *Gazeta de Campinas*, era a iluminação pública. A falta de recursos não parecia ser um obstáculo à realização desse benefício em Campinas, que seria proveitoso não só para o trânsito das pessoas, como para as medidas policiais e a manutenção dos “bons costumes”.¹⁰⁵ Outras cidades como a capital e Santos receberiam verbas do orçamento provincial para o custeio da iluminação pública, respectivamente

¹⁰² Publicado na *Gazeta de Campinas*, de 16/11/1871.

¹⁰³ *Gazeta de Campinas*, 18/8/1872.

¹⁰⁴ *Gazeta de Campinas*, 25/12/1872.

¹⁰⁵ “**Obras Municipais**”, editorial da *Gazeta de Campinas*, 28/4/1870.

45:630\$000 e 18:000\$000¹⁰⁶. Campinas também pleiteava uma verba para sua iluminação, o que foi atendido pela Assembléia Provincial apenas em 1872. Havia a preocupação de que a estrada de ferro chegasse à cidade sem que tivessem sido realizadas as obras de iluminação, de modo que solicitava-se que a Câmara Municipal, na falta de verbas dos cofres públicos, se empenhasse nesse projeto, buscando o apoio dos munícipes. Acreditava-se que a população campineira estaria sempre disposta a contribuir para a realização de melhoramentos na cidade, o que já teria ocorrido em relação à arborização do Largo do Rosário, por iniciativa do vereador Pupo de Moraes, em Maio de 1870; o produto da coleta fora colocado a juros num banco. Enquanto a Câmara Municipal adiava a solução do problema da iluminação, os munícipes já teriam começado a tomar providências: dois lampiões teriam sido instalados, à rua das Campinas Velhas, à custa do rev. vig. Souza e Oliveira e do Sr. J. P. de Santana Gomes; a iniciativa foi imitada, sendo instalados, posteriormente, alguns postes na rua de Baixo, na rua Direita e no Largo da Matriz Velha (neste, seis bicos de querosene), “tudo por promoção do bolsinho privado dos munícipes”.¹⁰⁷

Em Abril de 1872, o presidente da província J. F. da Costa Pereira Júnior, sancionou a lei autorizando a contratação do serviço de iluminação a gás pela Câmara Municipal de Campinas, com auxílio anual à municipalidade de trinta e três contos de réis.¹⁰⁸ A lei autorizou a concessão de privilégio de vinte e cinco anos ao empresário da iluminação, bem como a criação de impostos com aplicação especial à iluminação. Em Junho de 1872, a Câmara Municipal escolheu a proposta para a iluminação das ruas apresentada pelo comendador Joaquim Egydio de Souza Aranha e outros capitalistas, residentes em Campinas; cada um dos acionistas entraria para a empresa com 40:000\$000 rs.; o prazo para a conclusão das obras seria de dois anos.¹⁰⁹ Em 1º de Abril de 1875, a *Gazeta de Campinas* informou que teriam sido feitas as primeiras provas da iluminação pública de Campinas, no gasômetro da cidade; pouco depois fora inaugurada a iluminação a gás no Teatro, e nesse mesmo ano as ruas mais importantes da cidade já estariam iluminadas.

¹⁰⁶ *Gazeta de Campinas*, 25/3/1871.

¹⁰⁷ *Gazeta de Campinas*, 30/7/1871. A iluminação no largo da Matriz de Santa Cruz teria sido inaugurada, a expensas de particulares, no dia 7 de Setembro, conforme notícia da *Gazeta de Campinas*, de 10/09/1871.

¹⁰⁸ “**Leis Provinciais**”, *Gazeta de Campinas*, 25/4/1872.

Uma outra questão que preocupava os moradores de Campinas era o péssimo estado das ruas da cidade. Segundo F. Quirino dos Santos, Campinas seria um local de contrastes, tendo, por exemplo, ótimos prédios e, ao mesmo tempo, valas enormes que formariam as ruas esburacadas e torpes da cidade.¹¹⁰ Alguns consertos foram realizados nas ruas da cidade, a partir de 1872, com o auxílio dos fazendeiros locais, que colocaram seus trabalhadores à disposição da Câmara. Mas, conforme exposto na *Gazeta de Campinas*, de 11 de Dezembro de 1878: “Pode-se dizer sem medo de errar que Campinas nunca teve uma só rua bem calçada, o que é realmente admirável, por isso que pretende ela acompanhar as mais adiantadas cidades em sua marcha, não só de progresso moral como material”. Na época das chuvas, as ruas permaneciam praticamente intransitáveis à população. Em editorial de 27/3/1879, a *Gazeta de Campinas* concluiu ser lamentável o fato de Campinas não possuir ruas “em estado ao menos de não provocar risos de escárnio de quem pela primeira vez a visita”; segundo o artigo, a solução para o problema residiria no auxílio mútuo entre a Câmara Municipal e a iniciativa particular.

Outro problema a ser resolvido na progressista cidade de Campinas era o fornecimento de água potável à população. A Câmara Municipal, em 1873, contratou com o Sr. Jorge Harrah o estabelecimento de chafarizes nas principais praças da cidade, a fim de abastecer a população. Mas, devido a divergências entre o empreiteiro e a edilidade, essas obras não foram acabadas, continuando a população, em 1875, a fazer suas provisões de água para o uso doméstico em “umas bicas imundas”, pois ainda faltariam fontes e chafarizes na cidade.¹¹¹ Em 1876, após a constatação de alguns casos de febre amarela em Campinas, cresceu a preocupação com o abastecimento de água, em condições adequadas de higiene, à população.¹¹² Uma solução definitiva para o problema apenas foi alcançada na década de 1880, quando foi sancionada uma lei autorizando a contratação, pela Câmara Municipal de Campinas, do serviço completo de água potável e esgotos na cidade. Até esse momento, o abastecimento de água foi feito essencialmente através de poços, tanto para as

¹⁰⁹ Ata da sessão da Câmara Municipal de 13/06/1872, publicada na *Gazeta de Campinas* de 4/7/1872.

¹¹⁰ “**Câmara Municipal**”, *Gazeta de Campinas*, 9/7/1871.

¹¹¹ “**Necessidades Municipais**”, por Francisco Quirino dos Santos. *Gazeta de Campinas*, 8/12/1875.

¹¹² “**Melhoramentos Municipais**”, por Francisco Quirino dos Santos. *Gazeta de Campinas*, 9/6/1876.

ferrovias e indústrias, quanto para as moradias.¹¹³ O serviço de águas (inaugurado em 1891) e a rede de esgotos (inaugurada em 1892) foram executados *pela Companhia Campineira de Águas e Esgotos*, organizada em 1887, e presidida por Bento Quirino dos Santos; a direção das obras coube a Francisco de Salles Oliveira Júnior. Esse trabalho realizado em Campinas foi considerado um modelo no gênero.¹¹⁴

Também em relação aos melhoramentos urbanos empreendidos em Campinas na década de 1870, cabe ainda destacar a organização da *Companhia Campineira Carris de Ferro*, cuja primeira diretoria foi formada por Rafael de A. Sampaio, Bento Quirino dos Santos e Francisco Glicério.¹¹⁵ Já em 28 de Fevereiro de 1879, chegou a Campinas o primeiro carregamento de dormentes para o assentamento dos trilhos dessa empresa; no mês de Maio chegaram 32 bestas para os trabalhos de tração dos bondes, e foram iniciados os trabalhos de assentamento dos trilhos.¹¹⁶ Em 25 de Setembro de 1879, ocorreu a inauguração da linha de bondes na cidade de Campinas, com percurso inaugural conduzindo os acionistas.¹¹⁷ No dia seguinte à inauguração, foi bastante animadora a concorrência de passageiros nos bondes da cidade, transitando mais de 700 pessoas pelos poucos carros já colocados em circulação; e, no primeiro mês de operação da linha, entre 26 de Setembro de 25 de Outubro de 1879, 15.249 pessoas utilizaram o serviço de bondes em Campinas, produzindo um total de 3:041\$580.¹¹⁸

Como efeito do rápido crescimento econômico e populacional de Campinas na década de 1870, surgiram novas necessidades relativas à vida sócio-cultural da cidade, como a criação de novos espaços para a convivência social, e a organização de associações que atendessem aos anseios dos diversos grupos da população. Nesse sentido, organizaram-se diversas instituições com fins educacionais, culturais, filantrópicos e recreativos.

A primeira construção mais relevante destinada às manifestações culturais em Campinas foi o *Teatro de São Carlos*. Sua construção, concluída em fins de 1847, foi

¹¹³ LAPA, J. R. do A., op. cit., capítulo “De Chafarizes e Águas”, pág. 295.

¹¹⁴ Cf.: AMARAL, L. (org.). **A Cidade de Campinas em 1900**, op. cit., pág. 265.

¹¹⁵ “**Companhia de Bondes**”, *Gazeta de Campinas*, 22/10/1878.

¹¹⁶ *Gazeta de Campinas*, 1º/3/1879, 20/5/1879 e 28/5/1879.

¹¹⁷ A viagem inaugural, conduzindo os acionistas, partiria do largo da Matriz Nova, descendo pela rua S. José, passando pelas ruas Rosário, Bom Jesus, Direita, Barreto Leme, até o Gasômetro; voltaria deste ponto terminal e subiria pela rua Direita até o Passeio Público, de onde seguiria para o entroncamento, e se dirigiria à estação central. *Gazeta de Campinas*, 25/9/1879.

efetuada a expensas da *Associação Campineira do Teatro São Carlos*, organizada no ano de 1846. A iniciativa da obra foi do coronel José Franco de Andrade, do comendador Manoel Cardoso de Almeida e Silva, de Sebastião José Xavier de Brito e Francisco de Paula Antunes. Em 1867 o teatro foi restaurado, e toda sua frente construída de novo. A fachada deste teatro era considerada muito superior a da maioria dos outros teatros do país. No Teatro exibiram-se orquestras, companhias dramáticas, líricas, ginastas japoneses, zarzuelas espanholas (operetas cômicas), óperas, além de bailes de carnaval, etc.¹¹⁹ O Teatro inicialmente foi iluminado a querosene, passando a receber a iluminação a gás em 1875.

Em relação aos espaços públicos para o lazer e o convívio social, dizia-se, em 1872, que a cidade de Campinas era pobre de arrabaldes convenientemente preparados para serem atrativos ao passeio e à distração, de modo que as famílias convergiram todas à estação da estrada de ferro, havendo a necessidade da construção de um jardim ou largo arborizado para esse fim.¹²⁰ Nesse sentido, iniciou-se a construção do *Passeio Público* (atual Centro de Convivência¹²¹), em 1876. Os recursos para a obra vieram de doações de particulares e da municipalidade; diversos fazendeiros enviaram escravos para o trabalho nessas obras. Já em 1878, noticiava-se a grande concorrência do povo e a animação no Passeio Público de Campinas, que contava com um quiosque (construído por particulares), e um coreto, onde se apresentavam bandas de música aos domingos.¹²²

Com o fim de proporcionar ao público o divertimento da patinação, foi construído o *Rink Campineiro*, em 1878, pelos Srs. Antônio Álvaro de Souza Camargo e Camillo Felipe. A inauguração do Rink Campineiro ocorreu em 23/6/1878, com muita animação e grande concorrência de indivíduos, tanto de Campinas como de São Paulo e outras cidades: cerca de 800 pessoas estiveram presentes ao vasto recinto do novo estabelecimento, e “diversos cavalheiros apareceram na arena para patinar (...)”; sobre o novo empreendimento destacou-se ainda: “Conta portanto Campinas mais esta interessante diversão, hoje tão bem

¹¹⁸ *Gazeta de Campinas*, 28/9/1879 e 28/10/1879.

¹¹⁹ Informações encontradas em: LAPA, J. R. A., op. cit., pág. 155; e em anúncios na *Gazeta de Campinas*.

¹²⁰ *Gazeta de Campinas*, 22/9/1872.

¹²¹ Informação de LAPA, J. R. A., op. cit., pág. 141.

¹²² Conforme observação da *Gazeta de Campinas*, de 30/4/1878: “Acreditamos que o povo campineiro não deixará de comparecer todos os domingos à tarde em tão aprazível ponto de reunião”.

acolhida em muitas cidades de primeira ordem”.¹²³ Transformado em *Teatro Rink* em 1880, o edifício passou a oferecer um enorme salão a ser usado para espetáculos, bailes, conferências, etc., tornando-se um dos pontos de encontro da elite campineira. Seu custo orçou cerca de 16:000\$000, capital fornecido pelos iniciadores e proprietários.¹²⁴

Também em 1878, foi inaugurado o *Clube de Corridas Campineiro*, iniciativa dos Srs. Francisco de Camargo Penteado, Joaquim Paulino Barboza Aranha e Joaquim Alves de Almeida Salles, que se inspiraram no Prado Fluminense e no Hipódromo Paulistano para tal empresa. O capital de 52:000\$000 foi obtido pela emissão de ações.¹²⁵ Segundo notícia da *Gazeta de Campinas* (1^o/10/1878), a inauguração do Prado Campineiro foi um verdadeiro acontecimento, que atraiu a Campinas um avultadíssimo número de visitantes das cidades vizinhas. Nos dias de corrida no Hipódromo Campineiro, as Companhias Paulista e Mogiana colocavam trens especiais à disposição da população.¹²⁶

Além desses empreendimentos visando melhorar as opções de lazer da população campineira, outras instituições marcaram a década de 1870, tanto no campo cultural quanto filantrópico, destacando-se o Gabinete de Leitura, a Associação Culto à Ciência, a Sociedade Alemã de Instrução e Leitura, o Clube Semanal, a Sociedade Artística Beneficente, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e a Sociedade Portuguesa de Beneficência, entre outros.¹²⁷

O *Clube Semanal*, recreativo e dançante, foi fundado por iniciativa de um grupo de comerciários, entre eles, Bento Quirino dos Santos, Raphael de Abreu Sampaio e Custódio Manoel Alves, em 16 de Julho de 1857. Eram realizadas partidas semanais para os sócios, que passaram a ser mensais. Realizavam-se constantemente leilões beneficentes, bem como saraus e bailes com quadrilhas. Autorizada por portaria do governo imperial de Dezembro

¹²³ *Gazeta de Campinas*, de 26/6/1878.

¹²⁴ Cf.: **Almanach Popular para o ano de 1879**. Carlos Ferreira e Hypólito da Silva (org.). Campinas: Typ. da *Gazeta de Campinas*, 1878.; e **Almanach do Correio de Campinas**. Henrique Barcellos (org.). Campinas: Tipografia a Vapor do Correio de Campinas, 1886.

¹²⁵ Ver **Almanach Popular para o ano de 1879**, op. cit. Ainda no ano de 1871, o Sr. Joaquim de Paula Souza publicou, na *Gazeta de Campinas*, o comunicado “As Corridas”, procurando chamar a atenção dos campineiros para um melhoramento com o qual poderiam dotar a cidade: um Prado, fechado, com entrada paga. Segundo ele, seria um melhoramento para a província, e ele estaria disposto a entrar com ações para a realização do hipódromo. (*Gazeta de Campinas*, 20/8/1871).

¹²⁶ *Gazeta de Campinas*, 24/7/1879.

¹²⁷ As informações sobre essas associações foram retiradas, essencialmente, dos diversos Almanques consultados para o período.

de 1870, formou-se a *Associação da Casa do Clube Semanal*, em Janeiro de 1871. Por iniciativa dos sócios fundadores, foi construído o edifício destinado às reuniões da sociedade. Inaugurado em 1º de Janeiro de 1873, o edifício ficou disponível para os bailes da sociedade de dança Clube Semanal e para ser alugado para quaisquer ocasiões.

O *Gabinete de Leitura* de Campinas foi fundado no início da década de 1860¹²⁸, sendo um dos mais antigos da província. Os Gabinetes de Leitura foram instituições de origem européia que marcaram a vida cultural de cerca de vinte cidades do interior paulista na segunda metade do século XIX¹²⁹. Essa associação literária, a mais antiga de Campinas, disponibilizava ao público uma vasta biblioteca, todos os dias, das nove horas da manhã às duas da tarde, com um acervo que em 1873 chegava a 1.000 volumes (ano em que o presidente da associação era Francisco Quirino dos Santos), atingindo mais de 2600 volumes, em 1886, a maioria em português e francês¹³⁰. Em 1891 foi dissolvida a sociedade que o mantinha, sendo o acervo doado à Intendência, que formou a Biblioteca Municipal. Dentre os livros doados destacavam-se os Anais do Parlamento Brasileiro oferecidos pelo Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, quando Ministro da Justiça do Governo Provisório, em 1890. Posteriormente, na prefeitura de Orosimbo Maia, a Biblioteca Municipal foi extinta, e seu acervo doado ao Centro de Ciências, Letras e Artes, fundado em 1901, e que se projetava como grande pólo cultural da cidade.

A *Associação Culto à Ciência* foi fundada em 1869 por iniciativa dos cidadãos Antônio Pompeo de Camargo e Joaquim Bonifácio do Amaral (posteriormente, Barão de Indaiatuba) e era formada por fazendeiros, industriais, comerciantes e homens graduados nas ciências, tendo por objetivo facilitar e difundir o ensino primário e secundário na cidade de Campinas. A associação emitiu ações cujo produto foi aplicado na construção de um edifício para abrigar um colégio com capacidade para cem alunos internos. De acordo com os estatutos do colégio, a sociedade Culto à Ciência deveria manter, às suas custas, uma

¹²⁸ J. R. do Amaral Lapa, em seu livro “A Cidade: Os Cantos e Os Antros”, explica que não há precisão sobre a data de criação do Gabinete de Leitura de Campinas, já havendo em 1861 um relato de Augusto Emílio Zaluar sobre a fundação do mesmo.

¹²⁹ Há uma dissertação de mestrado sobre os Gabinetes de Leitura, na qual encontra-se uma resenha sobre o Gabinete de Campinas. A autora é Ana Luiza Martins, e o título é “*Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: A Pluralidade de um Espaço Esquecido (1847-1890)*”, FFLCH, USP, 1990.

aula de ensino primário gratuito, a fim de atender às classes menos favorecidas.¹³¹ O edifício do Colégio, concluído em Dezembro de 1873, alcançou o custo de 70 contos de réis: apenas 38 contos teriam sido arrecadados dos sócios, sendo que o Comend. J. Bonifácio teria entrado com os 32 contos que faltavam para as despesas (sem prêmio). Conforme comentário da Gazeta, de 1/1/1874: “O nosso município dá um exemplo novo, entretanto, para todo o país: é o da corporação que se ergue no seio dos próprios habitantes para cuidar de si e por si mesmo na instrução pública –o imenso ideal dos povos na atualidade– levantando um magnífico edifício para aulas e instituindo um professorado hábil e condigno.”¹³² A sociedade Culto à Ciência foi extinta em 1892, e no início do ano de 1895, foi criado o *Ginásio de Campinas*, instalado no edifício que pertenceu ao Colégio Culto à Ciência; esse estabelecimento, pertencente ao governo estadual, passou a formar bacharéis em ciências e letras, num curso com duração de seis anos.

A *Sociedade Alemã de Instrução e Leitura*, fundada em 1863, era composta de alemães e pessoas de outras nacionalidades (de mesma língua), e tinha como finalidade a educação dos filhos dos sócios, por meio de boa escola, criada pela associação.¹³³ Em 1870, a *Sociedade Alemã* possuía 75 sócios, e sustentava uma escola freqüentada por 45 alunos, sob a direção de Hufen Baecher e esposa, e uma biblioteca com cerca de 600 volumes¹³⁴; também estava sob sua administração o Cemitério Protestante, que além dos protestantes, aceitava sepultar aqueles não aceitos nos cemitérios católicos, sem distinção de religião. Em 1870, a presidência da sociedade estava a cargo de Alberto Müller, passando a Francisco Krug no ano seguinte.

¹³⁰ No **Almanach do Correio de Campinas** (1886), consta também a existência de uma Biblioteca Maçônica em Campinas, fundada em 1884, que funcionaria no prédio da Loja Independência; o acervo dessa biblioteca seria composto de mais de 3.000 volumes, além de cerca de trinta jornais do país e do exterior.

¹³¹ Sobre essa determinação, F. Quirino dos Santos comentou: “É preciso que as classes menos abastadas participem do benefício imenso que não pode ser privilégio exclusivo daqueles que se acham no acume das posições e da fortuna.” *Gazeta de Campinas*, 25/11/1869.

¹³² Em reunião de 28/12/1873, teriam sido nomeados para a diretoria da sociedade, os Drs. Campos Salles (secretário) e Cândido Ferreira (adjunto). No dia seguinte, 29/12, a diretoria da sociedade nomeou o Sr. F. Boeschenstein como diretor do colégio, e o Sr. Ullmann como vice-diretor. A instalação do colégio foi definitivamente marcada para o dia 12/1/1874. (*Gazeta de Campinas*, de 1º/1/1874).

¹³³ Conforme notícia da *Gazeta de Campinas*, de 10/11/1871.

¹³⁴ Em 1884, o número de alunos da *Escola Alemã* teria chegado a cem, e a biblioteca contaria com 700 volumes em seu acervo. Cf. **Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo**. Jorge Seckler & Cia. 1884.

Outra relevante instituição de ensino de Campinas foi o *Colégio Internacional*, fundado por uma associação protestante dos Estados Unidos em 1872, tendo por finalidade a educação e propaganda presbiteriana. Oferecia ensino primário e secundário a ambos os sexos, lecionando primeiras letras, latim, prolegômenos de grego, retórica, geografia, álgebra, aritmética, geometria, português, alemão, francês e inglês. Estiveram na Diretoria do Colégio os senhores E. Lane e Nash Morton, pastores da Igreja Protestante existente em Campinas desde 1870.

Em relação às sociedades filantrópicas, destaca-se a *Santa Casa de Misericórdia de Campinas*. A idéia da fundação de uma Irmandade de Misericórdia na cidade, surgiu em 1860, quando o padre Joaquim José Vieira exercia as funções paroquiais em Campinas. Os primeiros recursos pecuniários para a criação do hospital vieram do cidadão Antônio Manoel Proença (300\$). A família Soares, que havia se comprometido a doar um terreno para a edificação de um hospital em Campinas, acordou-se com o padre Vieira, sendo feita a doação do terreno para a construção do edifício. O Barão de Monte Mor responsabilizou-se pela construção de uma capela junto ao hospital. Começou uma série de donativos, com os quais se realizou, em 19 de Novembro de 1871, o assentamento da pedra fundamental do edifício. Destacam-se, entre os donativos, a quantia de 6:000\$000, doada por D. Anna de Campos Andrade, que viabilizou a construção da capela. A conclusão das obras só foi possível graças ao donativo do Sr. Antônio Francisco Guimarães, de 138:935\$000, em 1873. A obra foi inaugurada no dia 15 de Agosto de 1876, e entregue à irmandade anteriormente organizada. As enfermarias foram abertas em 1º de Outubro, sob a direção das irmãs de S. José. A parte direita do edifício foi destinada ao hospital, e a outra parte, a um asilo de órfãs, para educação e instrução de meninas pobres, dirigido por irmãs de caridade.

A Santa Casa de Misericórdia era considerada uma das melhores instituições de Campinas, e seu notável desenvolvimento permitia que fosse comparada aos estabelecimentos de melhor fama nas províncias. Ao longo do tempo foi incrementada a órbita de suas funções e, no final da década de 1880, a Santa Casa já contava com melhoramentos como um compartimento para velhos e inválidos, enfermaria de cirurgia

para mulheres e enfermagem para crianças desvalidas, além da expansão do asilo de órfãos, anexo ao hospital.¹³⁵

Também a *Sociedade Portuguesa de Beneficência* merece destaque entre as instituições fundadas na década de 1870, em Campinas. Essa sociedade foi organizada em 20 de Julho de 1873, pelo então agente consular Francisco Gonçalves Ferreira Novo, que convidou os membros da colônia portuguesa a juntarem-se a ele na construção de um hospital para o tratamento dos sócios pobres ou para pessoas de suas famílias. O hospital foi inaugurado em 1879, e anexo ao hospital passou a funcionar um estabelecimento hidroterápico para o público.

O hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas era tido como modelo em estabelecimento do gênero, por funcionar em ambiente arejado, com quartos espaçosos e não adotar o sistema de enfermarias, o que evitava a contaminação do ar respirado pelos enfermos; o estabelecimento hidroterápico do edifício era considerado o primeiro de toda a província. Segundo um jornal da Corte, nem todos os portugueses com recursos da cidade contribuiriam para a manutenção da Beneficência Portuguesa de Campinas, o que ainda impediria que suas posses iguallassem o estabelecimento da capital. No entanto, alguns brasileiros também colaboravam com a Sociedade, prestando importantes serviços à mesma, como Francisco Glicério, influência política da província, e Campos Salles, deputado geral nessa época, que atuava gratuitamente como advogado da associação.¹³⁶ No ano de 1900 já seriam 3.000 os sócios matriculados na Beneficência Portuguesa de Campinas.

¹³⁵ Cf. editorial “**Santa Casa**”, *Gazeta de Campinas*, 9/7/1887.

¹³⁶ Comentários publicados no *Diário Português*, da Corte, e transcritos em artigo da *Gazeta de Campinas*, de 10/1/1885.

CAPÍTULO II

CAMPINAS COMO PARTE INTEGRANTE DO COMPLEXO CAFEIEIRO CAPITALISTA

A década de 1870 correspondeu ao primeiro momento do processo de diversificação do capital cafeeiro em Campinas. A partir da introdução das ferrovias e da disseminação do uso de máquinas de beneficiamento, que reduziram custos e aumentaram a produtividade da atividade cafeeira, o montante excedente gerado com o café, além de ser investido na expansão da própria atividade nuclear, permitiu o surgimento de diversas empresas de serviços públicos, que contribuíram para a aceleração do processo de urbanização em Campinas. Em relação aos serviços públicos, na década de 1880, Campinas apenas poderia ser comparada à capital paulista; outras cidades não alcançavam esse grau de desenvolvimento proporcionado pela diversificação do capital cafeeiro.

No segundo *rush* da expansão cafeeira em São Paulo, iniciou-se um novo momento do processo de diversificação do capital acumulado na economia cafeeira. A iminência da abolição da escravidão exigiu esforços para a obtenção de colonos estrangeiros, o que estimulou a urbanização, na medida em que expandiu o mercado consumidor de bens e serviços em geral.

Em relação a sua população, Campinas era considerada o maior núcleo da escravatura na província, sendo que, apenas em meados da década de 1870 a população livre começou a superar o contingente escravo. Já em meados da década de 1880, consolidou-se o crescimento da população livre, e os escravos passaram a representar cerca de $\frac{1}{4}$ da população local. Entre os anos de 1874 e 1886, o número de habitantes do município evoluiu de 31.397 para 41.253 pessoas. A população escrava atingiu sua concentração mais elevada em 1883, quando havia 15.665 cativos no município; esse número reduziu-se de forma acelerada, chegando a 9.986 escravos em 1886.¹³⁷

¹³⁷ Conforme dados apresentados em SEMEGHINI, U. C., op. cit., pág. 49.

TABELA 5: Evolução da População no Município de Campinas (1874-1908)

Anos	1 874	1 886	1 900	1 902	1 907	1 908
Núm. Hab.	31.397	41.253	67.694	79.924	88.251	91.659

Fontes: Almanach de Campinas para 1908.

Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912), vol. I.

A lei de 23/1/1881, instituindo imposto de 2:000\$000 sobre cada escravo que entrasse na província de São Paulo, favoreceu a redução do fluxo de escravos das províncias do Norte para a lavoura paulista; esse fluxo era de ordem de quatro a cinco mil cativos por ano, que em grande parte eram remetidos a Campinas, então o “principal empório do desumano comércio”¹³⁸. Sob o influxo dos encargos sobre a transferência dos escravos, a província teria passado a receber, anualmente, por volta de cinco mil imigrantes, que tanto ocupavam os lugares deixados pelos cativos libertados ou falecidos, como, muitas vezes, dirigiam-se para as cidades, contribuindo para o desenvolvimento das atividades econômicas urbanas.¹³⁹ Também a Câmara Municipal de Campinas, visando incentivar a substituição do trabalho, aprovou, em 1886, um imposto no valor de 500\$ sobre cada escravo averbado no município, cujo produto seria aplicado em favor de sua colonização. Desse modo, a substituição do trabalho realizava-se gradativamente na lavoura paulista, graças ao maior afluxo de imigrantes, e às libertações, realizadas por obra individual dos proprietários ou pelo fundo de emancipação oficial.¹⁴⁰

No entanto, a população escrava de São Paulo começou a declinar apenas a partir de meados da década de 1880. Na matrícula de 1873, foram registrados 166.427 escravos em São Paulo; a tendência de crescimento dessa população manteve-se até 1885, registrando-se 168.950 escravos, em 1880, e 170.808, em 1884. Já no ano de 1885, as estatísticas oficiais atestaram 153.270 escravos em São Paulo, número reduzido em virtude das mortes e alforrias: de 1873 a 1885, foram redimidos a título gratuito 11.131 escravos, e a título oneroso, 5.168. Com a Lei dos Sexagenários, a população cativa de São Paulo teria se

¹³⁸ “Os Efeitos de uma Lei” (Editorial). *Gazeta de Campinas*, 12/2/1884.

¹³⁹ *Idem*.

¹⁴⁰ Cf. *Gazeta de Campinas*, 3/6/1886.

reduzido a cerca de 120.000 indivíduos. No Império como um todo, o número de escravos reduziu-se de 1.419.168, em 1880, para cerca de 500.000 em 1887.¹⁴¹

Em relação à população estrangeira, estima-se que cerca de 3.500 pessoas tenham se fixado no município entre 1854 e 1874, consideradas as entradas totais de imigrantes na província e a posição de Campinas como centro cafeeiro. Tomando esse contingente e seu aumento vegetativo, e estimando, no mínimo, em 4.000 os estrangeiros chegados a Campinas entre 1874 e 1886, Semeghini considera que o contingente de estrangeiros e seus descendentes diretos atingia 7 a 8 mil pessoas no município em 1886. Desse modo, em 1886, os estrangeiros representariam cerca de ¼ da população de Campinas.¹⁴²

TABELA 6: Entradas de Imigrantes no Alojamento Provincial:

<i>De 1881 a 1890 (até 31/10):</i>	
1881	2.705
1882	2.743
1883	4.912
1884	4.879
1885	6.500
1886	9.536
1887	32.112
1888	92.086
1889	27.893
1890	24.923
Total	208.289

Fontes: Almanach do Estado de São Paulo. 1890.
Almanach do Estado de São Paulo. 1891.

TABELA 7: Fluxo Migratório para Campinas (1883-1901):

<i>Anos</i>	<i>Nº de imigrantes</i>
1883	1.342
1884	603
1886	584
1893	1.478
1894	1.091
1895	3.143
1897	3.880
1898	1.164
1899	439
1900	246
1901	2.195
Total	16.165

Fonte: Semeghini, U. C. Do Café à Indústria,
op. cit., pág. 26.

¹⁴¹ Informações constantes da *Gazeta de Campinas*, edições de 5/6/1880, 25/7/1884 e 5/11/1885; *Diário de Campinas*, edição de 23/2/1881.

¹⁴² Conforme estimativas apresentadas por SEMEGHINI, U. C. op. cit., cap. 1, item 1.3.

Em relação às atividades econômicas, na década de 1880, gerou-se uma conjuntura de incertezas quanto ao processo de extinção do elemento servil e sua substituição. A instabilidade na economia cafeeira afetou as demais atividades a ela subordinadas. Em Campinas, importante centro cafeeiro, as variações no preço do café influenciavam todas as outras iniciativas locais. De acordo com um relato publicado no jornal *Gazeta de Campinas*¹⁴³, os primeiros anos da década de 1880 teriam sido de retração e apreensões, causadas pelos problemas sociais e econômicos que diretamente afetaram a marcha dos negócios municipais: a crise financeira proveniente da baixa do preço do café ameaçou a fortuna individual, que em Campinas era o pilar da fortuna pública. Conforme observado nesse editorial: “Quando um campineiro aparecia em qualquer das festas dispendiosas, fora do município, dizia-se logo: aí vem o dinheiro! E efetivamente o dinheiro corria...” Mas, a crise surgiu sob a dupla denominação de baixa do café e questão do abolicionismo, o que acarretou perda do valor das fazendas, e tornou o braço escravo “mais um espantinho do que um auxílio”¹⁴⁴. Seguiu-se uma fase de desequilíbrio, com crise financeira, retração do crédito, insolvabilidade e acautelamento dos capitais. Os fazendeiros perceberam a necessidade de controlar os gastos supérfluos: “era preciso trabalhar e ser econômico. (...) Quase que inopinadamente Campinas achou-se em uma fase de quietude e pausa melancólica. Entraram todos a consultar a própria bolsa e a achar nela um grande vácuo que precisaria ser preenchido, à custa de muita perseverança, atividade e economia.”¹⁴⁵ Apesar desse quadro de incertezas, era otimista a posição dos agentes locais quanto à recuperação econômica do município, e à retomada dos investimentos por parte da iniciativa particular.

Período de transformações, a década de 1880, alterou os parâmetros da vida econômica e social do país: a mudança no sistema de trabalho e a questão fim do regime monárquico passaram a ser discutidas de maneira contundente pelos segmentos pertencentes à elite econômica e intelectual dessa sociedade. Em Campinas, forte reduto do partido republicano em São Paulo, e ao mesmo tempo, grande centro escravocrata, as

¹⁴³ “Hoje e Amanhã” (Editorial). *Gazeta de Campinas*, 8/1/1885.

¹⁴⁴ Idem.

questões que se impuseram nessa década foram discutidas intensamente, permitindo a observação dos possíveis conflitos entre idéias progressistas e necessidades econômicas ainda dependentes da instituição arcaica que era o escravismo.

2.1 O desenvolvimento da cidade de Campinas na década de 1880:

O desenvolvimento urbano alcançado pela cidade de Campinas a partir da década de 1870 superou as expectativas dos próprios campineiros em relação às potencialidades da cidade. Em 1858, como podia ser constatado no jornal *Aurora Campineira*, publicado à época, lamentava-se constantemente a falta de tendência do povo de Campinas para o progresso e a ausência de iniciativas para implementação de melhoramentos na cidade. Num artigo publicado em 11 de Abril de 1858, a *Aurora* comentava que em Campinas todos os melhoramentos sempre encontravam oposição, não passando de projetos, e indagava-se sobre as causas de tal letargia: “Parece que o destino condenou Campinas a ser simples espectadora do progresso. (...) Será por falta de homens capazes de ser empresários? Não cremos.”¹⁴⁶ Alguns anos após aquelas reclamações, observava-se a proliferação de associações entre os cidadãos campineiros para diversos empreendimentos, em geral, com resultados animadores. Conforme comentário publicado na imprensa naquela época: “(...) é possível que daqui a 22 anos ou mais [Campinas] tenha realizado grandes melhoramentos que ainda lhe faltam, ajudada pelo curso natural das coisas que trará o braço livre, a instrução popular, a afirmação cabal dos grandes princípios democráticos, a estabilidade absoluta do jornalismo e outras modificações sancionadas pelo progresso.”¹⁴⁷

No início da década de 1880, Campinas era considerada uma das cidades mais importantes da província de São Paulo, e talvez, de todo o Império. Colocada em vasta planície, com longas ruas retas e espaçosas, já possuía serviço regular de bondes e iluminação a gás (companhia de iniciativa e propriedade dos campineiros). O comércio

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ *Aurora Campineira*, 11/4/1858. Trecho citado conforme transcrito no editorial “**Campinas em 1858**”, da *Gazeta de Campinas*, de 13/11/1880.

¹⁴⁷ *Gazeta de Campinas*, 13/11/1880.

local era dinâmico, e contava com importantes casas filiais da Corte (como Lidgerwood e Arens Irmãos), casas de ferragens e armarinhos por atacado, armazéns de molhados, de fazendas, de modas e novidades, lojas de calçado, etc. Em relação às áreas de lazer, Campinas possuía um aprazível Passeio Público (servido por bondes), freqüentado pelas famílias, especialmente aos domingos, além do Bosque dos Jequitibás, passeio de propriedade de um particular, que dotara o local com linha de bonde (de sua propriedade), possibilitando interligação à companhia de bondes da cidade. Faltava ainda à cidade a implementação de uma companhia para águas e esgotos, mas já havia projetos nesse sentido. Conforme observado por um jornal do Rio de Janeiro, diversos empreendimentos eram realizados em Campinas “por iniciativa do povo que é bastante rico, e não pede para suas obras e melhoramentos, auxílios dos governos provincial ou geral.”¹⁴⁸

O caminho de progresso trilhado pela cidade de Campinas era constantemente ressaltado por aqueles que a visitavam. Um hóspede da cidade, que publicou artigo na imprensa local em 1882, comparou a índole do “audaz e empreendedor” povo de Campinas à dos norte-americanos, dado o destacado papel da iniciativa particular e do concurso do povo às novas idéias.¹⁴⁹ Nesse artigo, foram destacados: empreendimentos educacionais, realizados sem auxílio algum do governo; a Casa de Misericórdia, com escola freqüentada por 150 meninas; os dois esplêndidos passeios oferecidos ao público; as ruas regularmente calçadas e bem asseadas; polícia urbana com plausível organização; e diversas associações beneficentes e recreativas mantidas em estado muito satisfatório. O visitante destacou, ainda, a iluminação pública a gás da cidade (“uma das melhores do Brasil”), as linhas férreas, que tornavam a cidade verdadeiro foco comercial, com trens partindo e chegando de diversos pontos da província, e as duas linhas de ferro carris que percorriam os principais pontos da cidade, com bons serviços à população. Mereceram atenção, também, os dois teatros da cidade, freqüentemente ocupados pelas melhores companhias que visitavam a província (e já havia projeto para a construção de um teatro maior); além do

¹⁴⁸ Conforme artigo publicado no jornal *Itatyiaia*, de Resende/RJ, transcrito pela *Gazeta de Campinas*, em edição de 15/9/1883.

¹⁴⁹ “**O Progresso de Campinas e o Partido Republicano**”, artigo de Victaliano Ferraz do Amaral (“hóspede de Campinas”), publicado na *Gazeta de Campinas*, de 1/9/1882. Todos os comentários e citações presentes neste parágrafo referem-se ao artigo citado.

Hipódromo, mantido pelos apreciadores de corridas, que era considerado melhor que o da Corte. O comércio local, conforme observou, era vasto, com importantes estabelecimentos, inclusive fornecendo máquinas para o benefício do café para a província inteira; também havia uma importante fundição, montada em boas condições. Em relação à imprensa, num país cujo jornalismo era precário, Campinas conseguia manter três jornais diários, de formatos bem regulares, e dois pequenos periódicos. O visitante conclui: “Todos esses importantes cometimentos se têm aqui realizado devido unicamente à iniciativa particular.” Sobre o “poderoso partido republicano de Campinas”, em cuja liderança estavam Campos Salles, Francisco Glicério, F. Quirino dos Santos, Jorge de Miranda, Carlos Ferreira, entre outros, uns combatendo pela imprensa, outros nas tribunas, acrescentou: “Eis porque em Campinas tudo é grande: porque é a terra da liberdade; e esta existe porque a maioria da sua população pertence ao partido republicano”.

Muitos melhoramentos foram implementados em Campinas a partir da expansão da produção cafeeira, modificando o aspecto pouco agradável da cidade. O poder público, e a iniciativa particular, em grande parte, concorriam para a solução das necessidades públicas mais urgentes, como o calçamento de algumas ruas de difícil trânsito, a construção de chafarizes para o abastecimento de boa água, a edificação de um novo matadouro onde o corte de gado para o consumo público pudesse ser feito dentro de todas as prescrições de higiene. Medidas como a conservação do jardim público, a arborização dos largos e a construção de escoadouros para livrar as ruas de imundícies, também muito contribuía para o estado salubre da cidade, apesar de ainda serem necessárias outras providências, como a limpeza regular e a irrigação periódica das ruas, de grande alcance higiênico nos períodos de calor.¹⁵⁰ O receio da ocorrência de epidemias, especialmente no verão, levava a imprensa local a reclamar periodicamente da falta de um bom serviço de limpeza pública.

Um dos problemas sanitários que persistiam na cidade no início da década de 1880 era o abatimento irregular de animais para o consumo público. As reivindicações para a criação de um novo matadouro remontam ao início da década de 1870, mas as providências efetivas apenas seriam levadas a cabo na década seguinte. No final de 1879, organizou-se em Campinas uma companhia com o fim de realizar o melhoramento. A *Companhia*

Campineira Matadouro Municipal” elegeu sua diretoria provisória em 14/12/1879, assim composta: Francisco Glicério (presidente), Bento Quirino (tesoureiro) e Squire Sampson (secretário); foi julgado necessário o capital de 100:000\$000 para o empreendimento, o qual foi dividido em 1000 ações de 100\$000, totalmente subscritas.¹⁵¹ A planta do novo prédio foi feita pelo engenheiro Ramos de Azevedo (responsável por diversos projetos em Campinas e na capital paulista). O projeto autorizando a Câmara Municipal a conceder privilégio de exploração à Cia. Matadouro Municipal por sessenta anos foi autorizado pela Assembléia Provincial e sancionada pelo presidente da província no primeiro semestre de 1880. O edifício para abatimento e corte de gado, obra considerada de primeira ordem, foi concluído em meados de 1884.

Diversos problemas de saúde pública eram ainda enfrentados pela progressista cidade de Campinas. Antes da eclosão da febre amarela, que atingiu o município em surtos epidêmicos entre os anos de 1889 a 1897, a varíola era a doença que mais preocupava os moradores de Campinas. Desde o início da década de 1870 alertava-se sobre a negligência do governo em relação à epidemia de varíola e cobrava-se a aplicação sistemática da vacina à população.¹⁵² Em 1874, através de donativos, iniciou-se a edificação de um hospital para atender aos doentes de varíola, moléstia que fez 77 vítimas na cidade entre os meses de Dezembro de 1874 e Fevereiro de 1875¹⁵³. Nesse período, a cidade continuava a sofrer com a doença, pois o estabelecimento mantido pela edilidade para o tratamento dos doentes não possuía condições higiênicas adequadas, nem espaço e enfermeiros suficientes para o tratamento das pessoas atacadas de varíola. No início de 1876 foi concluído o Hospital de Variolosos, “feito a expensas de uma subscrição corrida entre o povo, por uma comissão nomeada pela Câmara (...)”; o edifício fora erguido na “esplanada além da via férrea”.¹⁵⁴

Porém, o problema da varíola não se extinguiu em Campinas. Em 1882, continuavam os pedidos na imprensa local de providências para evitar que a doença, já instalada na cidade, assumisse proporções assustadoras. Solicitava-se à Câmara e ao

¹⁵⁰ Medidas preconizadas no jornal *Gazeta de Campinas*, de 29/11/1882.

¹⁵¹ *Gazeta de Campinas*, 16/12/1879.

¹⁵² Nas edições da *Gazeta de Campinas*, de 11/8/1870 e 25/12/1872, encontram-se comunicados, assinados pelo Dr. Cassiano, médico residente em Campinas, alertando para o problema da varíola.

¹⁵³ *Gazeta de Campinas*, 7/3/1875.

¹⁵⁴ *Gazeta de Campinas*, 21/1/1876.

delegado de polícia que houvesse empenho para a vacinação e revacinação da população.¹⁵⁵ Em 1886, reiteradas queixas ainda eram feitas sobre o estado do Hospital de Variolosos: a epidemia da varíola estaria fazendo estragos consideráveis na cidade, sem que aparecessem, por parte dos poderes competentes, providências para debelar tal calamidade. As péssimas condições do hospital somadas às perigosas condições higiênicas da cidade estariam causando a permanência da epidemia.

No final de 1885 encerrou-se mais uma epidemia de varíola na cidade, e a Câmara cogitou fechar o respectivo hospital, mas a idéia logo foi afastada com o reaparecimento de focos de epidemia, no início de 1887. Atribuía-se a volta da epidemia à falta de medidas higiênicas na cidade: o Hospital de Variolosos estaria em má situação e o serviço de vacinação não teria encontrado adesão por parte da população. Nesse sentido, sugeria-se aos poderes competentes que obrigassem a população a tomar a vacina, único meio profilático contra a doença, além de efetuar o isolamento dos doentes e a desinfecção das casas onde ocorreram casos de varíola.¹⁵⁶

A questão da higiene pública mantinha-se como uma das maiores preocupações dos cidadãos de Campinas na década de 1880. Acreditava-se que devido a suas condições topográficas, Campinas necessitaria de maiores cuidados para evitar epidemias. As causas da insalubridade da cidade seriam o forte calor no verão e a falta de água sem elementos nocivos para o consumo local. O abastecimento de água à população era feito através do serviço de carroceiros, e eram constantes as queixas sobre a qualidade da água distribuída por esses vendedores. A péssima qualidade da água seria uma das causas para que o município de Campinas, com cerca de 40.000 habitantes, exibisse um obituário que rivalizava com o de cidades como Recife (90.000 habitantes), ou São Paulo e Porto Alegre, com 50.000 habitantes. Em Campinas, chegava-se a enterrar onze cadáveres num só dia, sendo a média local de cinco casos de morte por dia, a mesma das cidades citadas.¹⁵⁷

Em 1887, Comissões Higiênicas nomeadas pela Câmara Municipal passaram a percorrer os domicílios e aconselhar a adoção de medidas higiênicas, como evitar a

¹⁵⁵ Conforme alerta publicado pelo Dr. Cassiano, na *Gazeta de Campinas*, de 2/8/1882.

¹⁵⁶ Cf. editorial “A Varíola”, *Gazeta de Campinas*, 19/2/1887.

aglomeração de indivíduos em habitações, não despejar águas servidas nas ruas da cidade, etc. Mas, as condições de salubridade do município só melhorariam com o funcionamento da Cia. de Águas e Esgotos na cidade.

Em 1881, a Assembléia Provincial autorizara a Câmara Municipal de Campinas a conceder privilégio por sessenta anos para o estabelecimento e custeio do serviço completo de água potável e esgotos em Campinas, aos senhores Cel. Joaquim Quirino dos Santos, Bento Quirino dos Santos, Dr. Antero de Paula Souza e ao engenheiro Roberto Normanthon.¹⁵⁸ Organizada a empresa, iniciaram-se os estudos para a implementação desse melhoramento em Campinas: em 1885, o engenheiro Normanthon solicitaria à Câmara que interviesse junto ao governo geral para a isenção de direitos de alfândega sobre o material para as obras, todo importado da Europa; em 1886, os fundadores da *Companhia Campineira de Águas e Esgotos* convidariam capitalistas, proprietários e demais interessados a subscreverem ações da empresa, no escritório da Casa Comercial Santos, Irmão & Nogueira; e, finalmente, em 1887, seriam iniciados os trabalhos preliminares, prevendo-se um prazo de três anos para a conclusão das obras.¹⁵⁹

Na década de 1880, Campinas já possuía edificações consideradas de grande porte, muitas comparáveis ou superiores às da capital da província, além de contar com serviços de utilidade pública disponíveis em poucas cidades. Porém, freqüentemente cobrava-se das autoridades competentes a realização de melhoramentos materiais na cidade. Quando da visita do Conde d'Eu, da princesa sua esposa e do presidente da província, entre outros, ocorrida em 14/11/1884, a *Gazeta de Campinas* aproveitou a oportunidade para lembrar à municipalidade alguns melhoramentos necessários à cidade: Campinas, possuidora de uma Matriz de grande vulto (que gerou enorme dispêndio para o município), de uma excelente Casa de Misericórdia (feita à custa de particulares), de um Hospital da Beneficência

¹⁵⁷ Dados apresentados no editorial “Água Potável”, da *Gazeta de Campinas*, de 11/2/1886.

¹⁵⁸ *Diário de Campinas*, 8/2/1881.

¹⁵⁹ Notícias publicadas na *Gazeta de Campinas*, respectivamente nas edições de 12/9/1885, 14/4/1886 e 27/2/1887. Em 7/6/1887, a *Gazeta* informou que houve reunião dos 155 acionistas da Cia. de Águas, representando 10.511 ações, quase todo o capital de 12.000 ações; foram eleitos para diretores da Cia.: Bento Quirino dos Santos (comerciante, residente em Campinas), Joaquim Floriano N. de Camargo (fazendeiro, residente em Campinas) e Dr. Gabriel Dias da Silva (advogado em Campinas).

Portuguesa, do Colégio Culto à Ciência (feito e mantido por associação particular), além de bons jardins públicos, boa iluminação a gás, etc., deixaria a desejar em alguns aspectos, como o péssimo estado das ruas, o pouco asseio e o insuportável calçamento; além disso, alguns prédios importantes da cidade, como a Cadeia, a Câmara Municipal e o Teatro São Carlos, seriam mal arranjados, considerados incompatíveis com o desenvolvimento urbano alcançado por Campinas.¹⁶⁰

Cabe ressaltar que a vultosa matriz referida acima é a *Matriz de Nossa Senhora da Conceição*, um dos símbolos da cidade de Campinas. Inaugurada em 1883, sua fundação remonta ao ano de 1807. Em 1773, trinta e quatro anos antes, Campinas fora elevada à categoria de freguesia, sob a denominação de N. S. da Conceição das Campinas; possuía 357 habitantes, em 61 famílias. Por falta de recursos, a construção do templo foi quase totalmente abandonada em diversos períodos. Foram muitos os delineadores e executores das obras da Matriz, destacando-se os artistas responsáveis pelas obras de entalhe, que adornam internamente a igreja, Victoriano dos Anjos (baiano) e Bernardino de Senna Reis e Almeida (fluminense); os últimos engenheiros-arquitetos que participaram da conclusão da igreja foram: Christovam Bonini (a ele se deve a idéia do templo como foi acabado e o arcabouço da obra) e Francisco Ramos de Azevedo (responsável pela conclusão dos trabalhos).¹⁶¹

Para as festas de inauguração da Matriz Nova, realizadas entre os dias 6 e 9 de Dezembro de 1883, a comissão encarregada solicitou à população da cidade que iluminasse as frentes das casas e as ornamentasse quanto possível, em regozijo pela conclusão da obra de mais de meio século. As comemorações atraíram grande numero de visitantes à cidade.¹⁶²

¹⁶⁰ Conforme editorial “**Descuidos de Casa**”, *Gazeta de Campinas*, 16/11/1884.

¹⁶¹ *Diário de Campinas*, 8/12/1883. O editorial dessa edição do jornal foi dedicado a um resumo histórico e descrição do templo da Matriz Nova de Campinas.

¹⁶² De acordo com notícia do jornal *Diário de Campinas*, de 11/12/1883, o mau tempo impediu a realização de importantes partes dos festejos e, na opinião do jornal, faltou conveniente direção por parte dos encarregados: os festejos teriam iludido os que vieram de fora da cidade, atraídos por sua fama, e também os

Por essa época, a iniciativa particular intentou a construção de um novo teatro em Campinas, que seria denominado *Carlos Gomes*. Acreditava-se que os dois teatros então existentes estavam aquém da importância do município: “O Teatro Rink é péssimo (...) o São Carlos é ridículo, é uma coisa da roça, feito para Campinas de há quarenta anos (...)”¹⁶³. A *Associação do Teatro Carlos Gomes* encontrou franco acolhimento entre os cidadãos locais, mas o empreendimento não foi efetivado, dada a recusa da Câmara Municipal em conceder o terreno do velho Teatro São Carlos para a construção, apesar de a associação do velho teatro já ter autorizado a demolição do mesmo, em troca de ações do *Carlos Gomes*. Não sendo capaz de aumentar seu capital para viabilizar a aquisição de um terreno, a Associação do Teatro Carlos Gomes dissolveu-se, em meados de 1885. Os problemas enfrentados pela economia cafeeira em meados da década de 1880 (variações no preço do café e a ameaça de extinção do elemento servil) teriam tornado mais cautelosos os investidores, que preferiram não empregar grandes quantias para a construção do novo teatro naquele momento.¹⁶⁴ O *Teatro Carlos Gomes*, planejado na década de 1880, foi inaugurado apenas em 1910. Também chamado *Cassino Carlos Gomes*, o edifício tinha sua frente principal voltada para a praça Antônio Pompeu, antigo “largo do Capim”¹⁶⁵, contando também com entrada pela Rua Barão de Jaguará.¹⁶⁶

próprios campineiros. A ornamentação das ruas fora limitada, não correspondendo “às esperanças pomposas que albergavam todos aqueles que ouviam falar da inauguração da Matriz Nova”.

¹⁶³ *Gazeta de Campinas*, 24/1/1884.

¹⁶⁴ A notícia da dissolução da *Associação do Teatro Carlos Gomes* foi publicada no jornal *Gazeta de Campinas*, em 11/6/1885. A *Gazeta* concluiu a notícia com o seguinte comentário: “Campinas... já não pode construir um teatro.”

¹⁶⁵ O largo do Capim, no início da povoação de Campinas, era procurado pelos tropeiros para a alimentação de seus animais de carga e montaria. Ali encontrava-se o mercado de hortaliças da cidade, desde 1872. Após a demolição do estabelecimento, a praça recebeu o nome de Antônio Pompeu (de Camargo), republicano histórico, desde 1870, e primeiro presidente do Partido Republicano de Campinas; concorreu para a construção do Colégio Culto à Ciência, além de ter sido o vereador mais votado de seu partido em 1877. Cf.: GOULART, E. **Campinas: Ruas da Época Imperial**. Campinas, SP: Maranata, 1983. Pág. 37-38.

¹⁶⁶ A construção do teatro coube aos Srs. Luiz Damy, comendador José Pereira de Queiroz e José Piffer. Após encerrar suas atividades teatrais, o Cassino funcionou como local de bailes e outras atividades, sendo posteriormente demolido. O Teatro São Carlos, por sua vez, foi demolido em 1922, para que fosse levantado em seu lugar o *Teatro Municipal de Campinas*, em 1930, “o mais rico e mais amplo do interior do Estado”, que também acabou por ser demolido, em 1965, por meio de decisão do então prefeito da cidade. Informações de: CASTRO MENDES, J. **Efemérides Campineiras 1739-1960**. Campinas, SP: Palmeiras, 1963, pág. 93-94; e GOULART, E., op. cit., pág. 36 (citação).

2.2 Considerações sobre a evolução da área urbana de Campinas e os agentes envolvidos nessa expansão:

Pode-se considerar como uma primeira tentativa de organização do espaço urbano de Campinas a proposta da Câmara Municipal, de 1848, que instituiu nova nomenclatura às ruas da cidade. A nova denominação contemplou as ruas de Campinas na direção de Norte a Sul, começando pelo nascente, até o poente.¹⁶⁷ Em geral, as ruas foram identificadas pelos aspectos característicos do local, tanto edificações (por exemplo, Rua do Teatro), quanto funções, como a Rua do Comércio, ou ainda paisagens (rua do Brejo, Rua das Flores, etc.), entre outros fatores. Algumas ruas tiveram mantidas suas nomenclaturas antigas, como foi o caso da Rua de Baixo, uma das três primeiras ruas da cidade, que algum tempo depois adquiriria sua denominação contemporânea: Rua Lusitana.

O trabalho de abertura e demarcação das ruas, e o controle das construções realizadas no espaço urbano cabia ao *arruador*, profissional com conhecimentos técnicos, geralmente engenheiro, arquiteto ou mestre carpinteiro, nomeado pela Câmara Municipal. Esse procedimento de delimitação dos espaços urbanos era acompanhado por um *fiscal*, funcionário da Câmara, que nos casos de infração aos regulamentos e posturas municipais, encarregava-se da aplicação das punições previstas em lei.

Em 1870, a cidade de Campinas foi dividida em dois distritos de paz, estabelecidos da seguinte forma: as divisas iniciavam-se no rio Jaguari, onde havia uma ponte, na estrada do Amparo, e seguiam por esta até o entroncamento na estrada do Bethlém de Jundiá (Itatiba), seguindo por esta até a rua das Campinas Velhas (Rua São Carlos e, posteriormente, Moraes Salles), e nesta, acima, até a estrada que chegava de Santa Cruz (atual rua Coronel Quirino). Seguia-se por esta estrada acompanhando a chácara do padre Francisco de Abreu Sampaio e Irmãos, até o portão da antiga oficina de A. Carlos de Sampaio Peixoto, descendo depois pela rua do Caracol (Benjamin Constant) até o largo do Mercado (praça Carlos Gomes), de onde se seguia pela rua da Cadeia (Bernardino de Campos) até o fim do Campo (rua F. Teodoro) e continuava até encontrar a estrada de Terra Preta, que passava pelo Hipódromo, e seguia até as divisas da paróquia de Capivari de Cima. Passaria a ser denominado de *Santa Cruz de*

Campinas o distrito localizado do lado norte dessa demarcação, e de *Conceição de Campinas* o distrito localizado ao sul.¹⁶⁸

Posteriormente, em face do maior desenvolvimento urbano alcançado pelo distrito da Conceição, em detrimento do de Santa Cruz, a Câmara Municipal de Campinas revisou os limites anteriormente definidos, e estabeleceu, para os efeitos jurídicos de suas posturas e para a fiscalização, os seguintes limites: “a rua Dr. Campos Salles, antiga do Bom Jesus, desde o armazém de cargas da Companhia Paulista, até a rua Barão de Jaguará (antiga Direita), por esta acima até a Travessa do Góes, seguindo por esta à rua General Osório, no largo do Mercado, praça Carlos Gomes, e pela rua General Osório até encontrar a rua Coronel Quirino e daí pela mesma rua às Campinas Velhas, seguindo tudo mais como se acha prescrito pelas referidas leis de 1870 e 1871.”¹⁶⁹

Em 1880, a Câmara Municipal apresentou em seu Código de Posturas a preocupação com os aspectos estéticos do patrimônio edificado de Campinas. As alterações ao desenho urbano de Campinas impostas pelo rápido crescimento da cidade após a década de 1870, e a possibilidade da eclosão de epidemias, voltaram a atenção do poder público para questões tanto higiênicas quanto paisagísticas, que passariam a nortear a regulação da ocupação desse espaço urbano. Nas palavras de Amaral Lapa:

“É a identificação da cidade burguesa e o seu melhor aproveitamento e preparo para o futuro. Agora, não mais uma cidade de senhores e escravos, mas de patrões e empregados, que precisavam todos, dentro dos princípios da nova ordem, educar os seus sentidos e exercitar-se para o uso das novas formas de convívio social e doméstico que a cidade passa a oferecer-lhes. À personalidade que ainda vigorava, vinda da Campinas colonial e senhorial, sucedia agora a impessoalidade das relações sociais numa aglomeração urbana que se ampliava e diversificava.”¹⁷⁰

Ainda nas últimas décadas do século XIX, a expansão da cidade permitiu a abertura das primeiras avenidas perimetrais em Campinas, como a atual Avenida Andrade Neves, que foi aberta no início da década de 1870, ao ser inaugurada a Companhia Paulista de Estradas de

¹⁶⁷ Comentários baseados no livro de LAPA, J. R. A. **A Cidade: Os Cantos e os Antros**, op. cit., capítulo 2 (“Um Passeio pelo Perímetro”).

¹⁶⁸ Essas divisas foram estabelecidas pelas leis provinciais n. 85, de 18 de Abril de 1870, e n. 31, de 24 de Março de 1871. Conforme apresentado em: AMARAL, L. (org.). **A Cidade de Campinas em 1900**, op. cit., pág. 64-65.

¹⁶⁹ AMARAL, L. (org.), op. cit., pág. 65.

¹⁷⁰ LAPA, J. R. A., op. cit., pág. 48. Deve-se observar que o próprio autor, na nota 12, página 42, da referida obra, alerta aos leitores que termos como “senhorial”, utilizados nesse livro, referem-se a senhores de escravos e à aristocracia, e não fazem nenhuma referência a relações feudais.

Ferro. Na área mais central da cidade, porém, a concentração habitacional não permitiria o alargamento dos espaços para circulação, devido aos altos custos da desapropriação das áreas.

Com o objetivo de alargar os espaços públicos da cidade, o Código de Posturas de 1880 previa que as novas ruas, travessas e avenidas deveriam ser concebidas com a largura de quinze metros. A Câmara Municipal também determinou a altura padrão para a construção dos muros que deveriam fechar os terrenos urbanos, sendo que a obrigatoriedade do cercamento dos terrenos estava prevista já em Posturas Municipais das primeiras décadas do século XIX.

Pode-se observar a dimensão do núcleo urbano de Campinas no início do período estudado através de algumas informações apresentadas no jornal *Gazeta de Campinas*¹⁷¹. Segundo essas informações, em 1869, a cidade possuía 8.000 habitantes, e 1.400 casas; havia 25 ruas grandes, 16 ruas pequenas, 6 praças com edifícios e 5 praças sem edifícios. Havia 4 cemitérios, 3 igrejas concluídas e duas em construção.¹⁷² Entre os prédios, destacavam-se Teatro, Cadeia e Câmara, além de um hospital e um mercado. Na atividade comercial contava-se 80 lojas de fazendas, 15 de ferragens, 130 bares, 2 lojas de calçados, 4 barbearias, 11 açougues, 7 padarias e 4 farmácias. Por ocasião do recenseamento de Campinas publicado em 1872, verificou-se que o número de habitantes na cidade elevou-se para 10.000 e o número de casas para 1.668. Nesse ano, já havia 34 ruas na cidade, sendo 19 longitudinais e 15 transversais, além de 5 becos e 9 largos. Em 1879, ao ser realizada nova numeração pelo sistema de placas nas habitações de Campinas, constatou-se a existência de 2.745 casas na cidade.¹⁷³

A observação dos limites da área urbana de Campinas na década de 1870 é possível através da *Planta de Campinas em 1878* (reproduzida a seguir), primeiro trabalho do gênero realizado sobre a cidade, no qual estão identificadas as principais edificações locais. A Planta abrange a região central da cidade, mais povoada, não contemplando os bairros que se formavam em áreas mais afastadas do centro.

¹⁷¹ Essas informações foram transcritas em CASTRO MENDES, J., op. cit., pág. 37-38 e 41.

¹⁷² No ano de 1870, os quatro cemitérios existentes em Campinas eram: Cemitério Municipal, Cemitério do Santíssimo Sacramento, a cargo da irmandade de mesmo nome, Cemitério das Almas, a cargo da Irmandade das Almas, e o Cemitério dos Protestantes, administrado pela Sociedade Alemã de Instrução e Leitura. Em relação às igrejas, na freguesia da Conceição havia três: Matriz Nova e São Benedito, em construção, e Rosário, servindo de sede da paróquia; na freguesia de Santa Cruz havia duas igrejas: Matriz Velha (sede da paróquia) e Santa Cruz, por concluir; em 1870, também havia na cidade uma Igreja Protestante, cujos pastores evangélicos eram G. Nash Morton e Edward Lane. Cf.: **Almanak de Campinas para 1871**, op. cit.

Na já citada obra de Amaral Lapa encontra-se uma descrição minuciosa do perímetro da cidade de Campinas, realizada com base na Planta de 1878; a seguir estão transcritos alguns trechos do “passeio pelo perímetro” apresentado pelo historiador:

“(…) a Santa Casa, de onde iniciamos o nosso passeio, marca uma ponta da área edificada. Dela (fundos do edifício) descemos pela rua Barreto Leme (antiga rua de trás da Matriz) até encontrarmos a rua Lusitana, onde dobramos à direita em busca da Rua do Imperador (atual Marechal Deodoro), que praticamente era o limite da área edificada, para o norte. Além dessa rua, nessa direção, só havia o largo de Santa Cruz e o Colégio Culto à Ciência, respectivamente em seus extremos. Aquele (largo de Santa Cruz) ligado à rua Lusitana por um caminho cujo traçado possivelmente seguia o da atual rua Major Sólon, então estrada que a partir do largo de Santa Cruz tomava, com o nome de estrada do Taquaral, a direção de Moji-Guaçu, rumo ao sertão de Goiás. (...) Quanto ao Colégio Culto à Ciência, dava para a rua Alegre (atual Culto à Ciência), que prosseguia com o mesmo nome seguindo o trajeto da atual avenida Senador Saraiva.

Mas, temos ainda quatro quarteirões da rua do Imperador para chegarmos ao limite oeste da cidade, que é a rua de Andrade Neves (1874), atual avenida do mesmo nome, que terminava na altura de onde hoje se ergue o prédio da Beneficência Portuguesa (fundos). A Andrade Neves, como a 11 de Agosto, tinha pouquíssimas casas, enquanto antes delas, em sentido paralelo, as ruas de São João (atual rua Visconde do Rio Branco) e do Campo (atual rua Saldanha Marinho) apresentavam mais edificações. (...)

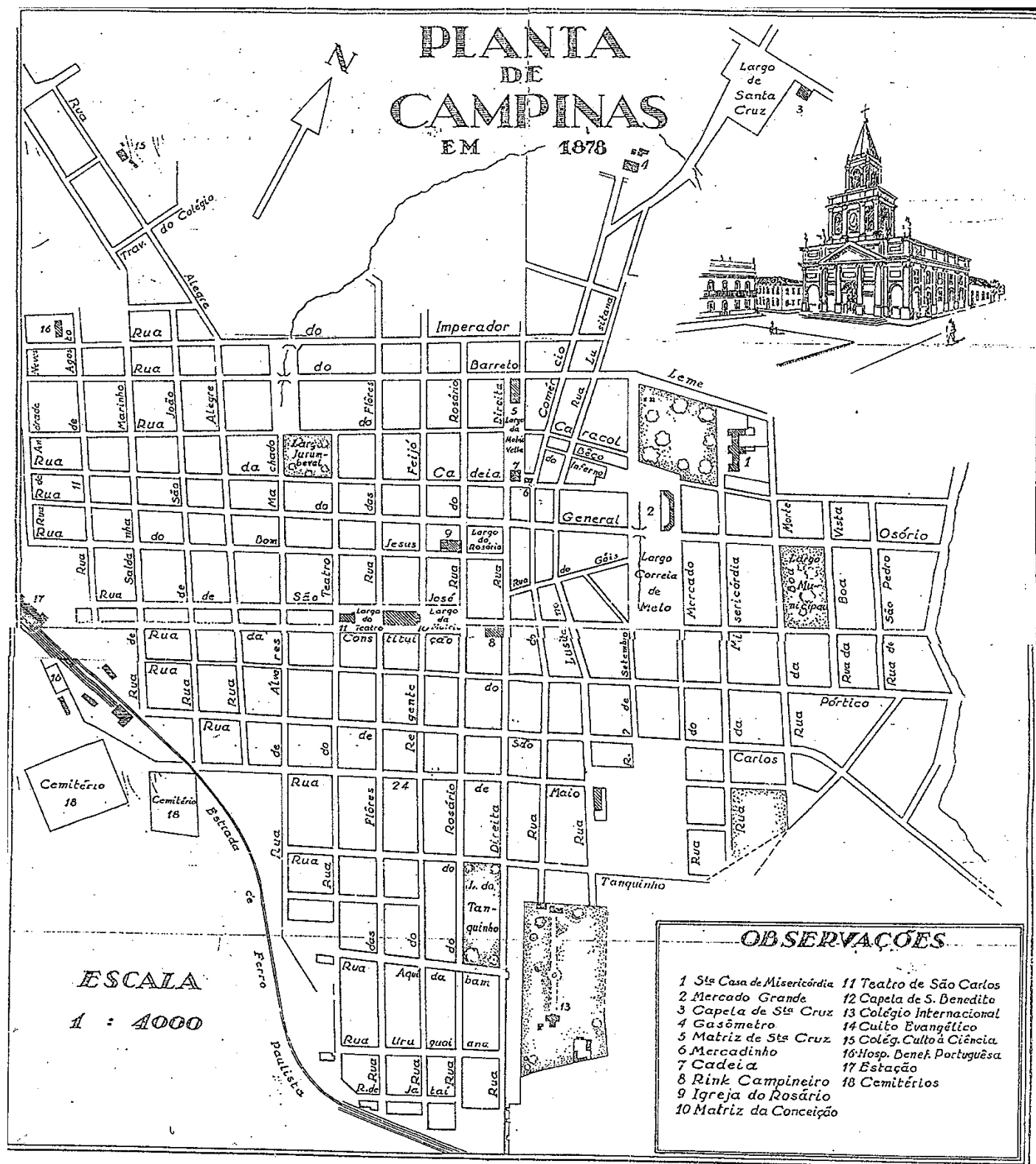
Pela Avenida Andrade Neves atingíamos a Estação da Estrada de Ferro Paulista (atual Estação da Fepasa), passando a seguir pelos quatro cemitérios,¹⁷⁴ (...) até mais ou menos o Teatro Castro Mendes, para alcançarmos (...) a rua Uruguaiana, de onde, se contornando o Colégio Internacional, que marca um dos pontos da extremidade da cidade, já numa parte não arruada, passando pelo final das ruas do Mercado (atual Boaventura do Amaral), da Misericórdia (atual Padre Vieira) e São Carlos (atual av. Moraes Sales), que ainda avançava alguns quarteirões, se atingia a rua da Boa Vista (atual av. Júlio de Mesquita) ou ainda a rua de São Pedro (atual Coronel Quirino), ponto extremo da cidade na direção leste (Campinas Velhas).

Esse era o contorno da cidade dentro do qual, como dissemos, cresce o tecido urbano e se esboçam os primeiros bairros, então chamados *subúrbios*, que se vão definindo aos poucos e naturalmente ultrapassando aquela linha: Guanabara, Bonfim, Botafogo, Ponte Preta, Taquaral, Bosque dos Jequitibás e Fundão (atual Vila Marieta). Dá-se, então, a regionalização da cidade, imposta pela sua expansão.”¹⁷⁵

¹⁷³ “**Estatística**”, *Gazeta de Campinas*, 22/10/1879.

¹⁷⁴ Sobre esses cemitérios, na publicação “A Cidade de Campinas em 1900”, de Leopoldo Amaral (org.), informa-se que os antigos cemitérios de Campinas, junto à estação da estrada de ferro, foram fechados em 1881, quando foi criado o cemitério do Fundão, a 3 km da cidade, mantido pela municipalidade. Esse cemitério, em 1899, possuía ricos mausoléus, entre eles o da família Ferreira Penteadó, onde encontrava-se, provisoriamente, o cadáver embalsamado do maestro Carlos Gomes.

¹⁷⁵ Cf.: LAPA, J. R. A., op. cit., pág. 52-53.



165 — Mapa de Campinas Imperial de 1878. Brilhante trabalho executado pelo eminente caudilheiro campineiro Dr. Julio Mariano Junior, do Departamento Jurídico da Prefeitura Campineira, com base em original da época. É um trabalho expontâneo que muito veio valorizar a obra de Geraldo Sessa Junior, "RETALHOS DA VELHA CAMPINAS", mostrando aos campineiros de hoje o que foi a Campinas de ontem.

Por essa época, a linha de bondes a tração animal foi inaugurada (em 1879), e sua estação estava localizada na Rua de São José (atual Treze de Maio, importante rua comercial da cidade). Os bondes serviam boa parte da região central da cidade, chegando até o Gasômetro (ponto terminal), já num ponto extremo do perímetro urbano, na freguesia de Santa Cruz. Os bondes conduziam, também, ao Passeio Público (atual Centro de Convivência), promovendo grande afluência de pessoas ao local. Destacam-se algumas importantes ruas da cidade que eram servidas pelos bondes da Companhia Campineira Carris de Ferro: São José (Treze de Maio), Rosário (atual Francisco Glicério), Bom Jesus (atual Campos Salles), Direita (Barão de Jaguará) e Barreto Leme. No início de 1884 foi inaugurada a linha de bondes para o bairro Guanabara, considerado um dos mais aprazíveis bairros da cidade; também nesse bairro realizou-se a experiência dos bondes elétricos, em 1884, evento que mereceu comemoração na cidade.¹⁷⁶

Era avultado o movimento nas linhas da companhia de bondes de Campinas. No primeiro ano de funcionamento dos bondes registrou-se, em média, uma circulação de cerca de 15.000 passageiros mensalmente. No ano de 1882, a média mensal foi superior a 12.000 passageiros. No mês de Dezembro de 1883, quando foi inaugurada a Matriz Nova de Campinas, registrou-se o dobro do movimento habitual na linha de bondes: 25.560 passageiros. A média mensal de passageiros manteve-se superior a 13.000 no primeiro semestre de 1884, elevando-se no ano de 1887, quando foram registrados 19.045 passageiros no mês de Fevereiro, com arrecadação de 3:775\$360, e 17.514 em Junho.¹⁷⁷ Em 1890, a Companhia já possuía dez carros que trabalhavam para os seguintes pontos: Botafogo, Jardim, Gasômetro e Aquidaban, transportando um montante mensal de 17 a 20.000 passageiros.¹⁷⁸ Esses números selecionados apontam para a grande melhoria que a linha de bondes empreendeu no transporte de passageiros em Campinas. Vale lembrar, entretanto, que as famílias mais abastadas da cidade não se serviam desse meio de transporte, pois dispunham de carros próprios para o seu deslocamento na cidade, e tróles

¹⁷⁶ Informações da *Gazeta de Campinas*, de 5/2/1884 e 1/4/1884.

¹⁷⁷ Esses números apresentados foram coletados em diversos números do jornal *Gazeta de Campinas*.

¹⁷⁸ Cf.: **Almanach do Estado de São Paulo para 1890**. São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1890.

para as viagens às fazendas. O imposto cobrado sobre os veículos particulares apontam algumas dessas ricas famílias de Campinas¹⁷⁹:

TABELA 8:

PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS. 1881-1882			
Agostinho Rodrigues de Camargo	1 carro	João Ataliba Nogueira, Dr.	1 carro
Álvaro Xavier de Camargo Andrade	1 carro	João Pedroso de Carvalho	1 carro
Antônio da Costa	2 carros	Joaquim Antônio de Arruda ⁱ	1 carro
Antônio Ferreira da Silva	1 carro	Joaquim Bonifácio do Amaral ⁱⁱ	1 carro
Antônio Galdino de Abreu Soares, Dr.	1 carro	Joaquim Egydio de Souza Aranha ⁱⁱⁱ	1 carro
Antônio Januário Pinto Ferraz, Dr.	1 carro	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	1 carro
Antônio Pompeo de Camargo	1 carro	Joaquim Ferreira Penteado ^{iv}	1 carro
Bento Bicudo	1 carro	Joaquim Policarpo Aranha ^v	1 carro
Bernardino José de Arruda	1 carro	Joaquim Quirino dos Santos, Cel.	1 carro
Bernardo Keller	3 carro	Joaquim T. Nogueira de Almeida	1 carro
Cândido Barata, Dr.	1 carro	José Antônio Ferreira de Oliveira	7 carros
Domingos dos Santos Marques	10 carros	José de Campos Salles	1 carro
Elisiário Ferreira de Camargo Andrade	1 carro	Luiz Antônio de Pontes Barbosa	1 carro
Ernesto Wage	3 carros	Manoel Carlos Aranha	1 carro
Florian de Camargo Campos	1 carro	Maria Brandina de Souza Aranha, D.	1 carro
Francisco de Camargo Penteado	1 carro	Maximiliano José Nogueira	1 carro
Francisco José de Camargo Andrade	1 carro	Pedro Bicudo, Dr.	1 carro
Francisco Pompeo do Amaral	1 carro	Prudente Pires Monteiro	1 carro
Francisco Santos Marques	1 carro	Umbelina Bueno, D.	1 carro
Ignácio Ferreira de Camargo Andrade	3 carros	TOTAL (936\$960 de imposto)	61 carros

ⁱ Barão de Atibaia; ⁱⁱ Barão de Indaiatuba; ⁱⁱⁱ Barão de Três Rios; ^{iv} Barão de Itatiba (em 1882); ^v Barão de Itapura (em 1883).

Fonte: Coletoria de Rendas Provinciais de Campinas. Arquivos Históricos, CMU.

O crescimento da importância da área urbana de Campinas também viabilizou a criação da *Associação Predial*, no início de 1878, cuja finalidade era construir quiosques e prédios especiais em diversos pontos da cidade. Com capital de 5:000\$000, a Associação empreendeu a construção do quiosque do Passeio Público, sob a presidência de Francisco Glicério.

Uma indicação sobre a evolução da ocupação da cidade pode ser obtida pelo aumento do número de prédios nela existentes, o que pode ser observado pelos registros do imposto predial recolhido pela Coletoria de Rendas Provinciais de Campinas. Todos os anos a Coletoria empreendia o levantamento do valor de locação dos prédios da cidade para o cálculo do valor do imposto predial a ser pago pelos proprietários.

A propriedade de imóveis na cidade tendo por finalidade a locação era uma atividade desenvolvida por diversos agentes econômicos de Campinas, cuja atuação se estendia a vários outros setores da esfera econômica. Através da observação do imposto

¹⁷⁹ Observe-se que nessa relação constam alguns proprietários de carros de praça, para o transporte de aluguel.

predial, pago pelos proprietários de edificações na cidade, destacamos alguns agentes com atuação relevante nesse setor, especificamente aqueles possuidores de cinco ou mais imóveis¹⁸⁰:

TABELA 9:

IMPOSTO PREDIAL - ANO FINANCEIRO 1874-1875. Proprietários com cinco ou mais imóveis: ¹⁸¹

• **Joaquim Ferreira Penteado, 9 imóveis, 52\$ de imposto total pago.**

Em 1872, era um dos lavradores com maior volume de produção de Campinas (entre 25 e 30 mil arrobas), de acordo com o levantamento realizado para o pagamento do imposto para obras da Matriz Nova de Campinas. Nesse mesmo ano, 1872, era um dos maiores acionistas de Campinas da *Cia. Paulista de Estradas de Ferro* (Jundiaí a Campinas), com 300 ações. Já no ano financeiro de 1875/76, há registro da compra de 15 escravos por J. Ferreira Penteado, na Coletoria de Campinas.

Exerceu também a atividade de capitalista, e foi classificado entre os capitalistas de menor volume de capital em operação, em 1881, tendo pago imposto de 20\$000 (1ª classe) para as obras da matriz, nesse ano¹⁸². Foi o fundador e mantenedor da *Escola Ferreira Penteado*, inaugurada em 1881, que oferecia instrução primária gratuita a mais de 50 alunos pobres. Obteve o título de *Barão de Itatiba*, em 1882.

• **Vitorino Pinto Nunes, 9 imóveis, 39\$ de imposto total pago.**

Era um dos maiores acionistas da *Cia. Paulista de Estradas de Ferro*, em 1872, com 305 ações. Foi um dos grandes emprestadores de capital de Campinas: no ano financeiro de 1874/75, foi responsável pelo segundo maior pagamento de imposto sobre capitalistas registrado na Coletoria de Rendas (380\$000); em 1875/76 possuía em operação o montante de 100:000\$000 (era o décimo maior montante a juros); em 1877/78 apenas três indivíduos possuíam capital superior ao dele, e em 1878/79, sua posição era superada somente por Joaquim Ferreira de C. Andrade. Para os anos posteriores a 1879 não foram encontrados registros das atividades de Vitorino Pinto Nunes nos documentos pesquisados neste trabalho.

• **Bierrenbach & Irmão, 9 imóveis, 32 \$ de imposto total pago.**

Os *Irmãos Bierrenbach* possuíam estabelecimentos industriais no Largo de Santa Cruz, em Campinas, que incluíam: fábrica de chapéus (fundada em 1857 e extinta em 1879), fábrica de descarocar e enfardar algodão (fundada em 1865), produção de implementos agrícolas e fábrica a vapor de máquinas, carros e trolés (fundadas entre 1869 e 1870) e fundição (1880).¹⁸³

• **Joaquim Policarpo Aranha, 8 imóveis, 44 \$ de imposto total pago**

Era um dos lavradores com maior volume de produção de Campinas (entre 25 e 30 mil arrobas), em 1872. Há registros na Coletoria de Rendas de Campinas sobre compras de escravos efetuadas por J. Policarpo Aranha, sendo 57 escravos ao longo do ano financeiro de 1874/75, e 14 escravos ao longo de 1877/78. Recebeu o título de *Barão de Itapura* em 1883.

¹⁸⁰ Selecionamos apenas os maiores proprietários de imóveis na cidade, a fim de identificar os agentes para os quais a propriedade urbana constituía uma forma de geração de recursos (locação). A maioria dos proprietários de imóveis na cidade não foram aqui incluídos por possuírem poucas unidades que, muito provavelmente, serviam para habitação própria ou mesmo de familiares, não caracterizando especificamente uma atividade econômica.

¹⁸¹ As informações sobre número de imóveis e valores de impostos foram retiradas da **Coletoria de Rendas Provinciais de Campinas**, livro 52 (Arquivos Históricos, Centro de Memória da UNICAMP). As informações relativas aos proprietários foram coletadas nos diversos almanaques e jornais pesquisados (arrolados na bibliografia).

¹⁸² A classificação dos capitalistas para o pagamento do imposto destinado às obras da Matriz Nova de Campinas era crescente, de acordo com o volume de capital em operação. Os capitalistas com menor volume de capital (1ª classe) pagavam 20\$000, e os maiores, localizados na 6ª classe, contribuíam com um montante de 800\$000.

¹⁸³ As informações sobre tais estabelecimentos encontram-se em: CAMILLO, E. E. R., op. cit., pág. 27-43.

- **Antônio Joaquim Gomes Tojal, 8 imóveis, 12\$ de imposto total pago.**

Também era capitalista, classificado entre os contribuintes para as obras da Matriz Nova, em 1881, na 2ª classe.

- **Francisco de Camargo Penteado, 8 imóveis, 40\$ de imposto total pago.**

Foi um dos fundadores do *Hipódromo Campineiro*, inaugurado em Setembro de 1878.

- **José Joaquim Duarte de Resende, 7 imóveis, 27\$ de imposto total pago.**

Em 1870, era o arrematante de impostos do município, no ramo de aguardente. Também atuava como capitalista, tendo sido incluído na 2ª classe de emprestadores, no levantamento para cobrança de impostos para as obra da matriz nova, em 1881.

- **Antônio Joaquim de Vasconcelos Pinto, 7 imóveis, 14\$ de imposto total pago.**

- **Joaquim Quirino dos Santos, 6 imóveis, 23\$ de imposto total pago.**

O Coronel Joaquim Quirino dos Santos foi uma figura presente em diversos momentos da história da cidade de Campinas. Era fazendeiro, e esteve envolvido em diversas atividades na cidade, tanto econômicas quanto sócio-culturais. Era membro do *Partido Conservador* de Campinas (observe-se que seu irmão, Francisco Quirino dos Santos foi um dos fundadores do Partido Republicano na cidade).

Foi um dos sócios da Casa Comercial *Santos, Irmão & Nogueira*, da qual também participava Bento Quirino dos Santos, envolvido em diversos empreendimentos na cidade. Em 1881, esse estabelecimento foi arrolado entre os capitalistas de 4ª classe para o pagamento do imposto para obras da Matriz Nova, o que o caracteriza como um dos maiores emprestadores de recursos de Campinas. Em 1884, a Casa Comercial possuía dois imóveis na rua do Sacramento.

O Cel. Joaquim Quirino dos Santos participou das primeiras reuniões, em 1872, a fim de tratar-se da incorporação da companhia da estrada de ferro de Campinas a Mogi-Mirim, com ramal para Amparo. Esteve entre os diretores da *Cia. Mogiana* na década de 1870.

Organizou a *Companhia Campineira de Iluminação a Gás*, incorporada em 1872, com fundo social de 400:000\$000. Foi um dos fundadores da *Cia. de Águas e Esgotos* que recebeu o privilégio de concessão em 1881.

Esteve envolvido na criação do *Clube da Lavoura de Campinas*, em 1876; foi eleito tesoureiro do Clube quando da eleição da diretoria definitiva, em 1877. Fazendeiro, seu nome aparece como comprador de escravos nos registros da Coletoria de Rendas: no ano financeiro de 1874/75, comprou em parceria com Bento da S. Leite, 40 escravos; em 1875/76, o Cel Quirino vendeu 8 escravos a João Manuel de Almeida Barbosa; e, em 1877/78 foi registrada a compra de mais 10 escravos, novamente em parceria com Bento da S. Leite.

Exercia também a atividade de capitalista: no ano financeiro de 1875/76, possuía o montante de 150:000\$000 em operação; e em 1881/82, foi registrada na Coletoria de Rendas de Campinas a quantia de 100:000\$000 a juros, em seu nome (nesse ano seu endereço foi registrado à rua do Caracol).

Em relação a sua participação na vida social de Campinas, destacam-se as seguintes atividades: mantinha a *Escola Corrêa de Mello*, de ensino primário (para ambos os sexos), inaugurada em 1881, com dois professores e 128 alunos; foi diretor da sociedade *Carnavalesca Campineira*, fundada em 1868, com o fim de promover os festejos carnavalescos em Campinas; também foi presidente da *Associação Campineira do Teatro São Carlos*, em 1878, e presidente da Irmandade da *Santa Casa de Misericórdia*, em 1875. Em 1875, disponibilizou a quantia de cinco contos de réis para montagem do hospital para recepção e tratamento dos variolosos indigentes da cidade.

- **Jorge G. H. Krug, 6 imóveis, 62\$ de imposto total pago.**

Farmacêutico alemão, residia em Campinas desde 1846. Foi vice-cônsul da Suíça na província por muitos anos. Também atuou como capitalista na década de 1870. Era irmão do comerciante Francisco Krug, figura de projeção na sociedade local, que também estava envolvido em atividades fabris: fundou, em 1853, uma fábrica de móveis em Campinas; a essa fábrica foram acrescentadas posteriormente, fábrica de descaroçar e enfardar algodão, de troles, carros e carroças, além de ferraria e serraria. Francisco Krug, que foi presidente da *Sociedade Alemã de Instrução e Leitura*, em 1872, assumiu o consulado da Alemanha em 1876, após o falecimento do irmão Jorge G. H. Krug (1875).

- **Antônio Pompeo de Camargo, 6 imóveis, 34\$ de imposto total pago.**

Foi um dos fundadores do *Colégio Culto à Ciência*, além de ter exercido o cargo de vereador entre 1876/1880. Também estava envolvido na atividade agrícola, havendo registros de compras de escravos efetuadas pelo mesmo ao longo da década de 1870.

- **José Rodrigues Ferrás do Amaral, 6 imóveis, 37\$ de imposto total pago.**

Desempenhava a função de Coletor de Rendas de Campinas. Foi nomeado coletor provincial por portaria de 1868, e coletor geral em 1870.

- **João Evangelista de Matos, 6 imóveis, 17 \$ de imposto total pago.**

- **Manoel Carlos Aranha, 5 imóveis, 52\$ de imposto total pago.**

Em 1872, era um dos lavradores com maior volume de produção de Campinas, entre 25 e 30 mil arrobas, de acordo com levantamento para cobrança de imposto para as obras da Matriz. Em sua fazenda Pau d'Alho, em Campinas, foram introduzidas doze famílias de colonos alemães (64 pessoas), em 1873.

Foi membro da diretoria do *Clube da Lavoura de Campinas*, e participou, em 1880, da comissão que decidiu representar ao presidente do Conselho de Ministros pedindo medidas favoráveis à atração de imigrantes, e representar à Assembléia Legislativa de São Paulo, pedindo proibição absoluta do comércio de escravos de outras províncias com São Paulo.

Apesar de ser um dos pioneiros na introdução de trabalhadores livres em suas fazendas, há diversos registros na Coletoria de Rendas Provinciais de Campinas sobre compras de cativos efetuadas pelo Comend. Manoel C. Aranha, entre elas: compra de 17 escravos no ano financeiro de 1875/76; 5 escravos, em 1877/78; 20 em 1878/79; e 9 em 1881/82, ano em que foram poucos os registros de compra/venda de escravos na Coletoria de Campinas, devido aos altos impostos cobrados sobre essas transferências; essa foi a quinta maior transação realizada nesse ano.

Em 1887, em meio às incertezas quanto à permanência da instituição servil, o Comend. Manoel C. Aranha anunciou sua decisão de libertar os escravos de sua fazenda Pau d'Alho, em número superior a 300, no dia 24/12/1890. (Conforme notícia da *Gazeta de Campinas*, de 1/7/1887).

Em relação a sua participação em outras atividades, destaca-se a presença, em 1878, como um dos diretores da “Estrada de Ferro de Campinas a Casa Branca com ramal para Amparo” (*Cia. Mogiana*). Também exercia a função de capitalista: no ano financeiro de 1881/82, com endereço à rua do Rosário, possuía capital a juros no montante de 70:000\$000, sobre o qual pagou 168\$000 de impostos à Coletoria. Ainda em 1881, o levantamento para o pagamento de imposto para obras da Matriz Nova identificou-o como um capitalista de 4ª classe (seu capital era cerca de dez vezes superior ao dos capitalistas de 1ª classe), tendo pago um imposto de 200\$. Já no ano financeiro de 1883/84, de acordo com o imposto pago na Coletoria, Manoel C. Aranha era o terceiro maior capitalista da cidade, tendo pago 304\$800 de imposto.

Esteve entre os acionistas do *Banco da Província*, fundado em 1885, que teria sede na capital paulista e agências em Santos e Campinas.

Obeve o título de *Barão de Anhumas*, em 1889.

- **Próspero Bellinfanti, 5 imóveis, 8\$ de imposto total pago.**

Próspero Bellinfanti era o encarregado dos negócios do consulado italiano, em 1878. Exercia também a atividade de capitalista, tendo sido classificado na 1ª classe (entre as menores somas de capital) no levantamento para o imposto destinado à obra da Matriz Nova, em 1881.

Foi presidente da *Sociedade Italiana Confederata*, fundada em Novembro de 1884. Em 1886, a Sociedade possuía cerca de 150 sócios, e mantinha uma escola freqüentada por 30 a 40 meninos.

- **Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, 5 imóveis, 82\$ de imposto total pago.**

Era fazendeiro, membro do *Clube da Lavoura de Campinas*. Há registros de compras de escravos pelo fazendeiro, tendo adquirido 21 escravos no ano financeiro de 1874/75, e mais cinco escravos no ano financeiro de 1878/79. Também exerceu a função de vereador nos anos 1876-80.

Na relação acima apresentada pode-se observar a variedade de atividades exercidas pelos agentes possuidores de diversos imóveis na cidade de Campinas, do que se infere que

nesse momento (meados da década de 1870) não há um segmento delimitado investindo no ramo imobiliário na cidade. Ao mesmo tempo, acredita-se que se estivesse iniciando em Campinas a construção de imóveis com a finalidade de diversificação de investimentos e geração de renda, além das edificações destinadas à habitação própria, pois, nesse espaço urbano em expansão, a locação de imóveis poderia se tornar uma atividade lucrativa.

A propriedade urbana, no entanto, ainda não apresentava grande concentração na década de 1870. No ano financeiro de 1874-75, um total de 304 proprietários pagaram imposto na Coletoria de Rendas de Campinas, sobre um total de 555 imóveis¹⁸⁴, sendo que 62% dos proprietários possuíam apenas 1 imóvel, num total de 189 imóveis (34% dos imóveis que pagaram imposto). Entre os proprietários que possuíam mais de 1 imóvel, 33% tinham entre 2 e 4 propriedades (256 imóveis, ou seja, 46% dos imóveis); apenas 5% dos proprietários possuíam entre 5 e 9 imóveis (máximo), configurando um total de 110 imóveis (20% do total). Apenas Joaquim Ferreira Penteado, Bierrenbach & Irmão e Vitorino Pinto Nunes eram proprietários de 9 imóveis cada um, pagando, respectivamente, 52\$, 32\$ e 39\$ de imposto pelo conjunto de seus imóveis.

TABELA 10: PROPRIEDADE DE IMÓVEIS. ANO FINANCEIRO 1874-75

N.º IMÓVEIS	N.º PROPRIETÁRIOS
Apenas 1 (189 imóveis)	189
Entre 2 e 4 (256 imóveis)	99
Entre 5 e 9 (110 imóveis)	16
TOTAL: 555	TOTAL: 304

Fonte: Coletoria de Rendas de Campinas. Arquivos Históricos, CMU, livro 52.

Os endereços apresentados abaixo ilustram as áreas com maior concentração imobiliária de Campinas, em meados da década de 1870. Entre as ruas com maior número de construções encontram-se as três primeiras ruas abertas em Campinas: Lusitana (antiga Rua de Baixo), Comércio (inicialmente denominada Rua do Meio, passou a denominar-se “Dr. Quirino”, em 1886) e Rua Direita (antiga Rua de Cima; atual Barão de Jaguará).

¹⁸⁴ Acredita-se que o número de imóveis existentes em Campinas fosse superior aos 555 prédios que pagaram imposto no ano financeiro de 1874-75, dadas comparações com números apresentados em notícias de jornais (para anos posteriores). No entanto, as informações da Coletoria de Rendas Provinciais de Campinas são utilizadas aqui como um instrumento para a identificação de grandes proprietários de imóveis na cidade, bem como das áreas mais habitadas e mais valorizadas de Campinas.

TABELA 11: RUAS COM MAIOR CONCENTRAÇÃO DE IMÓVEIS. ANO FINANCEIRO 1874-75

Ruas	N.º imóveis
Direita	62
Regente Feijó	59
Lusitana	47
Comércio	45
Rosário	38
General Osório	29
Bom Jesus	28
Flores	25
Ponte	23
Constituição	18
Barreto Leme	15
Formosa	15
Cadeia	15
Imperador	14
Pórtico	14
Sacramento	13
São Carlos	10

Fonte: Coletoria de Rendas de Campinas. Arquivos Históricos, CMU, livro 52.

O imposto cobrado sobre os imóveis na Coletoria de Rendas de Campinas era calculado de acordo com o valor locativo dos mesmos, de modo que, os maiores montantes de imposto pago correspondiam aos imóveis de maior valor na cidade. Os impostos pagos nesse ano variaram entre 1\$ e 50\$. Assim sendo, pode-se destacar alguns dos endereços e proprietários dos imóveis mais valiosos da cidade, observando-se que tais imóveis constituíam, em sua maioria, as residências da elite campineira:

TABELA 12: IMÓVEIS DE MAIOR VALOR LOCATIVO – 1874-75

ENDEREÇO	PROPRIETÁRIO	IMPOSTO PAGO
Direita, 5	Thereza Miquelina do Amaral Pompeo	50\$
Rosário, 50	Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida	50\$
São José, 2	Ana Francisca de Andrade, D.	46\$
Rosário, 1	Joaquim Antônio de Arruda	44\$
Constituição, 1	Maria Luiza de Souza Aranha, D.	40\$
Alegre, 1	Colégio Culto à Ciência	40\$
Comércio, 14	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	40\$
Regente Feijó, 56	Antônio Correa Barbosa	40\$
Barreto Leme, 6	Joaquim Carlos Duarte	39\$
Direita, 51	Joaquim Egydio de Souza Aranha	29\$
Rua da Cadeia, 17	Antônio Manoel Proença	27\$
Regente Feijó, 74	Joaquim Bonifácio do Amaral	25\$
Rosário, 28	José de Campos Salles	24\$
Lusitana, 97	Francisco Gonçalves Ferreira Novo	24\$
Rosário, 23	Alda Brandina de Camargo Andrade, D.	23\$
Barreto Leme, 18	Joaquim Ferreira Penteadado	20\$
Direita, 2	Joaquim Floriano N. de Camargo	20\$
Imperador, 22	Felipe Antônio Franco	20\$

Imperador, 40	Caetano J. da Silva Costa Pessoa	20\$
Caracol, 16	Antônio Quirino dos Santos	19\$
Comércio, 155	G. Nash Morton	19\$
Comércio, 27	Antônio Correa Barbosa (órfãos de)	19\$
Regente Feijó, 76	Francisco Paulino de Moraes	19\$
Comércio, 21	Maria Francisca Barbosa Aranha, D.	19\$
Sete de Setembro	Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida	18\$
Comércio, 20	Albino José Barbosa de Oliveira	17\$

Fonte: Coletoria de Rendas de Campinas. Arquivos Históricos, CMU, livro 52.

A fim de ilustrar o adensamento da ocupação da área urbana de Campinas, foi realizada a sistematização dos dados relativos ao imposto predial, arrecadado na Coletoria de Rendas Provinciais de Campinas, para a década posterior, ou seja, tomando-se por base o ano financeiro de 1884-85. Resta observar, porém, que nesse ano financeiro foram registrados na Coletoria os montantes totais de imposto predial pago por cada proprietário, não havendo discriminação do imposto incidente sobre cada imóvel isoladamente, o que inviabilizou a identificação dos imóveis de maior valor na cidade.

No ano financeiro de 1884-85, 760 proprietários pagaram o imposto predial em Campinas, sobre um total de 1.924 imóveis, além dos prédios do Gasômetro e prédios das estações das companhias Paulista e Mogiana de estradas de ferro¹⁸⁵. Cerca de 51,3% dos proprietários de imóveis possuíam apenas uma edificação na cidade, cabendo a eles a propriedade de 20,3% do total de imóveis arrolados na Coletoria. Entre os pequenos e médios proprietários de imóveis, 35% possuíam entre 2 e 4 prédios na cidade (totalizando cerca de 35,8% dos imóveis arrolados); os proprietários de 5 a 9 imóveis perfaziam 11% do grupo de proprietários, cabendo a eles cerca de 27,4% dos imóveis da cidade. Já os maiores proprietários de imóveis de Campinas, cerca de 2,7% do total, possuíam 16,5% dos imóveis arrolados nesse ano financeiro.

¹⁸⁵ Esses prédios, apesar de terem sofrido a incidência do imposto predial, são aqui apresentados em separado devido à impossibilidade de se determinar o número exato dos mesmos. Nos registros da Coletoria, têm-se as seguintes informações:

_ *Companhia do Gás*: pagou 94\$752 de imposto sobre os prédios da Rua da Ponte, 82 e 84, e “prédios do gasômetro”;

_ *Companhia Mogiana*: pagou 201\$600 de imposto sobre o prédio da Rua Visconde do Rio Branco, 33 e “prédios da sua estação”;

_ *Companhia Paulista*: pagou 373\$824 de imposto sobre os prédios da Rua São Carlos, 115, 117 e 119, Visconde do Rio Branco, 108 e “os [prédios] da estação”.

TABELA 13: MAIORES PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS. ANO FINANCEIRO 1884-85.

Nome do proprietário	Nº imóveis	Endereços	
José Joaquim D. de Resende	31	Regente Feijó, 82 Onze de Agosto São Carlos, 60 Góes, 9, 11, 13 Conceição, 31 Andrade Neves	General Osório, 29 Lusitana, 64, 66, 68, 70, 72, 121, 121-A Boaventura do Amaral, 29-H, I, J, K Comércio, 73, 75, 77, 79, 81, 83, 85, 87, 89, 91, 93
Jacob Ambruster	26	São Carlos, 113 Ferreira Penteado, 112, 114 e 116	Culto à Ciência, 70-E, 70-F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T. Vinte e Quatro de Maio, 20, 22, 24, 26, 28 e 30
Joaquim Policarpo Aranha (Barão de Itapura)	22	Rua Barão de Atibaia Chácara Santa Cruz, 19 Ponte, 40 e 42 Comércio, 37 e 39 Rosário, 106	Lusitana, 26, 84, 123 Alecrim, 2 Imperador, 12 Góes, 15 General Osório, 44 e 46 Regente Feijó, 49, 51, 53, 55, 57 e 59
José Narciso Monteiro	18	Jatahy, 12 América, 25 Direita, 52 Flores, 132 Onze de Agosto, 19	General Osório, 43-A, 45, 47 e 49 Bom Jesus, 24-B, 28 e 31 General Câmara, 22 e 22-A Ferreira Penteado, 47, 49, 49-A e 51
Antônio Ferreira da Silva	17	Álvares Machado José de Alencar, 15 Ferreira Penteado, 50 Rosário, 66 São José, 14 e 16	Barreto Leme, 64 e 66 Regente Feijó, 37, 39 e 120 São Carlos, 96, 98, 100, 102, 104-A e 104-B.
Antônio Joaquim Gomes Tojal	17	Lusitana, 83 São Pedro, 2 Ferreira Penteado, 52 Largo Carlos Gomes, 6 e 8	General Osório, 7, 9, 11, 16 América, 1, 3, 5 Caracol, 10 e 12 Conceição, 13, 15 e 15-A
Francisco Camargo Penteado	17	José de Alencar, 8 Álvares Machado, 23 Onze de Agosto, 25 e 25-A	São José, 84, 86 e 88 Saldanha Marinho, 44, 46, 48, 50 Bom Jesus, 12, 81, 83, 85, 87 e 89

Fonte: Coletoria de Rendas de Campinas. Arquivos Históricos, CMU, livro 63.

TABELA 14: PROPRIEDADE DE IMÓVEIS – ANO FINANCEIRO 1884-85

N.º IMÓVEIS	N.º PROPRIETÁRIOS
Apenas 1 (390 imóveis)	390
Entre 2 e 4 (688 imóveis)	266
Entre 5 e 9 (528 imóveis)	83
Entre 10 e 14 (170 imóveis)	14
15 ou mais (148 imóveis)	7
TOTAL: 1.924 imóveis*	TOTAL: 760 proprietários

Fonte: Coletoria de Rendas de Campinas. Arquivos Históricos, CMU, livro 63.

TABELA 15: RUAS COM MAIOR CONCENTRAÇÃO DE IMÓVEIS. ANO FINANCEIRO 1884-85

Ruas	N.º imóveis
Regente Feijó	143
Comércio	129
Direita	114
Ferreira Penteado (antiga Rua do Pórtico)	114
General Osório	97
Lusitana	95
Rosário	85
São Carlos	80
Flores	73
Bom Jesus	71
José de Alencar (antiga rua do Teatro)	61
Visconde do Rio Branco (antiga São João)	58
Álvares Machado	57
América (antiga Rua da Cadeia)	56
Constituição	54
São José	54
Barreto Leme	49
Ponte	48
Culto à Ciência	47
Conceição (antiga rua Formosa)	46
Saldanha Marinho	46
Caracol	41
Imperador	34
Onze de Agosto (antiga rua do Campo)	32
Vinte e Quatro de Maio	28
Sete de Setembro	19
Andrade Neves	18
Góes	17
Sacramento	16
Santa Cruz	16
Boaventura do Amaral (antiga rua do Mercado)	15
Misericórdia	15
São Pedro	15
Boa Morte	13

Fonte: Coletoria de Rendas de Campinas. Arquivos Históricos, CMU, livro 63.

Como os dados do imposto predial coletado no ano financeiro de 1884-85 não possibilitam a classificação dos imóveis de acordo com seu valor, apresenta-se a seguir algumas informações publicadas no jornal *Gazeta de Campinas*, a fim de ilustrar o crescimento dos diferentes tipos de habitações em dois momentos selecionados na década de 1880.

* Acrescente-se a esse total os prédios do Gasômetro, prédios da estação da Cia. Mogiana e da estação da Cia. Paulista, que pagaram o imposto predial, mas cujos números exatos não foram especificados no relatório de cobrança do imposto.

No ano de 1882, de acordo com o lançamento do imposto predial na estação fiscal de Campinas, apresentado pelo jornal, apurou-se que a cidade possuía 2.742 prédios, sendo 2.466 térreos, 223 assobradados, 51 sobrados de um andar e 2 sobrados de dois andares; os estabelecimentos de instrução, igrejas, Misericórdia, Cadeia, etc., estavam isentos do imposto. O lançamento total do valor locativo dos 2.742 prédios arrolados no ano de 1882 foi da ordem de 1:248:592\$000, perfazendo um total de imposto arrecadável de 89:938\$032.¹⁸⁶

TABELA 16: IMPOSTO PREDIAL – 1882

Nº DE PRÉDIOS	VALOR LOCATIVO ANUAL
21	60\$000
624	60\$000 a 180\$000
1864	180\$000 a 1:200\$000
213	1:200\$000 a 2:400\$000
20	2:400\$000 para mais

Fonte: Jornal Gazeta de Campinas, de 26/2/1882.

Entre os anos de 1882 a 1886 houve um crescimento de mais de 12% no número de prédios existentes na cidade; os tipos de edificações que apresentaram maior crescimento no período foram os prédios assobradados, com uma variação de 117% entre 1882 e 1886, e os sobrados de um andar, com crescimento de 49% no período; já os prédios térreos apresentaram uma variação de apenas 2%. O lançamento feito pela Coletoria de Rendas Provinciais de Campinas, em 1886, apurou a existência de 3.075 prédios em Campinas, sendo 2.514 térreos, 484 assobradados, 76 sobrados de 1 andar, e 1 sobrado de 2 andares. Dos 3.075 prédios existentes em Campinas, estariam sujeitos ao imposto 2.900 prédios (isentos, 175). Calculando-se uma média de 5 pessoas para cada casa, podia-se inferir que a população urbana de Campinas, naquele ano, atingia 15.375 habitantes.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Informações publicadas na *Gazeta de Campinas*, de 26/2/1882.

TABELA 17: IMPOSTO PREDIAL – 1886

Nº DE PRÉDIOS	VALOR LOCATIVO ANUAL
67	até 72\$000
102	73\$000 a 96\$000
437	97\$000 a 120\$000
210	121\$000 a 168\$000
796	169\$000 a 240\$000
1103	241\$000 a 720\$000
243	721\$000 a 1:200\$000
109	1:201\$000 a 3:600\$000
6	3:600\$000 a mais

Fonte: Jornal Gazeta de Campinas, de 2/12/1886.

O rápido crescimento urbano de Campinas gerou preocupações por parte da elite local, pois a prosperidade de seu núcleo urbano atraía moradores das mais diversas classes sociais. Ainda no início da década de 1880, a sociedade passou a exigir dos poderes competentes a incorporação de uma polícia forte e prestante em Campinas, cuja população estaria aumentando consideravelmente, dada a contínua afluência de passageiros das estradas de ferro, as numerosas colônias estrangeiras e o incremento de indivíduos de diferentes distritos e “antecedentes desconhecidos”.¹⁸⁸

A presença de mendigos também incomodava os moradores da cidade, tanto que em 1883 surgiu uma proposta, do vereador Manoel Francisco Mendes, para que se transformasse o prédio utilizado para o abrigo de variolosos (em tempos de epidemia) em um local para o recolhimento dos pobres que mendigavam pela cidade. Os defensores da idéia acreditavam que esse abrigo traria benefícios para Campinas, onde havia grande número de mendigos, e argumentavam que todas as cidades populosas e importantes estavam tratando desse melhoramento de primeira ordem, que serviria para evitar o doloroso espetáculo da mendicância e os abusos que dela derivariam. Segundo a proposta do vereador, apresentada na *Gazeta de Campinas*, os indigentes teriam a opção de serem recolhidos ao abrigo ou decidirem-se pelo trabalho; aqueles que necessitassem seriam recolhidos à Misericórdia; não seria mais aceita a mendicância nas ruas. Conforme exposto, a medida seria moralizadora, ao acabar com a especulação daqueles que mendigavam sem necessidade, muitas vezes acompanhados de crianças. Um exemplo bem sucedido, nesse

¹⁸⁷ *Gazeta de Campinas*, de 2/12/1886.

sentido, teria sido a fundação do asilo de morféuticos, com imenso benefício à cidade.¹⁸⁹ Apesar do empenho da imprensa em relação ao projeto, não houve providências por parte da municipalidade, e a necessidade de um local para o recolhimento dos mendigos voltou a ser enfatizada: em editorial de 9/6/1883, a *Gazeta de Campinas* transcreveu artigo da *Folha Nova*, do Rio de Janeiro, sobre proposta de criação de um asilo para recolher aqueles que não pudessem trabalhar, a fim de evitar a prática de distribuição de esmolas aos mendigos, aos sábados. O jornal do Rio de Janeiro argumentava que muitos daqueles que pediam esmolas poderiam viver com seu próprio trabalho, de modo que a população não deveria dar esmolas aos mendigos, mas sim, colaborar para o estabelecimento de um local que abrigasse aqueles que necessitavam.

A concentração populacional de Campinas e a pouca infra-estrutura para atender ao número crescente de habitantes, levou à formação de cortiços, como opção de moradia aos menos afortunados, em geral, imigrantes e escravos libertos que se dirigiam às cidades. A preocupação com o alastramento de formas precárias de moradia pode ser ilustrada pelo editorial “Os Cortiços”¹⁹⁰, publicado pela *Gazeta de Campinas*, no qual se sugeria que Campinas fizesse arrolamento de seus cortiços, com nome do inquilino, número de pessoas por casa, profissão, etc. Segundo o artigo, em São Paulo, o assunto estaria merecendo a atenção das autoridades e da imprensa, pois o cortiço era considerado um “covil de desocupados e desordeiros com quem quase sempre a polícia tem de ajustar certas contas...”. Os cortiços eram vistos como locais insalubres, onde se ocultavam o vício, a indolência e premeditavam-se crimes. A solicitação da redação do jornal era que fosse facilitada a fiscalização sobre essas casas, a fim de evitar que “elementos nocivos” se disseminassem pela sociedade campineira.

O problema das precárias condições de habitação de parte considerável da população de Campinas se tornaria uma grave questão de saúde pública, ainda no final do século XIX, quando da eclosão da epidemia de febre amarela. Esse assunto voltará a ser tratado no terceiro capítulo deste trabalho.

¹⁸⁸ Comentários presentes no jornal *Gazeta de Campinas*, de 11/12/1880.

¹⁸⁹ Conforme editorial “**Asilo de Mendicidade**”, da *Gazeta de Campinas*, de 29/3/1883.

2.3 *A transição para o trabalho livre: as discussões em Campinas sobre o fim da escravidão e a imigração:*

Muitas discussões sobre o fim da escravidão marcaram a década de 1880. A opinião geral era a favor da extinção dessa forma de trabalho; divergiam, no entanto, os meios para se alcançar esse objetivo.

Uma das posições defendidas era a extinção “natural” do elemento servil, determinada pela lei de 28 de Setembro de 1871, a “Lei do Ventre Livre”: não nascendo mais escravos a partir dessa data, não haveria uma nova geração de escravos. Nessa linha, o major Escragnoille Taunay publicou um artigo no *Jornal do Comércio*¹⁹¹, considerando que um prazo de dez anos seria mais do que suficiente para que os lavradores se preparassem para a grande transformação. No entanto, Taunay explicitava dúvidas sobre a possibilidade da transformação radical do trabalho nesse prazo, dada a falta de instituições de crédito para auxiliar os lavradores, e referia-se à impossibilidade de mesmo um grande produtor rural se desembaraçar de suas dívidas em tal prazo. Segundo ele, o país deveria esperar por uma solução natural, já que a lei de 1871 teria dado início ao processo de desmoronamento dos alicerces da escravidão. De acordo com essa argumentação, o estabelecimento de um prazo para o fim da escravidão teria sempre o caráter de violência; seria preferível, mesmo aos escravos, que eles encontrassem sua liberdade em um “país próspero, calmo, contente consigo e com suas leis, pronto para acolhê-los como compatriotas, e não uma nação violentada, sulcada de fundos descontentamentos (...)”.¹⁹²

Ainda favorável a um processo gradual de extinção da escravidão, tem-se a opinião, apresentada no jornal *Diário de Campinas*, de que “se o elemento servil é motivo de paralisia para o país, o mesmo resultado trará a extinção rápida, entorpecendo-lhe os movimentos até que, convalescente, se encaminhe com passos firmes para o futuro.”¹⁹³ Alegava-se preocupação com o destino dos libertandos, que seriam inteiramente desconhecedores dos usos da liberdade, apontando-se a necessidade de uma lei que se

¹⁹⁰ *Gazeta de Campinas*, 15/2/1887.

¹⁹¹ Artigo transcrito no editorial “**Dificuldades de um Problema**”, da *Gazeta de Campinas*, de 20/4/1880.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ “**A Propaganda Abolicionista**”, artigo de Aprígio Cesarino publicado no *Diário de Campinas*, 21/1/1881.

referisse a eles, obrigando-os a aplicarem-se à lavoura, indústria ou qualquer outra profissão lícita que quisessem exercer. Desse modo, pedia-se a reforma da lei de locação de serviços existente no país, a fim de prevenir e reprimir a ociosidade. Sob essa visão, os abolicionistas estariam apoiados em concepções abstratas, idealizando os fatos, num momento em que o necessário seria o sólido concurso de meios realizáveis do ponto de vista social, econômico e humanístico. A lei de 28 de Setembro de 1871 teria dado o primeiro passo, que precisaria ser continuado, em direção à “extirpação d’um cancro que, quanto mais se prolonga, mais estragos produz”¹⁹⁴. Também foram apontadas algumas medidas necessárias ao processo de extinção da escravidão, e que viabilizassem a imigração, como a educação dos ingênuos, a grande naturalização, liberdade religiosa, imposto sobre propriedade territorial para o fundo de emancipação, e extinção dos depósitos de escravos. Além disso, solicitava-se a ação do governo no sentido de preencher as lacunas deixadas pelo braço escravo por meio da introdução de colonos; feito isso, a criação de associações emancipadoras deveria ficar ao cuidado de particulares.

Surgiram, também, discussões em relação à necessidade de indenização aos fazendeiros pela perda de seus “bens” no caso da emancipação geral. Em 12/6/1881, o *Diário de Campinas* publicou o artigo “O Abolicionismo”, tratando da necessidade de temporização da emancipação, no qual afirmava-se a discordância em relação à emancipação imediata, mas entendia-se que a propaganda assim feita serviria para avisar que o dia da Abolição estaria próximo e que deveriam ser criados meios de aguardá-lo sem receio. Ao fato de muitos abolicionistas serem contrários à indenização aos fazendeiros, o *Diário* argumentava: “Por ventura caber-nos-há a pecha de escravagistas porque sustentamos a necessidade de uma indenização por parte do Estado aos que forem profundamente prejudicados?”¹⁹⁵. Acrescentava que os abolicionistas considerariam escravocrata aquilo que muitos chamavam de temporizador, moderado, prudente. O artigo cita figuras como Campos Salles, Martinho Prado Júnior e Joaquim Nabuco, que apresentaram projetos estatuinto um tempo determinado para a completa emancipação, apesar de também seriam abolicionistas, de modo que não haveria um partido escravocrata,

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ “O Abolicionismo”, *Diário de Campinas*, 12/6/1881.

apenas um partido nacional, geral, divergindo na forma e não no fundo: “Mas que culpa temos, que há mais de 200 anos, os nossos antepassados tivessem estabelecido tão nefasta quão hedionda instituição e que se tenha tornado uma condição de vida deste mísero país.”¹⁹⁶

Muitos projetos foram apresentados ao governo no sentido de regular a extinção da escravidão no país. Em 1884, foi apresentado um projeto, fundamentado pelo senador Silveira da Motta, relativo ao elemento servil, no qual se estabelecia um prazo de sete anos para a emancipação total, e os escravos seriam obrigados a servir, com salário, por mais dois anos; antes desse prazo, estaria livre o escravo que depositasse em juízo 400\$, se tivesse menos de 40 anos, e 300\$, se mais de 40 anos; etc.¹⁹⁷

A regulação da extinção gradual do elemento servil ocorreu com a lei n. 3270, de 28/9/1885. A Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, previa nova matrícula de escravos em todo o Império, e o valor dos mesmos seria calculado de acordo com a idade (de 900\$ para escravos menores de 30 anos, a 200\$ para escravos entre 55 e 60 anos); estavam dispensados da matrícula os escravos acima de 60 anos, mas deveriam ser incluídos em arrolamento especial, estando dispensados da prestação de serviços ao completarem 65 anos; seriam considerados libertos os demais escravos não apresentados à matrícula. O fundo de emancipação seria formado por taxas e rendas previstas na legislação, taxa de 5% adicionais a todos os impostos gerais (exceto exportação) e títulos da dívida pública. Os escravos inscritos na matrícula seriam libertos, mediante indenização de seu valor, pelo fundo de emancipação ou outra forma legal; o valor da matrícula sofreria reduções percentuais ano a ano (até 12% no 13º ano); e os libertos se obrigariam a trabalhar mais cinco anos para o senhor, recebendo gratificação que constituiria seu pecúlio.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ *Gazeta de Campinas*, 3/9/1884.

¹⁹⁸ A lei consta no editorial da *Gazeta de Campinas*, de 24/10/1885.

Em 1884 havia sido apresentado um projeto à Câmara Temporária pelo conselheiro Rodolfo Dantas, propondo que a emancipação fosse realizada das seguintes formas: pela idade do escravo (superior a 60 anos); por omissão da matrícula do escravo (nova matrícula deveria ser realizada no espaço de um ano); pelo fundo de emancipação (seria cobrada taxa adicional de 6% sobre as contribuições do Estado, entre outras); e por transgressão do domicílio legal do escravo, entre outras disposições. De acordo com o projeto, o governo

Desse modo, pode-se observar por essa lei e por diversos projetos e artigos, que se acreditava em uma solução para o trabalho escravo que o mantivesse até o início da década de 1890, pelo menos. Já em 1887, foi apresentado outro projeto na Câmara dos Deputados sobre a extinção da escravidão em dois anos (do Deputado Afonso Celso Jr.)¹⁹⁹ Ao noticiar o projeto, o jornal *Gazeta de Campinas* observou que a apresentação de um projeto como esse, na primeira sessão do parlamento, caracterizaria a importância da questão no momento. O resultado da matrícula de escravos explicaria tal projeto, pois revelou-se espantosa diminuição do elemento servil, havendo cerca de 500.000 escravos em todo o país. Em São Paulo, esse problema não seria tão grave como em outras províncias, pois acreditava-se que, na terra da iniciativa particular, o trabalho agrícola não fosse mais visto como dependente do braço escravo, dada a crescente corrente de imigração para São Paulo. Os fazendeiros de Campinas, possuidores de estabelecimentos rurais neste e em outros municípios, já teriam dado o exemplo da libertação de seus escravos, com cláusula de prestação de serviços por prazo relativamente curto, que coincidiria com o prazo do projeto acima.

Em relação à colonização, percebe-se na imprensa de Campinas uma posição contrária à intervenção direta e oficial em questões de imigração. Considerava-se que, se medidas como a grande naturalização, a abolição da religião do Estado, etc., fossem adotadas, haveria uma corrente ininterrupta de imigração de boa procedência para o país. Além disso, acreditava-se que muitos fazendeiros não estariam libertando seus escravos por falta de braços para continuar o trabalho em suas terras, e não por ainda acreditarem na instituição escravista. Prova disso seriam as concessões de liberdade por iniciativa dos fazendeiros, já muito superiores ao número de cartas de alforria conseguidas com o fundo de emancipação²⁰⁰.

deveria fundar colônias para os libertos que não se empregassem em estabelecimentos ou casas particulares. *Gazeta de Campinas*, 17/7/1884.

¹⁹⁹ *Gazeta de Campinas*, 6/5/1887.

²⁰⁰ Em 31/8/1884, a *Gazeta de Campinas* informou que, de 1º de Julho de 1883 a 30 de Agosto de 1884, foram registradas nos cartórios de Campinas, 141 cartas de liberdade, não estando compreendidas nesse número as liberdades concedidas pelo fundo de emancipação.

Os europeus eram o povo desejado para a formação de núcleos coloniais. Outras tentativas, como a de atrair imigrantes chineses, eram repudiadas por muitos, que os consideravam uma raça refratária ao progresso, que não favoreceria o desenvolvimento do país e cuja mão-de-obra deveria ser utilizada apenas como um último recurso.²⁰¹

Nesse contexto de proximidade do fim da escravidão, o estabelecimento de núcleos coloniais era imperioso para a província de São Paulo, porém, seus fazendeiros ainda se encontravam em profunda atonia no início da década de 1880.²⁰² Nessa mesma época, no Rio Grande do Sul, estariam sendo organizados núcleos coloniais e a imigração alemã estaria afluindo para lá. “O município de Campinas, não citando outros muitos do império, deixa-se ficar em descanso, talvez por entender que a idéia é secundária e que o elemento servil é uma coisa com que se pode contar eternamente. Portanto, tanto pior para o município.”²⁰³

Porém, alguns fazendeiros já teriam compreendido a urgência da introdução de trabalhadores livres. Pode-se destacar algumas iniciativas individuais, como a resolução do Visconde de Indaiatuba de colonizar suas fazendas, introduzindo nelas avultado número de colonos italianos, que substituiriam com grande vantagem o braço escravo. Na opinião do jornal *Gazeta de Campinas*, os homens interessados pelos destinos do país, procurariam afastar a sombra do problema do elemento servil, antecipando a sua resolução pela única maneira indicada pela razão: a colonização. Apesar de tratar-se de um adversário político, a *Gazeta* louvou a ação do Visconde, e também de seu genro, o jornalista Augusto de Queiroz, do mesmo modo que estaria sendo feito pela imprensa fluminense. Os jornais da Corte teriam informado que o Visconde pretendia dar liberdade a oitenta cativos de sua propriedade, “operando assim uma transição notável sob o ponto de vista social”²⁰⁴. Novamente, nesse caso, a imprensa reiterou sua oposição ao grupo favorável ao fim imediato do elemento servil, mas, incluiu-se entre os que procuravam aconselhar os

²⁰¹ O jornal *Diário de Campinas* manifestou essa opinião no artigo “**A Propaganda Abolicionista**”, publicado em 22/01/1881. Porém, devido à urgência da questão da substituição do trabalho, esse mesmo jornal viria, meses depois, a elogiar a iniciativa de alguns fazendeiros de Campinas de importar colonos chineses. (Editorial “**Colonização**”, de 5/5/1881).

²⁰² Opinião manifestada no jornal *Gazeta de Campinas*, de 1/6/1882.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Conforme o editorial “**Colonização**”, da *Gazeta de Campinas*, de 19/10/1883.

fazendeiros a procurarem por si os elementos necessários à transformação do trabalho; a resolução do problema não deveria ficar somente a cargo do governo, mas de cada fazendeiro em particular.²⁰⁵

Ainda em relação aos benefícios do trabalho livre, um fazendeiro de Campinas, Antônio José da Costa Wilk, publicou um artigo na *Gazeta de Campinas*, em 1887, comparando a rentabilidade da cultura do café com o trabalho escravo e com o trabalho de colonos. Esse artigo iniciava-se com a afirmação de que a lavoura estaria ameaçada de sofrer um grande abalo, pois por muito tempo as leis garantiram a propriedade do escravo, tanto que dele se faziam transações pecuniárias fabulosas; além disso, os proprietários de escravos os consideravam uma propriedade interminável. Porém, a situação teria mudado, e a escravidão teria se tornado um embaraço à lavoura, que já não poderia mais contar com os capitais empatados em escravos (com a lei de 1885, o valor do escravo reduziu-se pela metade). “Os braços livres, a colonização, heis sem dúvida, a válvula de salvação.”²⁰⁶ Wilk mostra as vantagens que estaria obtendo com o trabalho livre, os resultados da colônia de sua Fazenda dos Passarinhos, no espaço de 16 anos. Comparando os custos entre 20 famílias de colonos e 40 escravos, dada a perda de capital nos últimos, conclui que com os escravos teria um prejuízo de 112 contos, ao passo que com a colônia, lucraria 65:500\$000.

Através das posições defendidas pela *Gazeta de Campinas*, jornal fundado sob concepção republicana, pode-se perceber que os republicanos de Campinas não defendiam necessariamente a imediata abolição da escravidão; antes sim, buscavam meios de se realizar uma transição que não afetasse as bases da economia do país. Já na primeira sessão do Congresso Republicano celebrado na província em 1873, a questão da escravidão foi estudada sob vários aspectos, e publicou-se um manifesto no qual constava a seguinte proposição: “Em respeito ao princípio da União Federativa, cada província realizará a

²⁰⁵ “Colonização”, *Gazeta de Campinas*, 19/10/1883.

Em 1/7/1887, a *Gazeta* informou que no mês de Junho, foram libertados em Campinas 177 escravos, sendo 164 condicionalmente, e 13 sem ônus algum. Além dessas, houve duas libertações em massa, que devem ter beneficiado mais de 100 escravos. Nesse mesmo dia, a *Gazeta* informou que o comendador Manoel Carlos Aranha, fazendeiro de Campinas, decidiu libertar os escravos de sua fazenda Pau d’Alho, em número superior a 300, no dia 24/12/1890. A liberdade seria concedida àqueles que apresentassem “bom comportamento”.

²⁰⁶ “À Lavoura”, por Antônio José da Costa Wilk. *Gazeta de Campinas*, 26/5/1887.

reforma de acordo com seus interesses peculiares mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.”²⁰⁷. Acontecimentos posteriores, como a libertação no Ceará e no Amazonas, e o movimento acelerado que levaria à libertação no Rio Grande do Sul, teriam mostrado o acerto dessa proposição²⁰⁸.

O partido republicano posicionava-se no sentido de buscar compreender as dificuldades reais que acompanhavam a solução do grave problema da mão-de-obra: as diferentes províncias teriam necessidades específicas, que precisariam ser consideradas na busca de uma solução para a questão do elemento servil. Províncias como Minas, Rio de Janeiro e outras, não possuiriam, como São Paulo, os recursos necessários para debelar a crise proveniente da reforma. A província de São Paulo, “por suas condições naturais de riqueza, oferece elementos seguros para uma evolução rápida sem paralisar o seu progresso”.²⁰⁹

No final de 1887, as discussões sobre a melhor forma de se proceder à emancipação dominavam as páginas dos jornais de Campinas. Em 4/11/1887, a *Gazeta de Campinas* publicou editorial comentando proposta de libertação de escravos de um fazendeiro de Campinas: liberdade e contrato de trabalho assalariado com os escravos. Acreditava que as libertações condicionais, como eram feitas, não dariam os resultados desejados, de modo que a libertação dos seus escravos e a contratação dos mesmos, a partir de sua libertação, pela quantia que ganharia um colono, seria a medida mais acertada. Os contratos garantiriam os direitos e interesses de ambas as partes. Além disso, afirmava o fazendeiro que o escravo livre e obrigado a trabalhar por certo tempo, com um salário, certamente ficaria mais satisfeito do que aquele obrigado a trabalhar apenas com a promessa de libertação. Essa medida teria a virtude de aproveitar como braço livre um elemento já afeito aos trabalhos da lavoura.²¹⁰

²⁰⁷ Conforme editorial “**A Magna Questão**”, *Gazeta de Campinas*, 10/8/1884.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Conforme o editorial da *Gazeta de Campinas*, de 4/11/1887.

Contra a imediata abolição da escravidão, também argumentava-se sobre a falta de preparo dos lavradores para a ausência do braço escravo, o que dificultaria o tratamento dos libertos e colonos de forma diferente da utilizada com os antigos escravos; além disso, muitos acreditavam que o escravo não se sujeitaria às leis do trabalho, e que os colonos careceriam de rigor de disciplina para uma boa conduta.²¹¹ Ao comentar um artigo publicado no jornal *País*, no qual se explicitavam as preocupações acima, a *Gazeta de Campinas* defendeu novamente sua posição favorável à extinção do trabalho escravo, argumentando que as leis coercitivas que obrigariam o homem a ter ocupação séria seriam aplicadas aos ex-escravos, e aqueles que se recusassem a trabalhar teriam que responder às autoridades. Nesse sentido, a sociedade precisaria aprender a lidar com homens livres em todas as relações de trabalho e de interesses mútuos, observando as posições de chefes e subalternos, de modo que a grande questão para a reorganização do trabalho seria a compreensão dos limites do mando por parte dos fazendeiros: “A liberdade tem limites, é certo, mas igualmente o tem o direito de mando”.²¹²

Dada a urgência de uma solução para a escravidão, com as constantes revoltas e fugas de escravos, a *Gazeta de Campinas* passou a sugerir, com a publicação de artigos de seus colaboradores, no final de 1887, que fosse autorizada a libertação dos escravos por municípios. A liberdade concedida ao escravo sob condição de prestação de serviços não era mais considerada uma solução naquele momento, pois o movimento pela abolição acelerava-se cada vez mais. Segundo a *Gazeta*, a propaganda abolicionista não poderia mais ser considerada “uma idéia de facção, de partido; é antes uma tendência nacional, uma nova corrente da opinião pública que começou a bafejar em 1871, e que ameaça, depois de um curso de 16 anos, tornar-se formidável pampeiro.”²¹³ Em tais circunstâncias, a recomendação era que não se esperasse medida por parte do governo, pois as constantes fugas estavam encaminhando para o despovoamento das fazendas, tornando a situação crítica. A solução defendida nesse momento pela *Gazeta*, que causaria menores males, seria a emancipação plena e imediata, feita por municípios, já que a emancipação por províncias demandaria muito tempo. A conclusão, portanto, era que a emancipação acabaria com as

²¹¹ “Reorganização do Trabalho”. *Gazeta de Campinas*, 5/11/1887.

²¹² Idem.

fugas, e os escravos interessados no trabalho agrícola permaneceriam no município; os libertos forneceriam um contingente de cerca de seis mil trabalhadores no município.²¹⁴

Nesse sentido, no final de 1887, o problema do elemento servil já era considerado uma questão “morta”, de modo que não se deveria mais acreditar em resultados positivos a partir dessa instituição. Apesar do descaso do governo em relação à questão, e do trabalho dos resistentes em aceitar o fim do trabalho escravo, não seria possível prolongar mais a vida da escravidão. A conduta do governo em relação à abolição caracterizaria a monarquia, na opinião da *Gazeta*, como um “governo de incúria, de surpresa e de mistificação”.²¹⁵

A notícia da extinção da escravidão, grande fato social e político consumado pela lei de 13 de Maio de 1888, foi recebida com comemorações promovidas pela Câmara Municipal de Campinas. Em sessão de 14 de Maio de 1888, o vereador José Paulino Nogueira sugeriu o adiamento dos serviços ordinários da Câmara e a permanência de todos no Paço Municipal para que se aguardasse que o povo e a comissão de festejos se fizessem presentes para ouvir a proclamação da liberdade em todo o município. O presidente da Câmara, Otto Langgard, realizou da janela do edifício, perante o povo, a proclamação da liberdade, seguindo-se procissão cívica na tarde desse dia.²¹⁶

²¹³ “**Libertação por Municípios**” (Editorial). *Gazeta de Campinas*, 22/11/1887.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ “**Em Nome do Futuro**”. *Gazeta de Campinas*, 27/11/1887.

²¹⁶ Cf. Amaral, L. (org.). **A Cidade de Campinas em 1900**, op. cit., pág. 54-55.

CAPÍTULO 3

AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO FINAL DO SÉCULO XIX E A ATUAÇÃO DA ELITE CAMPINEIRA NAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS DO PERÍODO

3.1 *A evolução das atividades econômicas urbanas em Campinas no final do século XIX:*

Apesar da estagnação do número de agricultores do município, Campinas continuou como poderoso centro agrícola do Estado de São Paulo no final do século XIX, sofrendo os efeitos das crises econômicas em menor intensidade do que outras regiões. O número de fazendas de café do município, em 1899, era 278, incluindo-se as pequenas propriedades. Além dessas fazendas, existiam propriedades agrícolas nas quais se realizava a cultura de cereais, laticínios, etc., em bairros como Campo Grande, Capivary e Friburgo, que abasteciam a cidade. De acordo com o lançamento feito para a coleta de impostos de 1899, as 278 fazendas existentes em Campinas totalizavam 26.480.382 cafeeiros, em 34.041 alqueires de terra. A produção total de café nesse ano foi de 1.041.605 arrobas, na qual foram empregados 25.647 trabalhadores, em grande parte estrangeiros (italianos, portugueses, alemães, etc.); os trabalhadores nacionais, inclusive os libertos em 13 de Maio de 1888, eram em número inferior aos trabalhadores de países europeus. A totalidade da população agrícola foi calculada em cerca de 50.000 pessoas nesse mesmo ano.²¹⁷

No início de 1899, sentindo que seus interesses estavam ameaçados pela crise econômica que oprimia o país, os lavradores paulistas resolveram congregarem-se na busca de soluções para os problemas da lavoura. Nos dias 25 e 26 de Março houve reuniões do Congresso Agrícola, no Clube Campineiro, com a presença de 38 representantes de clubes de lavoura de diferentes municípios, advogados, médicos, comerciantes, industriais e representantes da imprensa do Rio, de São Paulo e de Campinas. Nessa ocasião foi instalado o *Centro dos Lavradores Paulistas* e eleita sua primeira diretoria²¹⁸; foram

²¹⁷ Informações de: AMARAL, L. (org.) **A Cidade de Campinas em 1900**, op. cit., pág. 300 e 316.

²¹⁸ A diretoria eleita, composta obrigatoriamente de associados de Clubes da Lavoura, foi: Barão de Ataliba Nogueira (presidente), Dr. Luiz Carlos de Assumpção (vice-presidente), Dr. Jorge Miranda (tesoureiro), Dr. Eduardo Guimarães (1o secretário), Vitaliano Ferraz do Amaral (2o secr.) e Drs. Theodoro de Carvalho

proferidos discursos sobre a crise agrícola, apontando meios de salvar a lavoura e em favor do crédito hipotecário e agrícola. Tratou-se, também, da policultura como meio de combater a crise do café, sem o abandono do cultivo da maior riqueza agrícola do país. A diretoria comprometeu-se a buscar soluções para o problema do alargamento dos mercados consumidores de café.

**TABELA 18: MAIORES FAZENDEIROS DE CAFÉ DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS EM 1899
(Produção acima de 10.000 arrobas)**

FAZENDEIROS	FAZENDAS	PRODUÇÃO (arrobas)
Antônio Carlos Pacheco e Silva	São João	4.000
	São Pedro	6.000
Antônio Castro Prado, Dr.	Bela Aliança	4.500
	Espírito Santo	6.000
Antônio V. de Souza Queiroz, dr.	Atalaia	10.000
Augusto de Souza Queiroz, Dr.	Sete Quedas	17.000
Ana Joaquina do Prado Aranha	Mato Dentro	12.000
Arthur Furtado A. Cavalcanti	Duas Pontes	20.000
Ana de Arruda C. Andrade	Pedra Alta e São Pedro	18.000
Arthur Leite de Barros	Boa Esperança	15.000
Baronesa de Anhumas	Rio da Prata	12.000
	Pau d'Alho	14.000
	Santa Maria	4.000
Bueno & Barbosa	Macuco	20.000
Banco da República do Brasil	Santa Maria	12.000
Baronesa de Limeira & Filhos	Fazendinha	15.000
	São Vicente	6.000
Bicudo & Branco	Mato Dentro	20.000
Barão Geraldo de Resende	Santa Genebra	7.000
	Santo Antônio	3.000
	Monjolinho	1.500
Cândido Egídio de Souza Aranha	Vista Alegre	15.000
Carlos Norberto de Souza Aranha, Dr.	Jaguary	10.000
	Santa Clara	5.000
Carlos Ferreira & Irmão	Roseira	18.000
Domingos Leite Penteadado	Santa Tereza	6.000
	Aracaju	6.000
Eloy Pompeo de Camargo	Boa União	10.000
Estanisláu Ferreira de C. Andrade	São Pedro	10.000
Francisco da Rocha L. Penteadado	São Francisco e Pico	10.000
Fausto Ferreira	Cabras	14.000
Gertrudes Egídio P. do Amaral	Pedra Branca	10.000
Isoleth A. de Souza Aranha, d.	São Joaquim	20.000

Júnior e Adolpho Botelho. As informações sobre a organização dessa associação encontram-se em Amaral, L. (org.) A Cidade de Campinas em 1900. Op. cit.

Izolina Barbosa Aranha	Chapadão e Retiro	12.000
José Egídio de Souza Aranha	Santa Cândida	4.000
	São Bento	15.000
Joaquim T. Nogueira de Almeida	Capivary	12.000
	São Pedro	3.000
	Pedras	5.000
	Taubaté	8.000
Joaquim Egídio de Souza Aranha	Sertão	12.000
Joaquim Aranha	Atibaia	15.000
Manoel de Moraes	Bom Fim	12.000
Maria Carolina de Arruda Barros	Palmeira	13.500
Viúva Pompeo & Filho	Cachoeira	12.000
Viúva Coutinho & Filhos	Pedras	18.000
Viúva Doque & Genro	Santo Antônio	11.000
Viúva Ferreira & Genro	São Joaquim	10.000

Fonte: Amaral, Leopoldo (org.). *A Cidade de Campinas em 1900.*, op. cit., pág. 310 a 316.

Conforme visto anteriormente, observa-se que o grande fazendeiro de café não restringiu sua atuação à atividade agrícola, mantendo interesses ligados às atividades comerciais e financeiras. Mas, apenas quando começa a atuar em empresas ferroviárias é que o grande produtor de café passa a dedicar menos de sua atenção às fazendas, dedicando-se cotidianamente às suas outras empresas (ferrovias, serviços de utilidade pública, grande comércio de importação, bancos e, mais tarde, indústrias), fixando residência nas cidades, graças à facilidade de locomoção proporcionada pelas ferrovias, e contribuindo para mudar as características dos núcleos urbanos nos quais se instala.

A intensificação da ocupação da cidade favoreceu a expansão da construção civil, demandando o surgimento de vários armazéns de ferragens (em 1879, existiam onze desses estabelecimentos em Campinas), olarias (eram em número de três em 1879 e 1886, passando para oito em 1892, e dezoito em 1901), além de depósitos de madeira (existiam cinco desses estabelecimentos em 1879). Havia também lojas de produtos importados (americanos, austríacos, ingleses e franceses). Chegaram a existir, na década da instalação das ferrovias (1870), mais de 160 armazéns de mantimentos, comestíveis e víveres nas ruas da cidade, sem contar os estabelecimentos situados na Praça do Mercado.²¹⁹

Na publicação *A Cidade de Campinas em 1900* encontra-se o seguinte trecho referente ao comércio da cidade: “As anos de 1879-1880 estão vinculados, em nossa vida

²¹⁹ Informações apresentadas nos diversos almanaques pesquisados, constantes da bibliografia.

social, à máxima expansão do comércio. Nunca antes ou depois atingiu esta classe tão alto grau de prosperidade. O nosso comércio era citado como o símbolo da seriedade, da lealdade de transações e assim foi sempre, de modo a dizer-se que outras praças tinham mais amplitude de negócios, mas estas não ofereciam a segurança, já proverbial, do comércio de Campinas.”²²⁰

“Em 1885, já estão em plena atividade as estradas de ferro Paulista e Mogiana que, fazendo partir suas linhas de Campinas a todos os municípios do Estado, eram motivo de que o comércio da cidade aumentasse extraordinariamente, o que vale dizer, também a sua riqueza, tanto que Campinas já é tido como o município mais próspero e o mais abastado da então província de São Paulo.”²²¹

No relatório de cobrança de impostos do município de Campinas, apresentado no *Almanach da Província de São Paulo para 1885*, pode-se constatar a atuação na cidade de 17 alfaiates, 4 carpinteiros e marceneiros, 2 lojas de chapéus para homens e senhoras, 1 afinador de pianos, 2 fábricas de massas, 2 folheiros e caldeireiros, 3 fundições, 5 funilarias, 2 marmoristas, 21 oficinas de sapateiros, 7 oficinas mecânicas, 5 ourives, 15 padarias, 2 relojoeiros e 4 selarias. Nesse mesmo ano realizou-se em Campinas a primeira Exposição de Produtos Agrícolas e Industriais da região, reconhecendo-se a primazia da cidade no progresso agrícola e industrial; além dos produtos agrícolas, figuraram na exposição os produtos industriais das três importantes fundições e oficinas em funcionamento na cidade: Lidgerwood, Mac Hardy e Arens Irmãos.²²²

No início de 1885 foi realizada a *Exposição Provincial*, nos salões da Faculdade de Direito, em São Paulo, promovida pela Associação Comercial e Agrícola daquela cidade. Considerada uma festa industrial de notável alcance, a exposição referia-se a produtos da agricultura e de indústrias e manufaturas da província, sendo que todas as amostras ali

²²⁰ AMARAL, L. (org.), op. cit. pág. 39.

²²¹ AMÊNDOLA, J. **O Comércio de Campinas**. In: IBGE, Monografia Histórica do Município de Campinas, Rio de Janeiro, 1952. Pág. 514.

²²² **Almanach da Província de São Paulo para o Ano de 1885**. São Paulo: Jorge Seckler e Cia, 1884. Em 25/11/1887, a *Gazeta de Campinas* publicou “**Estatística de Indústrias e Profissões**”, informando que havia 95 indústrias e profissões no município, sendo 660 os contribuintes, com valor locativo anual de 689:631\$000; por nacionalidades, os contribuintes dividiam-se em: 264 brasileiros, 142 portugueses, 23 franceses, 9 ingleses, e 222 de diversas nacionalidades.

expostas seguiriam para a exposição de Antuérpia, a fim de figurarem na seção brasileira.²²³

A participação de Campinas na exposição rendeu excelentes resultados, notando-se que coube a medalha de prata a um expositor da cidade, o industrial Lidgerwood, autor de máquinas de beneficiar café. Diversos expositores de Campinas obtiveram prêmios na Exposição Provincial, conforme apresenta-se a seguir:²²⁴

- Na Seção Agrícola da exposição obtiveram premiação: Saturnino Dias Telles de Castro (pelo café apresentado); Conselheiro Leôncio de Carvalho (idem); Aranha, Irmão & Moraes (idem); Freitas, Guimarães & Cia. (idem); Hermano Lippe & Cia. (pelas amostras de farinha de trigo e farelos); Frederico Roade (pela amostra de batatas).
- Na Seção Indústria Manufatureira:
 - Trabalhos de Metalúrgica: Lidgerwood (peças de ornato de ferro fundido); Guilherme Mac Hardy (peças de ornato de ferro fundido); Viúva Faber & Filhos (coroa de bronze para monumento de Garibaldi);
 - Trabalhos de Flores: C. Roenninger (produtos de sua fábrica de flores artificiais de pano e papel); D. Rita Lourenço dos Santos (trabalho de flores de palha de milho); D. Maria S. do Amaral Keller (chapéu de flores de palha de milho);
 - Fábrica de Sabão e Óleo Vegetal: Pacheco Silva & Cia. (óleos de amendoim, mamona, azeite para máquinas, graxa e sabão vegetal);
 - Cervejas: A. Franceschini & A. Belluomini (cerveja branca de seu estabelecimento); Theodoro Schroeder & Filho (idem, e também cerveja preta);
 - Fábricas de Carros: Camps & Irmão (pelo túbure, com telefone e trole de suas fábricas); B. Labat (pelo túbure com guarda-sol que apresentou, feito em sua fábrica);
 - Máquinas: Lidgerwood (pela máquina de beneficiar café de sua invenção); Mac Hardy (pela máquina de sua invenção);
 - Arte Dentária: João Pedro Martins Ferreira (pelos trabalhos de sua arte).

²²³ Cf.: “**Exposição Provincial**”, *Gazeta de Campinas*, 10/1/1885.

²²⁴ *Gazeta de Campinas*, 22/8/1885.

Já no segundo semestre desse mesmo ano, 1885, começou a ser preparada, em Campinas, uma *Exposição Regional*. Sob a organização de Torlogo O'Connor Paes de Camargo Dauntre, a exposição receberia subscrições das seguintes classes: indústria agrícola, comércio, indústrias fabris, artes e ofícios. Acreditava-se no sucesso de tal empreitada em Campinas, pois a cidade contava com muitos artífices e industriais, que deveriam concorrer à exposição, além de contar com diversas fábricas de grande importância, como Lidgerwood, Mac Hardy, Arens Irmãos, Viúva Faber & Filhos, entre outras. Campinas também possuía fábricas de óleos e sabão, farinha de trigo, velas de cera, e diversas fábricas de cervejas, doces, vinhos, licores e outras bebidas, bem como, sapatarias, serralherias, ourivesarias, alfaiatarias, relojarias, chapelarias, casas de modistas, marcenarias, etc.²²⁵

Em 18/12/1885, a *Gazeta de Campinas* publicou o “Programa para a Inauguração da Exposição Regional”, assinado pelo organizador da mesma. Nesse comunicado informava-se que a exposição seria inaugurada no dia 25/12/1885, com a presença da Câmara Municipal, do Sr. Conselheiro Presidente da Província, da imprensa e demais convidados. Na ocasião seria apresentado o hino “Progresso”, expressamente escrito pelo maestro campineiro Carlos Gomes para solenizar esse ato. No dia da inauguração da “Primeira Exposição Regional”, o jornal publicou, em primeira página, considerações de Campos Salles, Francisco Glicério, Sampaio Ferraz, Carlos Ferreira, entre outros, sobre a importância do evento.

As avaliações realizadas na imprensa local sobre a exposição consideraram-na uma festa de imponente magnitude, na qual Campinas atestou perante a província e o país “seu grande valor nas lutas gloriosas no trabalho fecundo e útil, as suas forças próprias, o seu amor às idéias adiantadas, firmando por tal modo a sua pujança e autonomia”.²²⁶ O palácio da Exposição, situado à rua Barreto Leme, ficou repleto de pessoas na inauguração da mesma, incluindo-se o Ministro da Agricultura e o Presidente da província, que foram recebidos pela Câmara, ao som do Hino Nacional.²²⁷ Também esteve presente uma

²²⁵ *Gazeta de Campinas*, 3/10/1885.

²²⁶ Conforme apresentado na *Gazeta de Campinas*, de 27/12/1885.

²²⁷ No largo do Rosário também foram construídos chalés para a exposição de diversas artes industriais (Lidgerwood, Mac Hardy, Arens Irmãos). Mereceu destaque na imprensa a seção da Sociedade Artística

comissão do Centro da Lavoura e Comércio da Corte, além de representantes da imprensa da Corte, São Paulo, e dos três jornais de Campinas.²²⁸ Segundo informações da *Gazeta de Campinas*, a Exposição Regional foi encerrada com uma procissão cívica composta de cerca de 600 operários de Campinas, no dia 25 de Janeiro, que partiram do palácio da Exposição em direção ao lago do Rosário para a solenidade de encerramento.

Nesse momento, além de atividades agrícolas e manufactureiras, Campinas destacava-se pela presença de importantes estabelecimentos financeiros. Conforme notícias da *Gazeta de Campinas*, o *Banco da Província*, estabelecimento fundado em 1885, teria sede na capital e agências em Santos e Campinas. Seu capital, de 1:800.000\$000, seria fornecido por vários capitalistas campineiros, em sua maioria, e outros de São Paulo. Entre esses capitalistas, figuravam: Conde de Três Rios, Fidelis Prates, Dr. Martinho Prado, Joaquim Ferreira de C. Andrade, Pedro Egydio de Souza Aranha, José Estanisláu do Amaral, Dr. Cândido Ferreira, Estanisláu Ferreira, Comendador Manoel Carlos Aranha, Floriano Ferreira e Militão (da Corte).²²⁹ Em 1886, também entraria em funcionamento na cidade de Campinas uma agência do Banco Comercial de São Paulo, cujo endereço seria a rua Direita nº 32-A.

Beneficente no palácio da Exposição Regional. Essa associação campineira, com cerca de dezesseis anos na época, realizava atos filantrópicos em favor da classe dos artistas e operários, da qual era, em sua totalidade, composta. A seção da Sociedade, repleta de objetos de arte e de diversas indústrias, foi muito apreciada; seu espaço foi adornado por diversas plantas, mandadas por Eloy Cerquera, um dos floricultores campineiros, e diversos quadros com retratos de personalidades da cidade circundaram as paredes do gabinete. Cf.: *Gazeta de Campinas*, 26/1/1886.

²²⁸ Os jornais existentes em Campinas em 1885 eram: *Gazeta de Campinas*, fundada em Outubro de 1869 e extinta em Maio de 1889; *Diário de Campinas*, fundado em 19 Setembro de 1875; e *Correio de Campinas*, fundado em 1º de Janeiro de 1885. Na publicação **A Cidade de Campinas em 1900**, consta a existência dos jornais acima (exceto *Gazeta*), além da folha *Cidade de Campinas*, cuja publicação foi iniciada em 31 de Dezembro de 1896. Já no **Almanach de Campinas para 1908**, não consta o jornal *Diário de Campinas*, apenas a *Cidade* e o *Correio de Campinas*.

²²⁹ Conforme informado na *Gazeta de Campinas*, edições de 23/9/1885 e 3/12/1885.

TABELA 19:**BANCOS EXISTENTES EM CAMPINAS 1870-1907**

1870/71 Caixa Filial do Banco Mauá &C	1891 Banco de Crédito Real Banco Mercantil de Santos Banco do Comércio e Indústria de São Paulo Banco Provincial de São Paulo Banco dos Lavradores Banco União de São Paulo Banco do Brasil Banco de São Paulo
1872/73 Caixa Filial do Banco Mauá &C. Banco de Campinas (agrícola e comercial)	
1877 Banco Mercantil de Santos	
1878 Banco Mercantil de Santos Francisco Gonçalves F. Novo (descontos de letras de bancos e saques) Santos, Irmão & Nogueira (descontos de letras de bancos e saques)	1892 Banco Mercantil de Santos Banco dos Lavradores Banco União de São Paulo Banco Comércio e Indústria
1884 Banco Mercantil de Santos	1899 Banco Mercantil de Santos London and Brazilian Bank Limited Banco Comércio e Indústria de São Paulo Banco União de São Paulo Banco dos Lavradores Banco Italiano Banco Popular de São Paulo (agente) Banco Colonial de São Paulo (agente) Eboli & Comp. de Santos (agente) Descontos de Ordens, etc. - João Couto Câmbio de Moedas - Francisco Barsotti
1886 Banco Mercantil de Santos Banco do Brasil Banco da Província	
1890 Banco Mercantil de Santos Banco Provincial de São Paulo Banco Comercial de São Paulo Banco de São Paulo Banco do Brasil Banco Nacional	1907 Banco Campineiro Banco Lusitano Banco Comércio e Indústria Domingos Barsotti Roque de Marco & Comp.

Fonte: Almanques de Campinas e da Província/Estado de São Paulo, diversos anos.

Em Campinas, a adoção do trabalho livre no café e a instalação de estradas de ferro, também estimulou a diversificação e crescimento das funções urbanas, porém, em menor escala que na capital. O papel de centro econômico atribuído a Campinas na expansão da produção cafeeira para o Oeste Paulista, arrefeceu-se, entretanto, com o surgimento de outros pólos regionais (com as fronteiras de acumulação deslocando-se cada vez mais para o Oeste) e com a centralização na capital de várias atividades urbanas extremamente relevantes para o complexo cafeeiro capitalista.

Outro fator decisivo para a maior concentração urbana na capital foi o problema da febre amarela em Campinas. Logo após a Proclamação da República, a cidade foi assolada pela epidemia, agravada pelas condições em que a população vivia: escravos libertos e imigrantes dirigiam-se para a cidade alojando-se em cortiços, numa época em que não havia condições mínimas de saneamento básico. Em 1890, houve abandono em massa da cidade, e sua população, composta em grande parte por estrangeiros, reduziu-se de vinte mil para cerca de cinco mil pessoas.²³⁰

A epidemia de febre amarela instalou-se na cidade em 1889, abalando a fama e os progressos de Campinas. Colocado o problema, a população local passou a pressionar o governo estadual para que fossem empreendidas obras de engenharia sanitária na cidade, a fim de prevenir futuros danos. Foram iniciadas obras de dessecação de lugares pantanosos e de canalização de águas e córregos alagadiços, que custaram cerca de dois mil contos aos cofres públicos. Essas obras não garantiram o saneamento completo do meio urbano, o qual poderia evitar novos surtos epidêmicos, mas contribuíram para melhorar as condições higiênicas gerais de Campinas, tanto que o coeficiente geral de mortalidade da cidade passou a declinar a partir de 1897.²³¹

Desse modo, em 1896, quando os poderes estaduais centralizaram o serviço de higiene pública, Campinas já contava com certa organização nesse aspecto, sendo a primeira cidade do Estado a colocar em prática a organização da higiene ao nível administrativo. A Câmara Municipal que assumiu em 1896, ano de outro grave surto epidêmico na cidade, era liderada pelo intendente Dr. Manoel de Assis Vieira Bueno (médico); sob essa administração foi fundado o Hospital de Isolamento, que apesar de não corresponder a um estabelecimento modelo no gênero, foi dotado pelo governo estadual de encanamento de água e esgoto e desinfetório.

No final do século XIX, Campinas possuía rede de esgotos e água potável distribuída pelos principais pontos da cidade, porém, o serviço não era acessível a toda a

²³⁰ Informações retiradas de: MELLO, F. F. **Formação Histórica de Campinas: Breve Panorama**, op. cit, pág. 23.

²³¹ As médias diárias de óbitos em Campinas, entre os anos de 1895 e 1899 (1º semestre) foram as seguintes: 1895 - 5,11; 1896 - 7,40; 1897 - 5,49; 1898 - 4,33; 1899 - 4,55. Conforme informações apresentadas no artigo “**Saneamento de Campinas**”, assinado por Dr. Souza Brito, publicado em: AMARAL, L. (org.), op. cit., pág. 113-118.

população, por não alcançar os arredores da cidade. Ainda assim, as obras para atender às exigências básicas de higiene e saneamento progrediam, restando a necessidade de maior policiamento sanitário sobre os domicílios da cidade, nos quais poderiam estar presentes focos de febre amarela. Muitas residências favoreciam a multiplicação da febre amarela e outras infecções por abrigarem aglomerações de indivíduos, sendo casas velhas, permanentemente úmidas, mau arejadas e com iluminação deficiente. O serviço de profilaxia da doença nas residências de Campinas passou a ser feito em 1896, quando a organização higiênica foi colocada a cargo do Estado. Nesse sentido, o estabelecimento das visitas domiciliares e de uma polícia sanitária possibilitou o início da reconstrução sanitária da cidade, serviço que, nas palavras do Dr. Souza Brito, “demandava capacidade, critério e tolerância por afetar a propriedade e a bolsa do cidadão, embora com intuitos de lhe poupar a vida e prevenir os horrores das epidemias, a bem da saúde pública”²³². Nessa ocasião, os cidadãos de Campinas teriam se mostrado prestativos, facilitando a realização das obras julgadas necessárias pelos delegados de higiene. Ao entregar o serviço de higiene para a Comissão do Estado, a Câmara de Campinas passou à mesma os materiais sanitários existentes e o Hospital de Isolamento, além ceder o edifício que fora o Mercado Grande para a instalação do Desinfetório Central; nessa ocasião, também foi instalado o desinfetório da Estação.

O chefe da Comissão Higiênica nomeada pelo Estado, Dr. Emílio Ribas, em seu relatório dirigido à Diretoria do Serviço Sanitário, em 31/1/1898, avaliou da seguinte forma a situação de Campinas:

“Campinas, a par das edificações com todo conforto e higiene, possui uma porcentagem elevadíssima de casebres, em virtude da facilidade com que eram realizadas construções diversas sem o visto dos competentes no assunto.

Este fato explica-se, sobretudo, pela grande necessidade de domicílios para aqueles que, em número avultado, procuravam se estabelecer nesta próspera cidade, desprezando então indispensáveis medidas de higiene, como as boas instalações em matéria de construção, etc.”²³³

²³² Dr. Souza Brito foi membro da Comissão Higiênica da Câmara Municipal de Campinas, que atuou até a centralização do serviço sanitário pelo Estado (a entrega do serviço à Comissão Sanitária do Estado foi feita, pelo Intendente Municipal de Campinas, em 4/8/1896). A citação foi retirada do artigo “**Saneamento em Campinas**”, in: AMARAL, L. (org.), op. cit., pág. 116.

²³³ *Apud* AMARAL, L. (org.), op. cit., pág. 116-117.

Ainda segundo exposto pelo Dr. Emílio Ribas, a principal preocupação do policiamento sanitário em Campinas foi melhorar a situação dos interiores dos domicílios locais, o que o permitia inferir que as epidemias de febre amarela em Campinas tendiam a desaparecer, desde que continuassem as ações sistemáticas da polícia sanitária e a colaboração da população local.

O serviço de vacinação da população também avançou, sendo que entre 1896 e Junho de 1899 ocorreram 8.761 vacinações e revacinações, em domicílio e na repartição da Comissão Sanitária. As despesas do Estado com a manutenção do serviço sanitário em Campinas alcançaram a soma de 35:000\$000 nos cinco meses em que atuou em 1896, 104:000\$000, no ano de 1897, e 98:000\$000 no ano de 1898.²³⁴

Por volta de 1900, com a conclusão das obras de saneamento básico e planejamento urbano, a cidade passou a recuperar-se do problema da febre amarela, e sua população retornou aos vinte mil habitantes: “O poder da indústria campineira não decaiu, apesar dos reveses epidêmicos no espaço de sete anos. Conta a cidade fábricas importantes de máquinas para a lavoura, fundições de ferro e bronze, fábricas de cerveja, mercearias e carpintarias a vapor, fábricas de gelo, sabão, preparados de fumo, chapéus, um curtume, etc.”²³⁵ A Casa Livro Azul, estabelecimento gráfico de renome na cidade, ampliou suas instalações, em 1900, sendo um exemplo da confiança no restabelecimento do progresso e do crescimento da cidade de Campinas.

A fim de ilustrar essas considerações, apresentamos abaixo a sistematização das atividades urbanas desenvolvidas em Campinas, elaborada a partir das relações constantes dos diversos Almanques pesquisados. Destacam-se, também, as companhias existentes em Campinas no ano de 1891, bem como alguns anúncios de importantes estabelecimentos comerciais e industriais de Campinas publicados no *Almanach do Estado de São Paulo para 1890*. Esses dados permitem observar o comportamento das atividades econômicas em Campinas num período crítico de sua história, quando a cidade foi abalada por sucessivos surtos de febre amarela (entre 1889 e 1897), ao mesmo tempo em que o centro dinâmico da

²³⁴ Cf.: AMARAL, L. (org.), op. cit., pág. 118.

²³⁵ Idem, pág. 40.

atividade cafeeira deslocava-se para regiões mais ao oeste paulista. Nesse sentido, as informações arroladas sugerem que Campinas sustentou sua posição como importante centro econômico paulista no final do século XIX, sendo capaz de superar os períodos adversos, graças à estrutura urbana articulada no período de auge da atividade cafeeira no município, e à diversificação de investimentos dentro do complexo cafeeiro, que possibilitou a retomada do crescimento local, e a presença de Campinas entre os centros dinâmicos da economia paulista no século XX.

Alguns anúncios de empresas de Campinas em destaque no *Almanach do Estado de São Paulo para 1890*:²³⁶

- Guilherme Mc Hardy & Cia.: (telefone 131)
 “Empresários, construtores e importadores de máquinas para a lavoura e indústria.
 Grandes oficina mecânicas e fundição de ferro e bronze.
 Máquinas de beneficiar café, engenhos para fabricação de açúcar e aguardente, etc.”
- Fábricas de Carros a Vapor Campos & Irmão:
 “Trollys e carroças. Amplo depósito de veículos.” Rua do Bom Jesus, 12.
- “Au Monde Elegant” - A. Genoud:
 “Livraria, papelaria, armarinhos, pianos, quadros, charutos, cofres, carimbos de borracha, cartões de visita, encadernação, lanterna para iluminação, eletricidade, etc. Fábrica de guarda-chuvas, consertos. Encomendas para a Europa.” Rua Barão de Jaguará, 67.
- Pedro A. Anderson & Cia.:
 “Importação, exportação, comissão: importação de ferragens, tintas, drogas, aço, torneiras, postes e arames para cercas, cimento Portland, querosene, banha americana, etc. (...)
 Oficinas de máquinas para a lavoura e indústria, grande depósito de madeiras. Fábricas de carros e trollys.
 Comissões: ‘recebemos a consignação, por módica comissão, qualquer gênero do país ou do estrangeiro para venda’ (...)”
- Curtume Campinense: de Pedro Arribot & Sampaio.
- Arens Irmãos - Engenheiros e Negociantes:
 “Inventores e fabricantes de máquinas de café: descascador, catador, despoldador (...).
 Grande depósito de máquinas a vapor fixas e locomóveis de Marshall Sons & C.
 Engenheiros e maquinistas habilitados e com longa prática.”
- Agência Comercial, Predial e de Locação de Serviços, Silvino Ribeiro & Cia. (telef. 26):
 “Encarrega-se da colocação de imigrantes, libertos para a lavoura e serviços domésticos.
 Venda, compra, aluguel de casas, chácaras, terrenos (...), levanta empréstimos nos bancos da capital, recebe gêneros a consignação, etc. (...)”

²³⁶ **Almanach do Estado de São Paulo para 1890.** São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1890.

- Lidgerwood Manufacturing Co. Limited:
“Grande fundição de ferro e bronze e oficinas de construções mecânicas. Máquinas de beneficiar café. Engenheiros mecânicos, fabricantes e importadores das máquinas Lidgerwood (...).” Telefone 79, em frente à estação da estrada de ferro.
- Grande Caldeiraria, de Eugênio Blanchard:
“Importante fábrica de fundição de ferro e bronze.”

Companhias existentes em Campinas em 1891:²³⁷

- Companhia Ramal Férreo Campineiro (em construção)
- Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais: escritório em Campinas.
- Companhia Construtora Campineira: sociedade anônima com sede em Campinas. Seus incorporadores são: A. C. de Moraes Salles, Bento Quirino dos Santos, Cândido A. da C. Braga, José Henrique Dias, Luiz Ferreira Pires.
- Companhia Estrada de Ferro do Funil (em construção)
- Companhia Industrial Campineira
- Companhia de Avicultura
- Companhia Pastoral Campineira
- Companhia Campineira Carris de Ferro
- Companhia Campineira de Iluminação a Gás
- Companhia Mogiana (sede em Campinas)
- Companhia Campineira de Águas e Esgotos
- Companhia de Seguros de Vida da “New York Life Insurance”
- Companhia Telefônica Campineira (concessão de 1884)

TABELA 20: CAMPINAS - PROFISSÕES LIBERAIS:

Profissionais	1886	1890	1891	1892	1901	1907
ADVOGADOS	25	20	13	15	20	23
DENTISTAS	4	1	2	3	7	11
MÉDICOS	14	12	17	19	27	16
CAPITALISTAS *	57	—	—	38	57	—
SACADORES DE CAPITAIS	3	—	—	—	—	—
SOLICITADORES **	8	11	10	10	—	8
ENGENHEIROS E ARQUITETOS CIVIS	4	5	4	—	10 (eng. e agrimensores)	—

Fonte: Almanques de Campinas e da Província/Estado de São Paulo, diversos anos.

* *Capitalistas* eram os agentes que forneciam crédito a pequenos e médios lavradores, comerciantes e industriais.

** Os *Solicitadores* seriam procuradores legalmente habilitados para promover o andamento de negócios pendentes em juízo. Entre esses profissionais destacaram-se figuras importantes na cidade como Orosimbo Maia e Francisco Glicério.

²³⁷ Fonte: **Almanach do Estado de São Paulo para 1891**. São Paulo: Edit. Companhia Industrial de São Paulo, 1891.

TABELA 21: CAMPINAS - COMÉRCIO E SERVIÇOS

Gêneros alimentícios	1886	1890	1891	1892	1900	1907
AÇOUGUES	36	28	20	28	48	46
ARMAZÉNS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, SECOS E MOLHADOS	14	215	198	385	400	279
CONFEITARIAS E DOCEIRAS; DOCEIRAS	1	2	3	3	6	36
PADARIAS	16	19	17	11	21	25
QUITANDAS				1	4	17

Bebidas e fumo	1886	1890	1891	1892	1900	1907
DEPÓSITOS DE AGUARDENTE	1	1			4	3
DEPÓSITOS DE VINHOS, ETC.	5				3	2
CHARUTARIAS	6	3	4	6	5	3

Madeira, materiais de construção, ferragens, etc.	1886	1890	1891	1892	1900	1907
CARPINTEIROS; MARCENEIROS; ENTALHADORES	7	10	8	14	19	13
DEPÓSITO DE CAL (* "Depósitos de Cal e Carvão")	4	3 (*)		1		1
DEPÓSITO DE MADEIRAS	4	3	1	2	3	7
CASAS DE MOBÍLIAS, MÓVEIS; DEPÓSITOS DE MÓVEIS		3	6			
APARELHADORES, ENCAMENTOS DE ÁGUA E GÁS					7	6
LOJAS DE FERRAGENS	8	8	8	7	10	20
FERREIROS E SERRALHEIROS	9	6	6	15	17	11
CALDEIREIROS E FOLHEIROS	2				2	8
TANOEIROS (aquele que faz ou conserta vasilhas de aduela)				3	2	3
ARMEIROS E AMOLADORES; CONSERTADORES DE ARMAS				4	4	6
CONTRATADORES DE OBRAS; CONSTRUTORES, EMPREITEIROS					11	29
FUNILARIAS; FUNILEIROS; LATOEIROS		4	10	17	13	3
MARMORISTAS	3	2	3	2	2	3

Vestuário, calçados, etc.	1886	1890	1891	1892	1900	1907
DEPÓSITOS DE CALÇADOS; CASAS DE CALÇADOS (LOJAS)	3	3			5	14
CHAPELEIROS, CHAPÉUS DE SOL E CHAPÉUS PARA HOMENS E SENHORAS	1	5	5	5		8
LOJAS DE FAZENDAS E ARMARINHO, MODAS, ROUPA FEITA, ETC.	23	29	22	29	76	53
SAPATARIAS; OFICINAS DE SAPATEIROS	21	27	23	77	26	43
ALFAIATARIAS E ALFAIATES	16	14	22	40	15	33
TINTUREIROS	1	2	1	3		3

Saúde, higiene, etc.	1886	1890	1891	1892	1900	1907
FARMÁCIAS	11	9	11	10	14	9
BARBEIROS E CABELEIROS	7	2	12	22	17	62
CASAS DE BANHO	2	2		1	2	
CASAS DE SAÚDE	7					
PARTEIRAS	5	2	4	1	5	5

Louças, quadros, jóias, etc.	1886	1890	1891	1892	1900	1907
LOUÇAS DE BARRO	2				3	1
LOUÇAS, PORCELANAS E CRISTAIS	6			3	2	10
PAPÉIS PINTADOS E VIDROS (QUADROS)	3	3	3	2	6	
JOALHEIROS; OURIVES; NEGOCIANTES DE PEDRAS PRECIOSAS, ETC.	7	10	5	7	8	7
RELOJOEIROS; RELOJOARIAS (* dados agregados a Joalheiros)	4	*	9		10	15

TABELA 22: CAMPINAS - INDÚSTRIAS

A) ALIMENTOS	1886	1890	1891	1892	1900	1907
BENEFICIAMENTO DE ARROZ						5
BENEFICIAMENTO E COMPRA DE CAFÉ (*ver Casas Comissão)	10	*		1	10	3(2bc,1c)
REFINAÇÃO (R) E DEPÓSITOS (D) DE AÇÚCAR	6	7 (2r,5d)	3 (ref.)	3	7	11
FÁBRICAS DE CAFÉ MOÍDO (A VAPOR)	2	2	4	4		
MOINHO DE FARINHA DE TRIGO (* = MOINHOS DE FUBÁ)	1		1			5
FÁBRICAS DE MASSAS	2	4	2	3	3	6
FÁBRICAS DE VINAGRE		1		1	2	1
TORREFAÇÃO DE CAFÉ (* = TORREFAÇÃO DE CAFÉ E SAL ^o)					10*	2

B) BEBIDAS E FUMO	1886	1890	1891	1892	1900	1907
FÁBRICAS DE CERVEJAS		9	12			
FÁBRICAS DE LICORES		1	1			
FÁBRICAS E DEPÓSITOS DE CERVEJAS E LICORES	7			13	26	20

C) NÃO-METÁLICOS	1886	1890	1891	1892	1900	1907
FÁBRICAS DE LOUÇAS		2	1			
OLARIAS	3	3		8	18	7

D) QUÍMICA, TRANSPORTES, MADEIRAS E MÓVEIS	1886	1890	1891	1892	1900	1907
DEPÓSITOS E FÁBRICAS DE MÓVEIS (* ver Casas de Mobílias)	3	*		4		10
FÁBRICAS DE CADEIRAS						
FÁBRICAS DE CARROS, TROLES, CARROÇAS, CARRUAGENS		4				
FÁBRICAS DE FOGOS; FOGUETEIROS (*)	4	2	4	2	2	2
FÁBRICAS DE SABÃO	1	1	1	1	3	4
FÁBRICAS DE TORNEAR MADEIRA; SERRARIAS A VAPOR		2	5			
FÁBRICAS DE ANIL						

E) TÊXTEIS	1886	1890	1891	1892	1900	1907
FÁBRICAS DE TECIDOS DE MEIAS; TECEDOR				1		1
FÁBRICAS DE COLCHÕES; COLCHOARIAS; COLCHOEIROS	2	2	3	3		

F) OUTROS	1886	1890	1891	1892	1900	1907
FÁBRICA DE CHAPÉUS	3	3	3	2	4	
FÁBRICAS DE FLORES			1		1	
FÁBRICAS DE GELO					1	1
FÁBRICAS E CONSERTOS GUARDA-CHUVAS			2		4	
FUNDIÇÕES	3	7	6			2
FÁBRICAS DE MÁQUINAS (DE COSTURA, PARA LAVOURA, etc.)	8			3	7	7
CURTUMES		2	2	2		1

Fonte: Almanques de Campinas e da Província/Estado de São Paulo, diversos anos.

3.2 A organização e a atuação do Partido Republicano em Campinas:

Já no início da década de 1870, os campineiros defensores das idéias republicanas passaram a participar ativamente da formação de um partido republicano na província de São Paulo. Em Campinas, no ano de 1872, houve uma reunião de republicanos na casa de José de Campos Salles, na qual decidiu-se, entre outras coisas, estabelecer uma comissão de cinco membros em Campinas, a fim de dirigir os interesses do partido e convocar reuniões, além de manter contato com os demais clubes republicanos da província; também decidiu-se pela aceitação do convite do clube republicano da capital da província para concorrer ao congresso provincial que se reuniria para tratar de assuntos relativos ao partido. A comissão do partido, eleita pela maioria dos votos presentes, foi: Dr. Américo Brasiliense, Dr. Jorge de Miranda, Dr. F. Quirino dos Santos, Dr. M. F. Campos Salles e Elias do Amaral Souza.²³⁸

Os republicanos de Campinas estiveram presentes no congresso provincial do partido, realizado em 18/4/1873, na cidade de Itu, ao qual tomaram parte cidadãos de diversas localidades. Nessa reunião, os republicanos paulistas decidiram constituir uma assembléia de representantes de todos os municípios, para funcionar na capital. Posteriormente, Américo Brasiliense e M. F. de Campos Salles foram eleitos representantes à assembléia republicana, o primeiro pela cidade de Campinas, e o segundo, por Pirassununga.

No início do mês de Julho de 1873, os representantes dos diversos municípios reuniram-se num Congresso Republicano, na cidade de São Paulo. Nessa ocasião, diversos representantes assinaram uma moção propondo a eleição de uma comissão permanente do partido, encarregada de estudar e formular um projeto de organização política sobre a base de federação de municípios e autonomia federal das províncias.²³⁹ A comissão permanente

²³⁸ Conforme notícia da *Gazeta de Campinas*, de 7/11/1872. A citada reunião republicana em Campinas teria ocorrido no dia 3/11/1872.

²³⁹ A comissão eleita pelos 26 representantes presentes foi: Américo Brasiliense, Américo de Campos, João Tibiriçá Piratininga (Presidente da comissão), João Tobias de Aguiar e Castro, Martinho Prado Júnior, Antônio Augusto da Fonseca e Manoel Ferraz de Campos Salles. *Gazeta de Campinas*, 10/7/1873.

eleita aprovou, em sessão de 2/7/1873, um manifesto sobre o elemento servil, que lhe foi apresentado por diversos representantes de municípios.

O *Manifesto do Congresso Republicano*, resultante das reuniões de Julho de 1873, contestou as opiniões extremistas atribuídas ao partido por seus opositoristas, ora no sentido da emancipação, ora no sentido de manter o elemento servil. Nesse documento, os republicanos afirmaram que a questão do elemento servil não seria política, mas sim, social, e estaria no domínio da opinião nacional e de todos os partidos políticos, especialmente dos monarquistas, que, estando no poder, seriam responsáveis pelo desfecho prático da questão. Acrescentaram que, se a questão do elemento servil fosse entregue à deliberação do partido, em respeito ao princípio da união federativa, cada província realizaria a substituição do trabalho de acordo com seus interesses peculiares, conforme a maior ou menor facilidade em substituir os escravos por trabalhadores livres; e também, em respeito aos direitos adquiridos, a reforma seria feita tendo por base a indenização e o resgate.²⁴⁰

Na década de 1880, o Partido Republicano consolidou sua influência no município de Campinas, vencendo grande parte das eleições municipais, e conseguindo eleger candidatos às Assembléias Provincial e Geral. Mesmo em condições adversas ao êxito do partido nas eleições, como as alianças realizadas entre liberais e conservadores, em Campinas os republicanos freqüentemente obtinham resultados favoráveis, contrariando as tendências do restante da província.

O Partido Republicano obteve representações expressivas em Campinas, elegendo crescente número de vereadores ao longo dos anos. Nas eleições de 1880, os republicanos elegeram três dos nove vereadores de Campinas; em 1882, foram quatro os eleitos pelo partido, e, em 1885, na eleição para uma vaga deixada pelo falecimento de um vereador, os republicanos obtiveram a maioria na Câmara Municipal, com cinco vereadores. Apenas em 1886, devido à aliança feita entre os partidos monarquistas (conservadores e liberais), que conseguiram levar mais eleitores às urnas, os republicanos perderam a maioria na Câmara,

²⁴⁰ *Gazeta de Campinas*, 10/7/1873.

apesar da eleição de quatro republicanos.²⁴¹ Em relação às eleições provinciais, os republicanos de Campinas participaram ativamente das campanhas para levar seus representantes à Assembléia Provincial. Apesar de terem recomendado o voto em branco nas eleições provinciais de 1879, dada a pouca concorrência de correligionários e falta de apresentação de uma lista de candidatos pelo partido na eleição anterior²⁴², no pleito realizado no final de 1881 os republicanos conseguiram eleger seis representantes à Assembléia Provincial; entre os 36 deputados eleitos para a Assembléia Provincial de 1882, havia 15 liberais, 14 conservadores, 6 republicanos e um autonomista e católico. Pelo 7º Distrito (ao qual Campinas pertencia) foram eleitos dois deputados republicanos, M. F. de Campos Salles e Gabriel de T. Piza e Almeida. Nessa ocasião, a imprensa de Campinas noticiou a realização de um banquete em homenagem aos deputados republicanos eleitos pelo distrito, ocorrido no Teatro São Carlos, em Campinas.²⁴³

Pode-se observar forte atividade do Partido Republicano em Campinas desde sua organização, no início da década de 1870. Diversos artigos criticando a situação política do país e comparando as atuações dos partidos monárquicos (liberais e conservadores) e do republicano frente às questões impostas no período, foram publicados na imprensa campineira. A *Gazeta de Campinas*, jornal fundado sob o ideário republicano, foi o veículo mais importante de disseminação das idéias republicanas na cidade, dada a participação de influentes membros do partido entre seus redatores e colaboradores.

Ao comentar os papéis desempenhados pelos partidos políticos na legislatura provincial iniciada em 1882, na qual liberais, conservadores e republicanos estiveram representados de forma proporcional, a *Gazeta de Campinas* considerou que os republicanos foram o único grupo que cumpriu religiosamente seu mandato. Os deputados republicanos, defendendo um partido ainda novo, prometeram aos seus concidadãos a

²⁴¹ *Gazeta de Campinas*, 2/7/1886. Nesse mesmo pleito, a paróquia da Conceição elegeu quatro Juizes de Paz republicanos, e a paróquia de Santa Cruz elegeu dois liberais e dois conservadores. Pelo observado nas notícias referentes às eleições em Campinas, a paróquia da Conceição concentrava a maioria do eleitorado republicano.

²⁴² Cf. circular “**Ao Partido Republicano**”, publicada na “Seção Particular” da *Gazeta de Campinas*, de 23/11/1879. A circular, datada de São Paulo, 20/11/1879, foi assinada por Américo Brasiliense, Américo de Campos, Martinho Prado Júnior, M. F. de Campos Salles, Antônio A. da Fonseca e José Machado da Costa e Souza. Os senhores João Tibiriçá, João Tobias e Luiz Barreto, deixaram de assinar por acharem-se ausentes.

²⁴³ *Diário de Campinas*, 7/1/1882. A referida comemoração ocorrera em 5/1/1882.

crítica severa e imparcial dos atos da administração, e a denúncia dos desmandos do dinheiro público. Já os grupos monárquicos, na qualidade de governistas ou aspirantes, assumiram a dupla responsabilidade de zelar pelos cofres públicos e de facilitar os meios de desenvolvimento. Porém, os liberais, ora no poder e dispendo dos recursos proporcionados pelo governo, nada teriam feito em prol da deficiente instrução pública, da agricultura e do comércio em crise dadas as incertezas do futuro; e os conservadores, apesar de encontrarem-se na oposição, constituiriam um partido de governo, e também nada teriam feito para a satisfação daqueles interesses.²⁴⁴

Em outro editorial, defendendo a participação ativa dos republicanos na disputa de 1883 pelas cadeiras à Assembléia Provincial, a *Gazeta de Campinas* argumentou que os republicanos constituiriam um partido de propaganda, e que esta seria sua arma para abrir passagem entre as filas da monarquia, a fim de alcançar número para preparar a vitória nas urnas, de modo que afastá-los dos comícios populares seria condená-los à inércia. Considerava-se, ainda, que os candidatos republicanos utilizariam o programa do partido para atingir a consciência popular e atrair os sufrágios; a arma utilizada pelos republicanos seria a persuasão, pois aspiravam preparar o espírito público através da exata compreensão das idéias. Ao mesmo tempo, os partidos monárquicos se imporiam explorando a fraqueza popular, e utilizando como armas de combate a violência e a corrupção.²⁴⁵

Em 1884, os republicanos do 7º Distrito, reunidos em Campinas, escolheram como candidato a deputado geral pelo distrito, o advogado campineiro M. F. de Campos Salles. Eleito deputado geral em 2º escrutínio, no dia 31/12/1884, Campos Salles foi o primeiro campineiro a ocupar esse cargo, e o primeiro representante do forte partido republicano do 7º distrito a chegar à Câmara Temporária.²⁴⁶

²⁴⁴ “**Ajuste de Contas**” (Editorial). *Gazeta de Campinas*, 18/3/1883.

²⁴⁵ “**O Pleito ou a Abstenção**” (Editorial). *Gazeta de Campinas*, 9/5/1883. Conforme informações da *Gazeta* (meses de Outubro e Novembro de 1883), aos resultados da eleição desse ano, pelo 7º Distrito (que englobava o município de Campinas), foram: em 1º escrutínio elegeu-se somente o Dr. Antônio Muniz de Souza, candidato republicano (que concorreu dadas as recusas de Rangel Pestana e Campos Salles nesse pleito); em 2º escrutínio, foram eleitos, também, os deputados provinciais Piza e Almeida (republicano), Carlos Norberto (liberal) e J. Alves (conservador).

²⁴⁶ *Gazeta de Campinas*, 1/1/1885.

O fortalecimento do partido republicano na região de Campinas pode ser observado pela conquista das eleições gerais de 1884 pelos republicanos do 7º Distrito²⁴⁷, bem como, pelo desempenho nas eleições provinciais realizadas em 1885, na qual foi eleito o advogado campineiro Francisco Quirino dos Santos, notável membro do partido republicano da província, um dos fundadores do partido em Campinas e fundador do jornal *Gazeta de Campinas*²⁴⁸.

A posição de destaque ocupada pelo partido na cidade, originou discussões visando a fundação de um Clube Republicano em Campinas. O objetivo seria constituir um centro de palestras, leitura de jornais e discussão de assuntos concernentes à idéia republicana, cujas palestras, gratuitas, seriam abertas a pessoas de qualquer credo político.²⁴⁹ O *Clube Republicano Campineiro* foi instalado num prédio na rua do Sacramento (largo da Matriz Velha, 21), com salão especialmente destinado às sessões, e sua inauguração ocorreu em 14/7/1886²⁵⁰. O Clube foi considerado pela imprensa local uma instituição de “alcance incalculável no ponto de vista da propaganda das doutrinas democráticas”²⁵¹. Nesse momento, acreditava-se que o Partido Republicano de Campinas ingressava num período de agitação política, não revolucionária e puramente eleitoral, mas doutrinária, de propaganda e ensinamento.²⁵² O Clube propunha-se a oferecer cursos regulares de ciências políticas e conferências sobre diversas questões de política prática: haveria um curso regular de história política contemporânea, a cargo do Dr. Júlio Mesquita; exposição dos princípios que devem presidir a organização de um governo republicano, pelo Dr. Alberto Salles; e um curso especial sobre a índole e funções da organização municipal no regime democrático puro, ministrado pelo Dr. Antônio Alves da Costa Carvalho. Além dos cursos, o Clube

²⁴⁷ O candidato republicano ao cargo de deputado geral, Campos Salles, venceu o liberal Queiroz Filho em todos os municípios componentes do 7º Distrito, exceto Penha, Amparo e Socorro. A vitória republicana gerou a seguinte afirmação por parte da redação da *Gazeta de Campinas*: “Já ninguém mais pode contestar a importância, o valor real e a extensão da idéia republicana neste glorioso torrão campineiro.” (*Gazeta de Campinas*, 1/1/1885).

²⁴⁸ O outro candidato indicado pelo partido republicano do 7º Distrito à deputação provincial, Piza e Almeida (médico residente em Itatiba) também foi eleito, no 2º escrutínio, vencendo o candidato liberal Policarpo T. de A. Queiroz. *Gazeta de Campinas*, 19/11/1885.

²⁴⁹ Cf. notícia “Clube Republicano”, *Gazeta de Campinas*, 8/8/1885.

²⁵⁰ *Gazeta de Campinas*, 14/7/1886.

²⁵¹ *Gazeta de Campinas*, 23/7/1886.

²⁵² Idem.

promoveria conferências sobre temas da atualidade com Francisco Glicério e Campos Salles, entre outros republicanos.²⁵³

O crescimento do partido republicano tornou necessária a realização de alianças por parte dos partidos monárquicos, na tentativa de conter o avanço das idéias republicanas. Liberais e conservadores uniram-se para conquistar as eleições gerais realizadas em 1886, e em todo o Império houve vitória conservadora. Apenas em São Paulo, nos 7º e 8º distritos, candidatos republicanos conseguiram participar da disputa em segundo escrutínio, mas foram derrotados. No 7º distrito, sagrou-se vencedor o candidato liberal Martim Francisco, apoiado pelos dois partidos monarquistas (com 865 votos), e Campos Salles, candidato republicano, obteve 731 votos no total do distrito. Em Campinas, a vitória foi de Campos Salles, por 333 votos a 279.²⁵⁴ Com o falecimento do Cons. Martim Francisco, eleito pelo 7º distrito, procedeu-se a nova eleição, na qual o candidato liberal Comendador Geraldo de Resende foi eleito, vencendo Campos Salles (exceto em Campinas).²⁵⁵ A liga monárquica também venceu a eleição para um substituto do 7º distrito à Assembléia Provincial, quando do falecimento de F. Quirino dos Santos.²⁵⁶

Apesar da festa liberal em Campinas pela conquista da eleição, a aliança entre liberais e conservadores foi duramente criticada. Por ocasião da eleição do Cons. Martim Francisco, Campos Salles publicou um comunicado dirigido ao 7º distrito eleitoral, no qual afirmava que a coligação monárquica teria se formado para bater a superioridade da força republicana, e que os liberais, empenhados em vencer os republicanos, teriam sido absorvidos pelos conservadores. Conforme o comunicado: “Está findo o pleito. O partido liberal chora o seu triunfo, e nós os republicanos celebramos a nossa derrota. (...) A luta não

²⁵³ Conforme notícias posteriores da *Gazeta de Campinas*, as conferências de Alberto Salles foram iniciadas em 12/9/1886; em 17/9/1886, José do Patrocínio (jornalista, redator da *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro) esteve em Campinas para realizar uma conferência no Clube; em 31/10/1886, Quintino Bocaiúva realizou conferência no Clube, e também o fizeram, em outras ocasiões, Bernardino de Campos, Campos Salles, Saldanha Marinho, entre outros.

²⁵⁴ *Gazeta de Campinas*, 16 e 17/2/1886.

²⁵⁵ *Gazeta de Campinas*, 15/7/1886.

²⁵⁶ O candidato republicano Bernardino de Campos (advogado, residente em Amparo) foi derrotado pelo liberal Olavo Egídio de Souza Aranha. *Gazeta de Campinas*, 6/8/1886.

está acabada: ela prosseguirá (...) até a realização do nosso ideal político – a república federativa.²⁵⁷

Na eleição provincial realizada em 1887, os republicanos voltaram a obter resultados favoráveis, elegendo três dos quatro representantes do 7º distrito. Em Campinas, a vitória republicana fora arrebatadora: os votos do partido superaram em 126 os votos somados de liberais e conservadores.²⁵⁸

Quando da Proclamação da República, o presidente da Câmara Municipal de Campinas, José Paulino Nogueira, convocou reunião extraordinária, no dia 16 de Novembro de 1889, e informou aos vereadores sobre o movimento que ocorrera na Corte, determinando a mudança da forma de governo e a instituição da República Brasileira. Por meio de telegramas enviados à Câmara Municipal de Campinas, foi tornado público o empossamento do governo provisório do Estado de São Paulo, bem como, por determinação do Dr. Bernardino de Campos (chefe de polícia), foi nomeado o cidadão Bento Quirino dos Santos como delegado de Campinas. A Câmara de Campinas aderiu unanimemente à Proclamação da República, levantando vivas à República Brasileira, ao Estado de São Paulo e aos fundadores da pátria livre, na presença da população que tomara o recinto da Câmara. Estiveram presentes a essa sessão os vereadores José Paulino Nogueira (presidente), Otto Langgaard (vice-presidente), Antônio Álvaro de Souza Camargo, Salvador Leite de Camargo Penteado, Francisco José de Abreu e Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.²⁵⁹

Com a Proclamação da República, a Câmara Municipal foi substituída por um conselho de intendentes, no qual serviram três grupos, até a posse da primeira Câmara Municipal eleita após a proclamação da República. Por decreto do governo do Estado, de

²⁵⁷ *Gazeta de Campinas*, 17/2/1886. A *Gazeta* publicou diversas declarações de outros jornais afirmando que, não fosse o conchavo monárquico, o partido republicano teria sido vitorioso nas eleições gerais. Em 17/7/1886, a *Gazeta* publicou carta de um conservador, Baltazar Carneiro, a Campos Salles, dizendo acreditar que o princípio monárquico fora sacrificado na aliança entre liberais e conservadores para a eleição do deputado geral, e conclui que o descontentamento deveria rarear as fileiras monárquicas do 7º distrito.

²⁵⁸ *Gazeta de Campinas*, 13/12/1887. Nessa mesma edição, a *Gazeta* informou que, em regozijo pela eleição dos três candidatos republicanos, Campos Salles, M. Prado Jr. e Bernardino de Campos, muitos correligionários promoveram no dia onze uma importante manifestação popular: reuniram-se em frente ao edifício do Clube Republicano Campineiro e seguiram para a casa de José de Campos Salles, onde Campos Salles discursou.

²⁵⁹ Cf.: AMARAL, L. (org.), op. cit., pág. 55-57.

21 de Janeiro de 1890, foi formado o primeiro conselho de intendentes, que serviu no período de 25/1/1890 a 13/4/1890, quando todos os membros se demitiram após o governador do Estado, Américo Brasiliense, ter concedido a demissão a Herculano Pompeo de Camargo, um dos intendentes de Campinas. Com a demissão em massa, assumiu um novo conselho, que serviu até a deposição de Américo Brasiliense, em 19/12/1891, quando foi dada posse a um outro conselho de intendentes. Este último, serviu até a posse dos vereadores eleitos, em virtude da lei de organização municipal (13/11/1891), que criou doze lugares de vereadores para Campinas, com mandato por três anos.²⁶⁰ O primeiro prefeito municipal de Campinas foi Orosimbo Maia, eleito em 1908.

3.3 A influência paulista na política republicana e a participação dos republicanos campineiros no governo:

Conforme expôs Campos Salles em sua obra “Da Propaganda à Presidência”²⁶¹, o Manifesto Republicano de 3/12/1870 foi fruto da evolução de princípios que traduziam uma aspiração política bem definida, visando penetrar no governo nacional. No declinar do século XVIII houve profunda agitação de idéias, da qual procederam a guerra de independência da América do Norte, transformando as colônias inglesas em uma nação republicana, e a Revolução Francesa, que banuiu o antigo regime, substituindo o princípio do direito divino pelos direitos do homem. Essa época de transformações, sob idéias ultrademocráticas, repercutiu no sentimento brasileiro, originando-se a Conjuração Mineira, primeiro esforço para implantação do regime republicano no solo brasileiro, reprimida com o suplício de Tiradentes; novas tentativas ocorreram com as revoluções de 1817 e 1824 em Pernambuco, 1835 no Rio Grande do Sul, e 1837 na Bahia. O documento político de 1870 foi um elo dessa cadeia, e reatou um movimento por vezes esquecido, mas nunca extinto: o próprio princípio do federalismo, sobre o qual o Manifesto assentou os alicerces da futura

²⁶⁰ Cf.: **Almanach Histórico e Estatístico de Campinas para 1912**. Benedito Octávio e Vicente Mellilo (org.). Campinas: Tipografia da Casa Mascote, 1911. Pág. 65-66.

²⁶¹ CAMPOS SALES, M. F. **Da Propaganda À Presidência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. (Originalmente publicado pela Typ. “A Editora”, São Paulo, 1908).

República, teve origem histórica na Inconfidência, a partir da qual descreveu sua trajetória até ser incorporado na Constituição de 24 de Fevereiro.

A política do Segundo Reinado promoveu a desorganização dos velhos partidos políticos, possibilitando incentivos para o reaparecimento de um movimento acentuadamente republicano. Na revolução das províncias de São Paulo e Minas Gerais, de 1842, o partido que representava as tradições do liberalismo brasileiro foi derrotado, progredindo, na opinião de Campos Salles, a decadência dos costumes políticos e a perversão da moral social, arruinando os partidos. Nesse contexto, o Império organizou a política de Conciliação, que teria levado os partidos a perderem suas características e convicções, tornando-os incapazes de restabelecer suas respectivas fronteiras. Antigos liberais e conservadores ocuparam os mesmos gabinetes, até o surgimento do Partido Progressista, em 1862, que recolocou o antagonismo entre os dois partidos. Esse partido não tinha coesão em sua organização, sendo composto por elementos heterogêneos, representantes de tradições diversas: “era uma reprodução da primeira tentativa que o eufemismo político denominara *conciliação*”²⁶² Em oposição à Liga Progressista formou-se o Partido Histórico, que se propunha a reivindicar o passado, restabelecendo as idéias e aspirações democráticas; do seio desse partido surgiria, em 1870, o Partido Republicano, com indivíduos que haviam exercido considerável influência no velho partido liberal.

Diante da “oposição histórica”, a Coroa devolveu o controle do governo da nação aos conservadores, num momento em que os liberais ansiavam por sua vez de governar. A fim de impedir que se firmasse a nova situação política, iniciou-se a reorganização dos elementos esparsos do velho partido liberal: reuniram-se influências de vulto dos grupos histórico e progressista, que após concessões recíprocas realizaram o conagraçamento. Desapareceram as discórdias entre os chefes do liberalismo monárquico no intuito de concentrar as forças democráticas para resistir à ditadura; nesse momento, um outro grupo se destacava do movimento geral para protestar contra essa suposta harmonia na busca pelo poder.

Um núcleo de políticos democratas constituiu um partido organizado e independente das duas grandes agremiações (conservadores e liberais): o Partido Radical, que não tinha a

preocupação de servir à política imperial no revezamento do governo do país. Seus intuitos não eram propriamente revolucionários, mas pretendiam realizar perseverante propaganda das teses democráticas de seu programa; muitos de seus integrantes pertenceram aos “históricos” que haviam repudiado a Liga Progressista, mas deles se separaram para lutar pelo estabelecimento de um regime verdadeiramente livre, em 1868. Essa nova corrente de idéias buscava a adoção de um regime com os princípios da democracia moderna.

Os adeptos das novas idéias promoviam-nas na imprensa, em conferências populares, em clubes e em organizações secretas, adquirindo vasta influência na opinião nacional, quando ocorreu a proclamação da terceira República na França, servindo de estímulo a uma atitude de caráter democrático: “Foi assim que, logicamente, apareceu, a 3 de Dezembro de 1870, o Manifesto Republicano, documento memorável, que na história da democracia brasileira assinala o momento inicial da ação política, que se perpetuará na memória do país como o mais notável nos fastos das nossas lutas, tal a firmeza, a abnegação, a coragem dessa falange de heróicos combatentes, que a empreenderam e souberam levá-la a termo. A história deve este tributo de homenagem a os propagandistas da República.”²⁶³

Diversos artigos criticando a situação política do país e comparando a atuações dos partidos monárquicos (liberais e conservadores) e do partido republicano frente às questões impostas no período, foram publicados na imprensa campineira.

Sobre o período de transição enfrentado pelo país e a posição dos partidos monárquicos, o republicano Alberto Salles (irmão do futuro presidente Campos Salles) publicou um artigo na *Gazeta de Campinas*, considerando que “os indivíduos que compõem a pessoa coletiva da nação”²⁶⁴ buscariam alvos diversos, esgotando suas forças em prol de interesses de grupos específicos, e não em benefício geral do corpo social. Segundo o artigo, tanto liberais (que intitulavam-se o partido do progresso e do desenvolvimento prático das liberdades públicas) como conservadores (que diziam-se o partido da ordem e da harmonia no seio do organismo social) não compreenderiam sua missão, nem as forças

²⁶² CAMPOS SALES, M. F. **Da Propaganda...**, op. cit., pág. 10.

²⁶³ CAMPOS SALES, M. F. **Da Propaganda...**, op. cit., pág. 13.

que pretendiam personificar, definindo-se de maneira contraditória com seus atos na prática. Apesar de os partidos monárquicos parecerem representar dois princípios opostos, a história política de um e de outro, as medidas por eles realizadas no governo, não permitiriam a observação de tal antagonismo: os conservadores entenderiam a ordem como a imobilidade, a volta ao passado e a conservação das velhas instituições, mesmo em desacordo com as novas tendências da sociedade; por sua vez, os liberais entenderiam que “o progresso consiste na mistificação apenas desses cancerosos abusos que sustentamos e que o regime da liberdade em todas as suas variadas manifestações nada convém, porque viria tirar a energia e a força do poder, que é e deve sempre ser o poder”²⁶⁵, de modo que os liberais seriam mais zelosos dos esplendores da monarquia do que os próprios conservadores. Ambos os partidos entenderiam a soberania nacional como aliada à soberania do trono, e contribuiriam para a perversão geral dos costumes, para o rebaixamento do nível geral da educação nacional, e para o abatimento do comércio, indústria e lavoura, sendo os únicos causadores do entorpecimento disseminado pelo país. Na opinião de Alberto Salles, se a política fosse colocada sobre uma base mais científica, os conservadores veriam que a manutenção da ordem não está na imobilidade, e pode aliar-se às mutações que se operam no organismo social, e os liberais verificariam que o progresso não consiste nas mistificações, nas promessas de revolução, mas no aproveitamento efetivo das tendências nacionais. Para os republicanos, a compreensão das questões políticas dependeria de uma reforma completa na educação nacional, que impusesse ao ensino um caráter mais prático e positivo.

A disseminação do ideário republicano na imprensa e o rápido crescimento do movimento levou os liberais, que estavam no comando da política do país, em 1878, a convidarem um republicano, signatário do Manifesto de 1870, a integrar o governo, na pasta da Justiça. O Sr. Lafaiete Rodrigues Pereira aceitou o convite, gerando apreensões entre os republicanos, que temiam a adesão de outros correligionários ao governo; considerou-se a atitude liberal como uma tentativa de desfalcar os quadros republicanos.

²⁶⁴ “Os Partidos Monárquicos e o Problema Político”. *Gazeta de Campinas*, 19/12/1879.

²⁶⁵ *Idem*.

Nesse momento, os republicanos de São Paulo julgaram necessário intervir entre seus correligionários, afim de esclarecer a verdadeira orientação do partido. Foi convocado um Congresso Republicano (Março de 1878), no qual aconselhou-se o partido a conservar seu posto de combate. O manifesto aprovado nesse Congresso afirmava que a situação liberal não possuía os princípios da doutrina defendida pelos republicanos no intuito de realizar a República Federativa do Brasil; portanto, os liberais, criação da vontade imperial, não deveriam receber solidariedade do partido republicano²⁶⁶.

Desse modo, a estratégia da monarquia de tornar acessíveis aos republicanos os altos postos do governo não teria alcançado seu objetivo de dissolver o novo partido. Diante dessa situação, os republicanos decidiram não mais circunscrever sua política a uma ação abstrata, mas sim, aplicar seus esforços para a concretização prática de sua concepção de governo democrático, também empenhando-se nos pleitos eleitorais, “menos pela ambição de conquistar as posição que disputavam aos seus adversários, do que pela necessidade de se arregimentar sob a severa disciplina, que só nas lutas se pode adquirir.”²⁶⁷

No próprio Partido Republicano Paulista, o mais forte e unido partido de oposição à monarquia, houve a necessidade de lutar pela arregimentação de novos correligionários, pois as discussões sobre a formação de um partido republicano na província iniciaram-se com a presença de poucos republicanos, ainda em 1872: “oito da capital, três de Campinas, um de Jundiá, um de Amparo, um de Itu, liderados por Américo Brasiliense, egresso da ala radical dos liberais, até 1868 presidente da província do Rio de Janeiro, passando para a nova grei por não concordar com o golpe de Estado deste ano.”²⁶⁸

Muitos procuraram deprimir a obra dos propagandistas e negar a influência dos mesmos na revolução de 15 de Novembro, atribuindo o desenvolvimento da força republicana aos interesses feridos pela extinção da escravidão, que teriam se disposto a apoiar o movimento republicano. Joaquim Nabuco, em sessão da Câmara de 11/6/1889, afirmou que o grosso das forças republicanas era proveniente do descontentamento causado

²⁶⁶ Esse Manifesto encontra-se transcrito em CAMPOS SALES, M. F. **Da Propaganda...**, op. cit., pág.16.

²⁶⁷ CAMPOS SALES, M. F. **Da Propaganda...**, op. cit., pág. 17.

²⁶⁸ CASALECCHI, J. E. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926)**. São Paulo, Brasiliense, 1987. Pág. 49-50.

pela abolição: as leis de 28 de Setembro de 1871 e 13 de Maio de 1888 teriam gerado as legiões contra a monarquia.

Segundo considerações de Campos Salles, através dos próprios anais do parlamento da monarquia seria possível observar a falta de fundamento e a injustiça dessa afirmação, pois o interesse escravagista jamais acharia abrigo sob a bandeira da República, na qual a solução de todos os problemas políticos e econômicos estaria subordinada ao princípio da liberdade.²⁶⁹ O imperador só teria tido o apoio dos deputados republicanos quando inscreveu no seu programa o compromisso da emancipação gradual dos escravos, uma esperança que se abria aos apóstolos da democracia. Seria inegável, entretanto, que o lastro da monarquia fora a própria escravidão, e que as duas instituições desapareceram quase ao mesmo tempo, sob impulso da mesma força.

Entretanto, ao citar declarações do Conselheiro C. B. Ottoni, J. Ênio Casalecchi afirma que os “republicanos de 14 de Maio”- aqueles que ingressaram no movimento por encontrarem-se descontentes com o encaminhamento da questão servil- teriam dado significativo impulso ao partido, geralmente assumindo posições mais radicais, de “revolução”, e não de “evolução”, como pregava grande parte dos republicanos. O Conselheiro Ottoni argumentou que esses novos republicanos eram plutocratas, que dificilmente aceitariam que seus direitos fossem iguados aos dos cidadãos de menores posses.²⁷⁰

Cabe salientar, também, que os participantes do movimento republicano pertenciam, em geral, a um mesmo meio social, eram “homens de posse” sujeitos às mesmas influências. Na Convenção de Itu, realizada em 1873, para estabelecer as normas e regulamentos para a organização do partido republicano de São Paulo, dos 173 presentes, 78 eram lavradores²⁷¹. Os fundadores do movimento, portanto, compunham-se de proprietários de terras (majoritariamente lavradores do café) e capitalistas, que defendiam o espírito associativo e buscavam a autonomia da rica província, por meio da proposta de federalismo. A derrocada da instituição servil teria possibilitado o fim das hesitações de

²⁶⁹ CAMPOS SALES, M. F. **Da Propaganda...**, op. cit., pág. 18.

²⁷⁰ Cf. CASALECCHI, J. E., op. cit., cap. 2, pág. 44 e nota 18. O autor apresenta colocações do Cons. C. B. Ottoni, constantes da obra: “O Advento da República no Brasil”, Rio de Janeiro, 1890, pág. 79.

²⁷¹ Informações de CASALECCHI, J. E., op. cit., pág. 49-50.

muitos agricultores em relação ao movimento republicano, surgindo um movimento mais generalizado de adesão à nova forma de governo.

O método a ser adotado para a solução definitiva da questão da escravidão gerou dúvidas também entre os integrantes do Gabinete que aprovou a lei de 13 de Maio: o membro Antônio Prado pensou em sujeitar o liberto à prestação de serviços durante certo tempo, no município de sua residência; Rodrigues Alves, delegado do governo geral na província de São Paulo, vetou decreto da Assembléia Provincial que instituía imposto sobre escravos matriculados, visando depreciar essa propriedade. No entanto, a comissão permanente do Partido Republicano Paulista já havia proposto, em assembléia dos agricultores paulistas (15/12/1887), que fosse realizada a emancipação imediata e incondicional. “Não era, portanto, nos arraiais republicanos que os escravagistas poderiam encontrar, para si, tranqüilo refúgio.”²⁷²

Sobre o evento da Proclamação da República, Campos Salles analisou que muitos opositores do novo regime, além de imputarem o incremento do movimento ao afluxo de descontentes com a Abolição, atribuíram a queda da monarquia ao levante dos quartéis, no intuito de dar à proclamação causa estranha aos esforços dos propagandistas e ao progresso da aspiração republicana no sentimento nacional. Na opinião desse propagandista da República, não se contestaria que foi decisivo o concurso das classes armadas na revolução, mas, também seria evidente que, se a nação, os “elementos populares”, não estivessem voltados para o novo ideal político (fruto da propaganda habilmente conduzida, inclusive dentro do próprio exército), o movimento militar não teria alcançado o caráter político com que se inscreveu na história do Brasil.²⁷³

Vale lembrar, entretanto, a relatividade da “participação popular” a que se refere Campos Salles. Conforme observa Casalecchi, o “PRP pouco ou quase nada contribuiu para retirar o povo (eleitor) de sua indigência política. (...) seria preciso dar tempo ao tempo: a participação popular reivindicada pela afoita ala extremada seria perseguida pelo esclarecimento, pela catequese, pelas mudanças institucionais que só a República proporcionaria. Por ora, seria razoável contar com a vanguarda do republicanismo

²⁷² CAMPOS SALES, M. F. **Da Propaganda...**, op. cit., pág. 19.

²⁷³ Idem.

circunscrevendo o proselitismo para vencer a borrasca. A bonança seria futura e nela, com prudência, conforme indicava o evolucionismo que sustentava o seu ideário, o PRP cuidaria de plenificar a democracia.”²⁷⁴

3.4 Algumas considerações sobre as condições econômicas nos primeiros anos da República e a situação do complexo cafeeiro paulista nesse contexto:

A expressiva estrutura urbana montada em Campinas entre 1870 e 1900 pode ser atribuída basicamente aos esforços da iniciativa privada local, num momento em que os investimentos urbanos passaram a se caracterizar como novas opções de aplicação dos excedentes gerados na atividade cafeeira.

A importância das cidades na estrutura produtiva da economia paulista consolida-se a partir da década de 1870, com o advento das ferrovias, empreendimentos intrinsecamente urbanos, capazes de estimular a implantação de novas atividades urbanas e de promover novas relações sociais. A instalação das ferrovias, nas últimas décadas do século XIX, foi fundamental para a disseminação da cultura cafeeira, bem como para a expansão de uma estrutura produtiva capitalista, ao criar um mercado interno e mobilizar capitais e força de trabalho. Dessa forma, desencadeia-se uma fase de intenso progresso na economia paulista: “O surgimento de novas profissões, a implantação do mercado livre, com a entrada dos imigrantes europeus, o avanço no desenvolvimento de novas técnicas produtivas e o desenvolvimento de novas máquinas e ferramentas, conferiram ao espaço urbano e sua rede um novo e definitivo papel nessa nova estrutura produtiva.”²⁷⁵

Especialmente a partir da década de 1880, intensificou-se o problema da mão-de-obra para a expansão da lavoura cafeeira. Nos últimos anos do período imperial, o trabalho (escravo) tornou-se o fator de produção persistentemente mais caro para a economia cafeeira: “Ainda em 1883, a escravaria de uma plantação era muitas vezes tão valiosa quanto a terra (incluindo os cafeeiros). No entanto, a desintegração econômica do sistema

²⁷⁴ CASALECCHI, J. E., op. cit., pág. 58.

servil patenteou-se inegavelmente em 1886, quando os banqueiros recusaram-se a continuar fornecendo empréstimos hipotecários garantidos pelo capital humano.”²⁷⁶

O crédito era um problema permanente para os fazendeiros, quaisquer que fossem os lucros gerados pela atividade agrícola. Apenas em momentos de expansão dos meios de pagamento, como em 1888, era facilitado o crédito agrícola; porém, de um modo geral, a obtenção de empréstimos hipotecários foi difícil até a década de 1920, com os bancos recusando-se a oferecer empréstimos a curto prazo, garantidos pelas colheitas. Os comissários eram os agentes que inicialmente forneciam crédito aos fazendeiros, cabendo a eles, também, a classificação do café e a venda dos estoques aos exportadores de Santos; a comissão desses agentes, em geral, era de 3% dos serviços prestados no porto e 12% de juros anuais sobre os empréstimos a curto prazo (taxa vigente entre as décadas de 1880 e 1920).²⁷⁷

Os comissários teriam sido os grandes beneficiários da rápida expansão da produção cafeeira paulista entre as décadas de 1870 e 1880, pois os fazendeiros passaram a depender financeiramente de seu agente portuário; ao longo do tempo, muitas fazendas passaram para as mãos dos comissários, como forma de pagamento de dívidas dos fazendeiros.

Novos mecanismos para o fornecimento de crédito a curto prazo surgiriam com a crise de superprodução de café entre 1900 e 1905: os programas de austeridade financeira implementados pelos presidentes paulistas Campos Salles e Rodrigues Alves contribuíram para que as grandes companhias exportadoras, na maioria estrangeiras, passassem a ser a fonte do crédito agrícola, em detrimento dos grupos financeiros marginais, como os comissários.²⁷⁸

Na década de 1890, as taxas cambiais depreciadas permitiram ao Brasil assumir uma posição dominante no mercado mundial, pois o café brasileiro tornou-se mais barato aos

²⁷⁵ CARVALHO, E. “Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas 1870-1956”. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP, 1991. Pág. 17.

²⁷⁶ LOVE, J. **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Pág. 66-67. Nessa passagem o autor faz referência aos livros: *Da Senzala à Colônia*, de E. Viotti da Costa e *Rio Claro: A Brazilian Plantation System*, de W. Dean.

²⁷⁷ LOVE, J. op. cit., pág. 68.

²⁷⁸ Outro fator que viria a diminuir o peso dos comissários no financiamento da produção cafeeira seria o sistema de “armazéns gerais”, originados no início do século XX devido aos estoques de café acumulados;

países importadores. Nessa conjuntura, o país tornou-se cada vez mais dependente da produção cafeeira e, em geral, até a década de 1930, as taxas cambiais favoreceram a cafeicultura brasileira. Porém, em 1894 houve a primeira queda dos preços internacionais do café nessa década, à qual seguiu-se nova baixa em 1896, ocasionando a primeira crise de superprodução do café. A criação de novos cafezais, no início da década de 1890, estimulada pelo Encilhamento (período de expansão financeira, entre 1890/91) e pelos preços internacionais elevados característicos da década de 1890, resultou nas crises de excesso de produção observadas a partir 1896.

O período da economia brasileira compreendido entre 1890 e 1891, denominado Encilhamento, caracterizou-se pela alta prolongada de ações na bolsa de valores. No final de 1889 houve queda da taxa cambial levando os bancos de circulação metálica a sofrerem com o declínio de seus depósitos. A necessidade de restringir as emissões provocou dificuldades na praça do Rio de Janeiro, forçando o governo a emitir papel-moeda acima dos limites permitidos pelas suas reservas. Nessa conjuntura, no início de 1890 o sistema de bancos de circulação metálica foi alterado pela Reforma Bancária de Rui Barbosa, que previa a organização de bancos de emissão para atender à demanda por numerário criada pela atividade econômica em expansão e, também, pelo processo de especulação. Na avaliação de L. A. Tannuri, o diagnóstico econômico e financeiro apresentado por Rui Barbosa fazia mais referência às necessidades da economia carioca do que ao restante do país: “(...) a nosso juízo, as frações de classe que se faziam ouvir preponderantemente, ainda eram, sob a República, o capital bancário e comercial do Rio.”²⁷⁹

A Reforma Bancária de Rui Barbosa diagnosticou a necessidade de aumento do meio circulante através de emissões, que deveriam ser bancárias, dada a posição ocupada pela burguesia comercial e financeira do Rio de Janeiro. Para atender às necessidades daquela conjuntura, a solução seria a emissão sobre garantia de apólices. De acordo com o decreto de 1890, haveria três bancos emissores: um na região Norte, com sede na Bahia, um

eram geralmente construídos pelas casas exportadoras, e neles era mantido o estoque de café, a taxas inferiores às cobradas pelos comissários, até que o fazendeiro ordenasse sua venda.

²⁷⁹ TANNURI, L. A. **O Encilhamento**. São Paulo: HUCITEC/FUNCAMP, 1981. Pág. 50. Essa obra foi a principal referência utilizada nos parágrafos que se seguem.

na região Central (*Banco dos Estados Unidos do Brasil*), com sede no Rio de Janeiro, e um banco emissor do Sul, com sede em Porto Alegre. Desse modo, objetivava-se respeitar os compromissos com os interesses regionais assumidos pelo programa republicano. Porém, pela pressão exercida por São Paulo, permitiu-se a fundação de um quarto banco de emissão, o *União de São Paulo*, que atuaria na região de São Paulo e Goiás. A evolução do Governo Provisório, entretanto, caminharia na direção de um sistema monoemissor.

Retrospectivamente, tem-se no ano de 1886 o início do período de prosperidade econômica, com os preços crescentes do café e um constante fluxo de moeda para o país em contrapartida ao endividamento público e privado. Em relação às incorporações, a partir de 1882, decretou-se que as companhias ou sociedades poderiam ser formadas sem a autorização do governo (exceto os bancos de circulação), desde que todo seu capital fosse subscrito, sendo proibida a venda de ações, a fim de evitar a especulação acionária. Essa permissão levou ao rápido crescimento do número de incorporações após a Abolição; a praça financeira do Rio encontrava-se em plena expansão quando ocorreu a Proclamação da República. Além disso, no início de 1890, foi alterada a lei de 1882 sobre as sociedades anônimas, permitindo que fossem negociadas as ações, desde que 10% do capital subscrito pelos incorporadores fossem integralizados e depositados em um banco. A manutenção da especulação foi fortemente estimulada pela alteração na lei de incorporações e pela fundação de bancos emissores. Ainda em 1890 foram realizadas tentativas de estancar a especulação, mas a conjuntura manteve-se com crescente taxa de juros e pressão por circulação mais elástica. A taxa de juros manteve-se elevada devido ao grande número de incorporações ocorridas com a ativação do mercado acionário a partir de 1889: os bancos obtinham ganhos de emissão com os crescentes ágios no lançamento de ações, pois a especulação com a crescente cotação dos títulos fazia aumentar a demanda por dinheiro e a taxa de juros, de modo que apenas os ganhos especulativos eram capazes de cobrir o custo do dinheiro. Desse modo, os recursos que deveriam ser emprestados deslocavam-se para operações financeiras. O movimento bipolar entre elevação das ações e da taxa de juros fortaleceu o sistema bancário: a emissão era legalmente limitada e havia crescente demanda por dinheiro, o que conduziu a significativa alta nas taxas de juros, acompanhada de

elevação da cotação das ações.²⁸⁰ O movimento especulativo apenas cessaria no momento em que a elevada taxa de juros limitasse os ganhos das ações e o aumento da quantidade de títulos lançados, diminuindo a pressão por emissões.

No primeiro semestre de 1891, iniciou-se um período de depressão no mercado de ações da praça do Rio, havendo dificuldades para a realização das entradas de capital das companhias por parte de seus subscritores. Com a crise da bolsa de valores grande quantidade de títulos desvalorizados (sem liquidez) passou a compor o ativo dos bancos, tornando-os vulneráveis. A partir desse momento, o sistema bancário entrou numa crise crescente, e a política econômica cada vez mais deixou de privilegiar esse setor. Nesse cenário de escassez de numerário, havia necessidade de uma instituição central que assegurasse liquidez ao organismo financeiro, o que acabou resultando na criação do Banco da República do Brasil, a partir da fusão de dois bancos (1893), o da *República dos Estados Unidos do Brasil* e o do *Brasil*; com essa associação, buscava-se aumentar a segurança do lastro que seria unificado, e constituir um meio de reforçar as carteiras individuais dos dois bancos, formando uma mais líquida.

Por lei de 1896, os bilhetes bancários em circulação passaram a ser responsabilidade exclusiva do Governo, e os lastros depositados em garantia dos bilhetes passaram a lhe pertencer. O problema da garantia das emissões bancárias foi solucionado com a transferência do poder de emissão para o Tesouro. Assim, o papel-moeda emitido pelo Tesouro, dinheiro de curso legal e forçado, alcançou escala nacional, permitindo a universalização do meio circulante. Esse dinheiro lançado na circulação não rendia juros, o que lhe conferia superioridade em relação à moeda bancária de então.

A corrente econômica dominante em São Paulo, de oposição ao centralismo financeiro, atingiu seu auge na presidência de Campos Salles, que consagrou a “política dos governadores”. No governo de Campos Salles, iniciado em 15 de Novembro de 1898, subsistiam dois problemas: o do complexo cafeeiro (baixa de preços internos e externos) e o da falência financeira do Estado. A política financeira foi a preocupação central desse governo, que apontou como uma das causas dos problemas financeiros a emissão de

²⁸⁰ Nas palavras de Tannuri: “Só a partir dessa situação singular desfrutada pelos bancos é possível entender o descomunal número de solicitações feitas ao governo, objetivando alvará para tal tipo de empreendimento.”

grandes massas de papel inconversível, geradoras de profunda desvalorização monetária. A impossibilidade do pagamento dos serviços da dívida externa, tornou inevitável a moratória com os credores londrinos. Celebrada em meados de 1898, a moratória fixou o pagamento dos juros e suspendeu o pagamento das amortizações até 30/06/1911. Nos termos da moratória, a dívida foi consolidada como equivalendo a um empréstimo para o qual se previa um teto para emissão; o papel-moeda correspondente ao valor dos títulos emitidos deveria ser retirado da circulação e destruído. Desse modo, a política econômica da época, orientada pelo Ministro Murinho, e assentada na relação entre taxa cambial e volume de papel moeda em circulação, passou a ser orientada no sentido do resgate do papel-moeda: em Março de 1899 foi realizada a incineração de 1.000 contos, iniciando-se o resgate do papel-moeda na proporção dos recursos providos do *funding loan*.

O empenho do governo em valorizar o meio circulante resultou em grande diminuição do papel-moeda em circulação, até 1902; também foi conseguida a redução do déficit orçamentário. Porém, a política monetária restricionista promoveu um agravamento da recessão econômica do Rio de Janeiro, principalmente devido à crise bancária por ela provocada. Em 1900, a diminuição da confiança do público nas relações entre bancos e o governo ocasionou a suspensão das atividades de importantes instituições bancárias nacionais.

Para o Governo, a bancarrota foi vista como um processo de saneamento econômico e financeiro da praça do Rio. As metas da política econômica no momento eram insensíveis à liquidação dos resquícios do Encilhamento, objetivando problemas distintos daqueles que vigoravam no Rio de Janeiro. A administração Campos Salles preteriu o pagamento da dívida interna, que poderia favorecer os bancos do Rio, ao da externa (a pressão dos credores estrangeiros era um problema mais urgente). Desse modo, os procedimentos de política econômica adotados pelo Governo Campos Salles foram distintos daqueles executados no início da República, despertando antipatia na população carioca, o que não acontecia entre os paulistas.

A distinção entre a situação do mercado monetário e financeiro em São Paulo e no Rio de Janeiro remonta ao período da Guerra do Paraguai, que foi financiada sobretudo com

recursos internos, através de emissões oficiais e apólices da dívida pública interna. Nesse período de crescente endividamento interno, o mercado monetário e financeiro do Rio de Janeiro operava captando dinheiro pela venda de apólices, enquanto em São Paulo era grande a aplicação dos gastos públicos em dinheiro. O papel-moeda proveniente das duas fontes de financiamento da guerra possibilitava a ampliação da base da circulação e da produção da economia paulista, “pois este ‘capital-dinheiro’ vai mobilizar os recursos reais preexistentes na agricultura e tornará viável, em curto período, a cafeicultura em moldes capitalistas.”²⁸¹

Em relação à órbita da produção, conforme visto anteriormente, havia condições favoráveis ao desenvolvimento do café no Oeste paulista, como a utilização de máquinas de beneficiamento e a introdução das ferrovias, que teriam ampliado fortemente as margens de lucro da cafeicultura. Entre o final da década de 1870 e início da de 1880, fatores como a disponibilidade de terras e o comportamento da demanda externa possibilitavam o forte avanço da acumulação cafeeira paulista; havia, porém, o problema da permanência do escravismo no café e a necessidade de uma solução para a questão da mão-de-obra. A solução encontrada foi a imigração estrangeira, que esteve presente já no primeiro grande salto da expansão cafeeira em São Paulo, entre 1876 e 1883, quando foi dobrada a capacidade produtiva da região. Assim, mesmo antes da Abolição, São Paulo já iniciava a transição para o trabalho livre, enquanto a estrutura produtiva fluminense ainda se assentava no trabalho escravo.

A partir de 1886, o café sofre substancial expansão, endossada pela expansão da oferta de mão-de-obra e pelo comportamento favorável da demanda externa. Porém, o processo de acumulação de capital na economia paulista não esteve circunscrito às plantações de café, sendo viabilizada uma série de atividades tipicamente urbanas. Conforme exposto por Sérgio Silva, o capital cafeeiro assumiu diversas funções: “ele apresentava ao mesmo tempo, características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. (...) Na economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco de desenvolvimento capitalista, essas diferentes funções são reunidas pelo

²⁸¹ TANNURI, L. A., op. cit., pág. 104.

capital cafeeiro e não definem (pelo menos diretamente) frações de classes relativamente autônomas: não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial, etc., mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções”.²⁸²

O segundo surto de expansão cafeeira, entre 1886 a 1897, foi viabilizado por condições conjunturais favoráveis, tanto em relação aos preços internacionais quanto em relação à mão-de-obra. O governo endossou esse processo de acumulação tomando a seu cargo todas as despesas relativas à imigração, após 1870, e garantindo os juros do capital investido em ferrovias. Nesse contexto de expansão da acumulação, cresceu a necessidade de moeda para a circulação da produção paulista e para o pagamento dos salários, ocasionando a transferência, para São Paulo, do papel-moeda do Rio de Janeiro, onde a falta de liquidez coexistiu com a aceitação dos títulos da dívida pública.

Quanto à política monetária concebida para o país como um todo, deve-se observar a coexistência de duas economias distintas: em São Paulo é o papel-moeda que possibilita o giro de capital nos diferentes ramos de produção; no Rio, há falta de liquidez e colocação generalizada de títulos da dívida pública. Nesse sentido, o sistema criado pelo Governo Provisório, de bancos emissores com lastro em apólices, era pertinente à realidade fluminense e estranho à economia paulista, na qual a quantidade de títulos não superava 1% do total existente no país.²⁸³

Em suma, o Encilhamento, em São Paulo, significou a reativação do mercado acionário: “além das possibilidades de novas incorporações, ele funcionou como meio de organizar diferentemente sociedades anônimas, mediante aquisição de empresas já em funcionamento, dando provas inequívocas do vazamento de excedente gerado na acumulação cafeeira para investimentos urbanos.”²⁸⁴

A partir de 1897, o preço externo do café passou a declinar acentuadamente, o que em parte foi compensado pela desvalorização cambial. Entre 1898 e 1901, os preços externos do café baixaram ainda mais e os preços internos foram afetados pela valorização cambial.

²⁸² Cf.: SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Pág. 60.

²⁸³ Cf. TANNURI, L. A., op. cit., cap. 4.

²⁸⁴ TANNURI, L. A., op. cit., pág. 117.

Desse modo, quando Campos Salles assumiu o poder, a situação financeira do país era incompatível com uma política de valorização do café, sendo necessário mobilizar os esforços para o saneamento das finanças públicas; diante dessa conjuntura, o governo (Ministro Murinho) se limitou a admitir a crise cafeeira, ponderando se tratar de um processo de seleção natural.

Entretanto, a rentabilidade da atividade cafeeira mantinha-se satisfatória, graças à alta produtividade física dos novos cafezais, já que grande parte do acréscimo de cafeeiros produtivos existentes em 1901 tinha idade inferior a dez anos, garantindo produtividade duas a cinco vezes maior que nas zonas intermediárias e velhas. Em defesa da lucratividade estava também a flexibilidade dos salários.

A crise de 1900 se manifestou em São Paulo dentro desse quadro. Apesar da política deflacionista, o sistema bancário de São Paulo sobreviveu tranqüilamente: a margem de lucro satisfatória obtida pela zona nova da cafeicultura, apesar da queda dos preços, permitiu transferência de recursos para as atividades urbanas (bancos, indústria e comércio), dada a paralisação do plantio de café. Portanto, a recessão econômica foi muito menos intensa em São Paulo do que no Rio de Janeiro.

Em suma, tanto o Encilhamento quanto a crise de 1900 tiveram características distintas em São Paulo e no Rio, por tratarem-se de duas economias que se diferenciaram durante a década de 1880. No Rio, houve falência generalizada proveniente da falta de liquidez bancária (títulos de difícil realização), e queda dos depósitos decorrente da perda de confiança do público nesse sistema bancário, que era vulnerável, posto que se assentava na especulação. Já em São Paulo, a situação era diversa, e a dinâmica econômica local garantiu condições para atenuar a crise, dada a existência de cafezais novos, com alta produtividade física, e margem de lucro razoável mesmo com a queda dos preços. Além disso, a indústria paulista desfrutava de um mercado regional mais amplo que sua capacidade instalada; e os bancos emissores paulistas, que não realizavam a acumulação financeira assentada na especulação de ações de empresas (às vezes fictícias, ou circunscritas a um mercado em declínio), continuaram a receber depósitos e a conceder crédito regularmente, em meio a uma maior lucratividade, possibilitada pela maior taxa de juros.

Novas crises de excesso de produção de café se seguiram a partir de 1902, como resultado da maturação dos cafezais introduzidos no início da década de 1890; deve-se considerar, também, a inelasticidade-preço da demanda desse produto, característica que impede que reduções nos preços sejam acompanhadas por semelhantes aumentos na demanda. “Segundo previsões, a colheita de 1906-7 seria sem paralelo – mais de 20.000.000 de sacas de 60 quilos, numa fase em que os preços internacionais representavam metade do que haviam sido no início da década de 1890. O consumo mundial em 1905-6 atingia apenas 16.700.000 de sacas e o Brasil já contava com 10.000.000 de sacas em estoque.”²⁸⁵ A queda nos preços internacionais do café não foi acompanhada de redução de preços no varejo nos países importadores, pois os agentes estrangeiros passaram a formar estoques de reserva para prevenirem-se de eventuais quedas na oferta de café que elevassem o preço do produto. A partir de 1899, começou a ser discutida em São Paulo a viabilidade de se estocar o café internamente, o que seria feito através da obtenção de um empréstimo externo para financiar a compra e a armazenagem do café; para o pagamento da dívida contraída no exterior seria cobrado um imposto sobre todo o café exportado. O sucesso a longo prazo desse plano dependeria da capacidade de o país reduzir a produção interna de café enquanto os preços internacionais estivessem artificialmente elevados, evitando que ocorressem constantes superproduções.²⁸⁶

O Convênio de Taubaté, assinado em 1906 por delegados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, constituiu-se o primeiro programa de proteção ao café, no qual recomendou-se que o governo federal controlasse a taxa de câmbio no sentido de favorecer a cafeicultura.²⁸⁷ Nesse mesmo ano, um Congresso liderado por mineiros aprovou a Caixa de Conversão, instrumento que fixava a taxa de câmbio, de modo que as ordens em moeda estrangeira fossem trocadas por mais moeda nacional do que obteriam num mercado livre. A valorização do mil-réis, com a Caixa de Conversão (que funcionou até a Primeira Guerra Mundial), teria viabilizado os grandes lucros obtidos pela indústria cafeeira no período.

²⁸⁵ LOVE, J. op. cit., pág. 71-72.

²⁸⁶ Os impactos das políticas de valorização do café, realizadas a partir de 1906, não são objetos de análise no âmbito deste trabalho.

²⁸⁷ Posteriormente, outros três planos de valorização do café foram bem sucedidos: em 1907/8, realizado exclusivamente pelo estado de São Paulo; em 1917, quando o governo paulista foi apoiado pelo governo federal; e em 1921, promovido pela União. Cf.: LOVE, J. op. cit., cap. 2.

No entanto, já na colheita de 1906/7 houve uma superprodução de café, demonstrando a fragilidade do esquema adotado; em 1908 foi necessário novo empréstimo para que o plano pudesse ser levado adiante. Os empréstimos tinham como garantia os estoques de café, e eram autorizados pelo governo graças à pressão de paulistas e mineiros no Congresso²⁸⁸. Alguns mecanismos introduzidos em 1908 contribuíram para a perda do controle do governo sobre a comercialização do café, como a formação de um sindicato internacional (importadores e banqueiros) para decidir sobre a venda do café, e a incumbência à casa exportadora Theodor Wille, com matriz em Hamburgo, da arrecadação do imposto para a valorização do café, cobrado sobre a exportação do mesmo. Dessa forma, com a política de valorização, o governo perdeu o controle sobre a comercialização do café para os credores estrangeiros, o que permitiu que, já por volta de 1910, empresas estrangeiras fossem proprietárias de alguns dos maiores cafezais do país. Além disso, o programa de valorização permitiu o aumento da influência estrangeira nas finanças nacionais, além de contribuir, significativamente para a perda da posição privilegiada que o Brasil ocupava no mercado internacional de café, por volta da década de 1930, devido à destruição, no período da Depressão, da maior parte dos estoques acumulados durante os anos da valorização. Assim, outros países “puderam ampliar sua participação no comércio mundial, sem terem de arcar com os custos de armazenagem ou de destruição das próprias colheitas. Por volta de 1937, a participação brasileira caíra a menos de 50%.”²⁸⁹

²⁸⁸ Para que fosse obtido o apoio de Minas Gerais, foram incluídos tipos inferiores de café nas compras realizadas pelo governo. Cf. LOVE, J., op. cit., cap. 2.

²⁸⁹ LOVE, J. op. cit., pág. 79.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de colaborar para a compreensão do movimento de diversificação de atividades econômicas que se processou na economia paulista a partir da década de 1870, sob a influência do capital cafeeiro.

A cidade de Campinas, nas últimas décadas do século XIX, teve seu desenvolvimento influenciado de modo decisivo pela expansão ferroviária, que provocou efeitos intra-urbanos, gerando demanda e volume de emprego capazes de sustentar o desenvolvimento de inúmeros estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, além de possibilitar a implantação de algumas indústrias. A distribuição da população no município modificou-se nesse período, estabilizando-se o crescimento populacional no campo, ao mesmo tempo em que a população urbana acelerava seu ritmo de crescimento. As funções urbanas ganharam certa autonomia, já não dependendo mais exclusivamente do dinamismo agrícola, fato que se consolidaria após a década de 1930, com a expansão industrial no município.

Aliada à introdução das ferrovias, a influência dos imigrantes também foi decisiva na diversificação das atividades urbanas de Campinas (especialmente introdução de indústrias). As duas principais ferrovias do café partiam do município, e nele estabeleceram-se as primeiras indústrias de máquinas para o beneficiamento do café; a região de Campinas também foi a primeira a experimentar o trabalho livre em suas fazendas, e seus fazendeiros tiveram participação decisiva na imigração em larga escala.

O sentido da organização dos capítulos da dissertação, portanto, foi mostrar como o município de Campinas inseriu-se no processo de introdução de formas

capitalistas de produção no Brasil, nas últimas décadas do século XIX, e como as diversas questões relativas a essa transição foram contempladas pelos agentes responsáveis pelo dinamismo dessa sociedade.

Nessa linha, ao longo dos capítulos, buscou-se identificar os elementos dinâmicos presentes em Campinas, que permitiram ao município desenvolver-se de forma acelerada, no contexto da marcha do café na província de São Paulo. Cabe ressaltar ainda que, nos capítulos da dissertação, procurou-se abordar os diferentes aspectos da diferenciação da utilização do capital em Campinas, no contexto da expansão cafeeira paulista, tendo-se em vista a posição dos agentes locais frente às importantes questões que permearam o período estudado, como a abolição, a imigração, o republicanismo, etc.

Em suma, nesta dissertação procurou-se aliar a pesquisa em fontes documentais ao estudo da bibliografia disponível, com o propósito de analisar alguns aspectos do desenvolvimento da cidade de Campinas, sob a influência da expansão cafeeira no Oeste paulista, especialmente a partir de 1870. Nesse período, a renda gerada pela atividade cafeeira possibilitou a diversificação das funções econômicas desenvolvidas em Campinas, e a modernização material de seu espaço urbano, num momento em que se intensificava a ocupação da cidade. Ao mesmo tempo, as questões relativas à transição do país para uma economia capitalista encontravam um pólo de discussão entre os membros da elite campineira, cuja influência ultrapassava o âmbito local, e que viria a tomar parte ativa nas decisões políticas nacionais no final do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias:

Almanaques:

ALMANAK de Campinas para 1871. José Maria Lisboa (org.). Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1870.

ALMANAK de Campinas para 1872. José Maria Lisboa (org.). Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1871.

ALMANAK de Campinas para 1873. José Maria Lisboa (org.). Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1872.

ALMANAK da Província de São Paulo para 1873. Antônio J. B. de Luné e Paulo Delfino da Fonseca (org.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado, 1985.
Reprodução fac-similar da edição publicada pela Typographia Americana em 1873.

ALMANACH Litterario de São Paulo. Typographia da Província de São Paulo. Anos: 1876 a 1881 e 1884-1885.

ALMANACH de Campinas para o Ano de 1878. Hypólito da Silva (org.). Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1877.

ALMANACH de Campinas para o Ano de 1879. Carlos Ferreira e Hypólito da Silva (org.). Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1878.

NOVO ALMANACH de São Paulo. Jorge Seckler & Cia, 1883.

ALMANACH Administrativo, Comercial e Industrial da Província de São Paulo. Jorge Seckler & Cia. 1884 e 1886.

ALMANACH da Província de São Paulo para 1885. São Paulo: Jorge Seckler e Cia., 1884.

ALMANACH do Correio de Campinas. Henrique de Barcellos (org.). Campinas: Tipografia a Vapor do Correio de Campinas, 1886.

ALMANACH do Estado de São Paulo. Jorge Seckler & Cia. 1890.

ALMANACH do Estado de São Paulo. Jorge Seckler & Cia. 1891.

ALMANACH de Campinas (Literário e Estatístico) para 1892. Francisco Cardona e José Rocha (org.). Campinas: Tipografia Cardona, 1892.

ALMANACH para o Anno de 1896. “O Estado de São Paulo”.

AMARAL, L. (org.) A Cidade de Campinas em 1900. Campinas: Tipografia Casa do Livro Azul, 1889.

ALMANACH de Campinas para 1908. José M. Ladeira e Benedicto Octávio (org.). Campinas: Tipografia Casa Mascote, 1907.

ALMANACH Histórico e Estatístico de Campinas para 1912. Benedicto Octávio e Vicente Mellilo (org.). Campinas: Tipografia da Casa Mascote, 1911.

ALMANACH Histórico e Estatístico de Campinas para 1914. Benedicto Octávio e Vicente Mellilo (org.). Campinas: Tipografia da Casa Mascote, 1913.

Jornais:

“Gazeta de Campinas”. 1869-1887. (Exemplares microfilmados – AEL/UNICAMP)

“Diário de Campinas”. 1881-1883. (Exemplares microfilmados – AEL/UNICAMP)

Coletoria de Rendas Provinciais da Cidade de Campinas:

Livros de registro de impostos: diversas rendas. 1868-1900. (CMU/UNICAMP)

Livros de conta corrente: receitas e despesas da Coletoria de Rendas. 1868-1900. (CMU/UNICAMP)

Outras fontes:

ANUÁRIO Estatístico do Brasil (1908-1912). Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1916.

RELATÓRIOS Presidenciais da Província de São Paulo. Diversos anos. (disponíveis no *site*: <http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/sao.html>)

Livros, Teses e Artigos:

- ALVES FILHO, F. R. Campos Sales. São Paulo: Cultura do Brasil Editora, 1940.
- AMADO, G. As Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil. In: CARDOSO, V. L. (org.) À Margem da História da República. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1990.
- AMÊNDOLA, J. O Comércio de Campinas. In: IBGE. Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro, 1952.
- BADARÓ, R. S. C. Campinas: o Despontar da Modernidade. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 1996.
- BATTISTONI FILHO, D. Campinas: uma Visão Histórica. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- BERGÓ, M. E. A. Estudo Geográfico da Cidade de Campinas. Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. 3, São Paulo, 1952.
- BIANCONI, R. A Dinâmica da Economia Cafeeira Paulista e a Evolução das Atividades Urbanas no Município de Campinas (1886-1914). Monografia de conclusão de curso. Campinas: IE/UNICAMP, 1997.
- CALÓGERAS, J. P. A Política Monetária do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CAMARGO, J. F. Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos. 3 Volumes. São Paulo: FFCL/USP, 1952.
- CAMILLO, E. E. R. Guia Histórico da Indústria Nascente em Campinas (1850-1887). Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.
- CAMPOS, T. de S. História da Fundação de Campinas (Subsídios). In: IBGE. Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro, 1952.
- CAMPOS SALLES, M. F. Da Propaganda à Presidência. Brasília: UNB, 1983.
- CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. O Capitalismo Tardio. Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- CARONE, E. A República Velha. v. 1: Instituições e Classes Sociais (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.
- CASALECCHI, J. E. O Partido Republicano Paulista: Política e Poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO MENDES, J. Artes. In: IBGE, Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro, 1952.
- CASTRO MENDES, J. Efemérides Campineiras 1739-1960. Campinas, SP: Palmeiras, 1963.
- COSTA, I. Populações Mineiras: Sobre a Estrutura Ocupacional de Alguns Núcleos Mineiros no Alvorecer do século XIX. São Paulo: IPE, 1981
- DANIELLI NETO, M. A Escravidão Urbana em Campinas: a Dinâmica Histórica e Econômica do Trabalho Escravo no Município em Crescimento (1850-1888). Dissertação de Mestrado. Campinas: IE/UNICAMP, 2001.
- DEAN, W. A Industrialização de São Paulo: 1880-1945. Trad. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- DELFIN NETTO, A. O Problema do Café no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.
- DENIS, P. O Brasil no Século XX. Lisboa: José Bastos & Cia. Editores. s/d.
- DUARTE, R. Sociedades Culturais. In: IBGE. Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro, 1952.
- EISENBERG, P. L. Modernização sem Mudança : a Indústria Açucareira em Pernambuco (1840-1910). Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra ; Campinas: UNICAMP, 1977.
- FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERNANDES, F. Circuito Fechado: Quatro Ensaios sobre o “Poder Institucional”. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- FRANCO, M. S. de C. Homens Livres na Ordem Escravocrata. 3ª Edição. São Paulo: Kairós, 1983.
- FREYRE, G. Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. 7ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1985. 2 volumes.

- FREYRE, G. *Ordem e Progresso: Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime de Trabalho Livre: Aspectos de um Quase Meio Século de Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre; e da Monarquia para a República*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1962.
- GODÓI, S. *A Indústria em Campinas*. In: IBGE. *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, 1952.
- GONÇALVES, J. R. B. *A Utopia da Ordem Social: o Positivismo na Crise da Ordem Imperial Brasileira (1862-1898)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1989.
- GONÇALVES, M. F., SEMEGHINI, U. C. *Campinas: Segunda Metrópole Paulista? Texto apresentado ao II Congresso da Anpur, Teresópolis, Rio de Janeiro, 1987*.
- GOULART, E. *Campinas: Ruas da Época Imperial*. Campinas, SP: Maranata, 1983.
- HOLANDA, S. B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico. 3º Volume: Reações e Transações. 4ª edição*. São Paulo: DIFEL, 1982.
- IBGE. *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, 1952.
- IGLÉSIAS, F. (org.). *Caio Prado Jr.: História*. São Paulo: Ática, 1982.
- KELLER, E. C. S. *As Funções Regionais e a Zona de Influência de Campinas*. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 31, número 2, 1969.
- KUGELMAS, E. *Difícil Hegemonia: Um Estudo sobre São Paulo na Primeira República*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1986.
- LAPA, J. R. A. *A Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- LAPA, J. R. A. *Primeiras Notas para uma Bibliografia da História de Campinas*. In: *Estudos Históricos*, n. 5, FFCL/Marília, 1966.
- LIMA, S. L. L. *O Oeste Paulista e a República*. São Paulo: Vértice, 1986.
- LOVE, J. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LUZ, N. V. *A Luta pela Industrialização no Brasil. 2ª Edição*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

- MARIANO, J. História da Imprensa em Campinas. In: IBGE. Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro, 1952.
- MARTINS, J. S. A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARTINS, A. L. Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: A Pluralidade de um Espaço Esquecido (1847-1890). Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.
- MATOS, O. N. Café e Ferrovias. 2ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.
- MATOS, O. N. Campinas: das Origens até 1930. In: Campinas de Ontem e de Hoje. Empresas Lix da Cunha, 1988.
- MELLO, F. F. Formação Histórica de Campinas: Breve Panorama. In: Campinas: Subsídios para a Discussão do Plano Diretor. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1992.
- MELLO, Z. C. Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845-1895: Contribuição ao Estudo da Passagem da Economia Mercantil-Escravista para a Economia Exportadora Capitalista. São Paulo: HUCITEC, 1985.
- MELLO, Z. C., SAES, F. Características dos Núcleos Urbanos em São Paulo. Revista Estudos Econômicos, IPE/USP, 15 (2), São Paulo, mai/ago 1985.
- MILLIET da Costa e Silva, S. Roteiro do Café e Outros Ensaio. 4ª edição. São Paulo: HUCITEC/INL, 1982.
- MÜLLER, D. P. Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo. São Paulo: Tipografia de Costa Silveira, 1838. Reedição Literal, Seção de Obras de "O Estado de São Paulo", 1923.
- NIZZA DA SILVA, M. B. Análise de Estratificação Social (O Rio de Janeiro de 1808 a 1821). São Paulo, FFLCH/USP, Boletim n. 7, 1975.
- NOZOE, N. São Paulo: Economia Cafeeira e Urbanização. São Paulo: IPE/USP, 1984.
- OLIVEIRA, M. C. Mercantilização e Urbanização em São Paulo. Campinas: NEPO/UNICAMP, mimeo, 1987.
- OLIVEIRA, M. C. Questões Demográficas no Período Cafeeiro em São Paulo. UNICAMP, Textos NEPO (1), Campinas, 1986.
- PEREIRA, L. Anotações Sobre o Capitalismo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

- PINHEIRO, P. S. Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III: O Brasil Republicano. 2º volume: Sociedade e Instituições (1889-1930). 3ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985.
- PRADO Jr., C. Roteiro para a Historiografia do Segundo Reinado. In: Evolução Política do Brasil e Outros Estudos. 10ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PUPO, B. B. À Margem da História de Campinas. Campinas, SP : Palmeiras, 1973.
- PUPO, C. M. M. Campinas: Município no Império : Fundação e Constituição, Usos Familiares, a Morada, Sesmarias, Engenhos e Fazendas. São Paulo: Impr. Oficial, 1983.
- PUPO, C. M. M. Campinas: Seu Berço e Juventude. Campinas : Acad. Campinense de Letras, 1969.
- QUADROS, W. J. A Nova Classe Média Brasileira: 1950-1980. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE/UNICAMP, 1985.
- QUADROS, W. J. O “Milagre Brasileiro” e a Expansão da Nova Classe Média. Tese de Doutorado. Campinas: IE/UNICAMP, 1991.
- RENAULT, D. O Rio Antigo nos Anúncios de Jornais. Rio de Janeiro: F. Alves/INL, 1984.
- RIBEIRO Jr., J. Alberto Salles: Trajetória Intelectual e Pensamento Político. São Paulo: Convívio, 1983
- SAES, D. Classe Média e Sistema Político no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SAES, F. A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- SAES, F. As Ferrovias de São Paulo 1870-1940. São Paulo: HUCITEC/INL-MEC, 1981.
- SAES, F. Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista. 1850-1930. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- SAES, F. Estradas de Ferro e Diversificação da Atividade Econômica na Expansão Cafeeira em São Paulo (Brasil): 1870-1900. Texto apresentado no I Congresso de História Econômica, USP, São Paulo, Setembro de 1993.
- SANTOS, F. A. Rio Claro: Café, Elites e Ferrovia: Uma Cidade em Transformação: 1850-1906. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE/UNICAMP, 2000.

- SANTOS FILHO, L. C. A Febre Amarela em Campinas: 1889-1900. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 1996.
- SEMEGHINI, U. C. Do Café à Indústria: Uma Cidade e seu Tempo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.
- SILVA, S. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SINGER, P. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Editora Nacional, 1968.
- SPINDEL, C. R. Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- TAUNAY, A. de E. História do Café no Brasil. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939-1943. 15 Volumes.
- TOSI, P. G. Capitais no Interior: Franca e a História da Indústria Coureiro-Calçadista (1860-1945). Tese de Doutorado. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- TSCHUDI, J. J. von. Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.
- VIOTTI da Costa, E. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- VIOTTI da Costa, E. Da Senzala à Colônia. 3ª edição. São Paulo: Edunesp, 1998.
- ZALUAR, A. E. Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861). São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.